

# Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e  
atuação profissional

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)

Atena  
Editora  
Ano 2022



# Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e  
atuação profissional

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)

Atena  
Editora  
Ano 2022



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Serviço social na contemporaneidade: fundamentos e atuação profissional

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social na contemporaneidade: fundamentos e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0250-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.503223005>

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço social na contemporaneidade: Fundamentos e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo, analisa a ampliação das desigualdades de gênero na vida das mulheres no contexto pandêmico e suas implicações para a atuação do Assistente Social.

Já o segundo capítulo, discute a dimensão investigativa e a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social enquanto estratégia de qualificação e debate das demandas socialmente postas à atuação profissional.

O terceiro capítulo, por sua vez, discute a atuação do Assistente Social na política de saúde pública, as condições objetivas de atuação e as demandas postas no contexto pandêmico.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca dos conflitos socioambientais diante na sociedade do capital em tempos de pandemia de Covid-19.

Já o quinto capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da *potencialidade do Programa Bolsa Família em provocar mudanças nas condições de vida dos seus usuários*, no período de 2007/2014.

O sexto capítulo, por sua vez, apresenta os resultados da pesquisa acerca do acesso ao Programa Prestação Continuada via judicialização.

O sétimo capítulo traz reflexões sobre a contribuição do Serviço Social no âmbito do judiciário, os limites e as possibilidades de atuação.

E finalmente o oitavo capítulo discute a mulher na atual conjuntura, inserida nas complexas configurações do mercado de trabalho e funções diversificadas na vida cotidiana.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### MULHERES E PANDEMIA: O AUMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Cintia Maria da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230051>


### **CAPÍTULO 2..... 11**

#### PRODUZIR X REPRODUZIR: PENSANDO A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

Carla Montefusco de Oliveira

Elisa Cristiane de Souza


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230052>

### **CAPÍTULO 3..... 23**

#### SERVIÇO SOCIAL E A PANDEMIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA ATUAÇÃO EM UNIDADE PROVISÓRIA DE ISOLAMENTO

Mayla Stella do Nascimento Ferreira

Kellyane de Santana Ricardo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230053>

### **CAPÍTULO 4..... 35**

#### CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL NO LIXÃO CÉU AZUL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PE

Isabella do Nascimento Silva

Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da Silva

Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230054>

### **CAPÍTULO 5..... 46**

#### UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS REBATIMENTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS USUÁRIOS

Cryslaine Pinheiro da Silva

Ana Cristina Brito Arcoverde


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230055>

### **CAPÍTULO 6..... 56**

#### BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: EM BUSCA DE UMA EFETIVA PROTEÇÃO SOCIAL

Ana Paula Mafia Policarpo

Maria Gilzônia Mota Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230056>


### **CAPÍTULO 7..... 67**

#### O IMPORTANTE TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO

DO PODER JUDICIÁRIO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Silvania da Silva Machado dos Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230057>

**CAPÍTULO 8..... 81**

**A MULHER E/ NO TRABALHO: PODER E EMANCIPAÇÃO (UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA FIGURACIONAL)**

Vanessa Pereira Araújo

Gláucio Campos Gomes de Matos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5032230058>

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 93**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 94**

# CAPÍTULO 1

## MULHERES E PANDEMIA: O AUMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Data de aceite: 02/05/2022

**Cintia Maria da Silva**

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
Recife – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/2429848047439262>

**RESUMO:** A descoberta do coronavírus (COVID-19) não só estremeceu diversos setores da sociedade, mas também evidenciou as desigualdades de gênero. Se muito antes da chegada da COVID-19 as mulheres já eram responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e pelo cuidado dos membros mais vulneráveis da família, em tempos de isolamento social e escolas fechadas, essa carga se intensificou. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo refletir sobre ampliação das desigualdades de gênero na vida das mulheres em tempos de pandemia. Através de uma pesquisa bibliográfica, no primeiro momento será explanado sobre o conceito de gênero e a influência teórica do marxismo nos debates sobre as relações de gênero, bem como destacada a importância da problematização desse conceito para o (a) assistente social. Em seguida, será abordada como a desigualdade de gênero influencia na produção acadêmica das mulheres, bem como o fenômeno social chamado de feminilização (feminização). Os resultados apontam que nesse contexto pandêmico torna-se fundamental atentar para a necessidade de se pautar na teoria marxista as questões de gênero e o fenômeno da feminização para abolir

as desigualdades, mantendo o compromisso político profissional, em uma perspectiva crítica e de totalidade, para lutar contra a subalternidade, opressão e superexploração sofridas pelas mulheres e abraçar um projeto societário em busca da plena emancipação humana. Trata-se de uma leitura que visa contribuir com o aprimoramento do processo formativo no âmbito do Serviço Social em tempos de pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Pandemia. Desigualdade de gênero. Serviço Social.

### WOMEN AND THE PANDEMIC: THE INCREASING OF GENDER INEQUALITIES

**ABSTRACT:** The discovery of the coronavirus (COVID-19) not only shook various sectors of society, but also highlighted gender inequalities. If long before the arrival of COVID-19, women were already responsible for most of the domestic work and the care of the most vulnerable members of the family, in times of social isolation and closed schools, this burden has intensified. Given this scenario, this article aims to reflect on the expansion of gender inequalities in women's lives in times of a pandemic. Through a bibliographical research, at first, the concept of gender and the theoretical influence of Marxism in debates on gender relations will be explained, as well as the importance of problematizing this concept for the social worker. Then, it will be discussed how gender inequality influences the academic production of women, as well as the social phenomenon called feminization (feminization). The results indicate that in this pandemic context, it is essential to pay attention to the need to base

gender issues and the phenomenon of feminization in Marxist theory to abolish inequalities, maintaining professional political commitment, in a critical and totality perspective, to fight against subordination, oppression and overexploitation suffered by women and embrace a societal project in search of full human emancipation. It is a reading that aims to contribute to the improvement of the training process within the scope of Social Service in times of a pandemic.

**KEYWORDS:** Women. Pandemic. Gender inequality. Social service.

## 1 | INTRODUÇÃO

É imprescindível aprimorar o conhecimento no âmbito do Serviço Social acerca das desigualdades de gênero, tendo em vista que o momento de crise sanitária contribuiu para intensificar carga de trabalho das mulheres em tempos de isolamento social e escolas fechadas. No primeiro momento será abordado o sentido do vocábulo gênero ou *gênerjá* no século XV, em seguida como o conceito de gênero foi apresentado como uma construção social na década de 1970, fruto do movimento feminista contemporâneo. Por conseguinte, visualiza-se a influência teórica do marxismo nos debates sobre as relações de gênero através da obra de Engels (1978) na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” na qual destaca que “[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.” (ENGELS, 1978, p.18).

Destaca-se que o marxismo tem forte influência teórica nos debates sobre as relações de gênero, pois possibilita uma análise crítica acerca das relações sociais mediante uma perspectiva de totalidade. É pontuado que o gênero está presente cotidianamente na sociedade, ainda que obscuramente, e a sua problematização torna-se fundamental para o (a) assistente social. Sua análise é indispensável para a compreensão e exame da questão social. Por fim, evidencia-se que as desigualdades de gênero se ampliaram na pandemia da Covid-19. Após a pandemia da COVID-19, a carga carregada pelas mulheres com a extensa multiplicidade de tarefas se intensificou em tempos de escolas fechadas e isolamento. Desvelar as relações de desigualdade de gênero é fundamental para o compromisso da profissão em eliminar as diversas formas de preconceito, opressão em torno das mulheres.

## 2 | GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa o vocábulo gênero ou *gênerjá* é encontrado no século XV, conforme Índice do Vocabulário de Português Medieval. É identificado como um “conceito geral que engloba todas as propriedades comuns que caracterizam um dado grupo ou classe de seres ou de objetos”, afirma Guimarães (2005).

No referido dicionário todas as definições conferidas ao termo nenhuma se refere ao modo como é utilizado

a partir de 1970, pelas feministas, que passaram a usá-lo como forma de entender e referir-se à organização social da relação entre os sexos, e como forma de resistência ao “determinismo biológico implícito no uso dos termos como sexo ou diferença sexual”, portanto, passando a “enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. (GUIMARÃES, 2005, p. 77).

O conceito “gênero”, estabelecido na academia, na década de 1970, é historicamente fruto do movimento feminista contemporâneo (GUIMARÃES, 2005). Emerge para denunciar a tradicional classificação e distinção baseada no sexo. O “gênero” é o princípio responsável por transformar “[...] as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres.” (BRUSCHINI, 1998 *apud* SANTOS, 2010). Nos primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre homens e mulheres o foco era relacionar o aspecto feminino ao seu corpo e a sexualidade. Por isso, até a atualidade, no imaginário social ainda é forte o discurso de que a “natureza” feminina é frágil e a “natureza” masculina é forte, ou ainda, o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Essa naturalização da condição humana é uma resposta para legitimação das desigualdades sociais (SANTOS, 2010).

É importante destacar que as condições e os lugares sociais não devem ser compreendidos como naturais e acabados, pois são construções históricas, são mutáveis e variam no tempo. Sendo assim, o sexo também é uma invenção histórica, ou melhor, uma invenção social. Para Santos (2010) há uma distinção entre sexo e gênero. O sexo está relacionado a identidade biológica do homem e da mulher, e gênero, por sua vez, relacionado aos aspectos socialmente construídos das diferenças biológicas e sexuais. Entretanto, outros estudos apontam “[...] que as diferenças biológicas sexuais são, em alguma medida, socialmente construídas e historicamente variáveis.” (SANTOS, 2010, p.5). Dentro desse pensamento explica-se a recusa de separar em esferas social/biológica os conceitos gênero/sexo.

A ideia de que o gênero é uma construção social consolidou-se a partir do século XVIII, com o pensamento de Jean-Jacques Rousseau, no qual se cristalizou a ideia de que a desigualdade individual e coletiva não é um fato natural, e sim histórico. Entretanto, Rousseau não estendeu às mulheres a igualdade, que com tanto afincou defendia para os homens, mas defendeu a existência de um espaço público para homens e um espaço privado e doméstico para mulheres. A partir desse momento, houve reivindicações feministas por igualdade política e jurídica para as mulheres (GUIMARÃES, 2005).

Em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” Engels (1978) pontua que houve uma revolução na sociedade quando foram abolidos a filiação feminina e o

direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno nas sociedades primitivas. Engels (1978) destaca:

Não sabemos a respeito de como e quando se produziu essa revolução entre os povos cultos, pois isso remonta aos tempos pré-históricos. Mas os dados reunidos, sobretudo por Bachofen, acerca dos **numerosos vestígios do direito materno, demonstram plenamente que tal revolução ocorreu; e com que facilidade, verificamo-lo em muitas tribos índias onde acaba de efetuar-se, ou se está realizando, em parte pelo influxo do incremento das riquezas e modificações no gênero de vida (migração dos bosques para os prados), em parte pela influência moral da civilização e dos missionários.** De oito tribos do Missouri, seis estão regidas pela linhagem e ordem de herança masculinas, duas pelas femininas. **Entre os schawnees, os miamies e os delawares adotou-se o costume de dar aos filhos um nome pertencente à gens paterna, para fazê-los passar a esta, a fim de poderem herdar de seu pai.** “Casuística inata nos homens a de mudar as coisas mudando-lhes os nomes. E achar saídas para romper com a tradição sem sair dela, sempre que um interesse direto dá o impulso suficiente para isso” (Marx). Resultou daí uma espantosa confusão, que só podia ser remediada - e parcialmente o foi - com a passagem ao patriarcado. “Esta parece ser a transição mais natural” (Marx). (ENGELS, 1978, p. 14 – 15, *grifo nosso*).

Após “o desmoronamento do direito materno [houve] a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se convertida [...] em servidora, [...], em simples instrumento de reprodução.” (ENGELS, 1978, p.15). A família patriarcal e a união monogâmica surgem nessa ocasião juntamente com o poder exclusivo dos homens, ou seja, nasce uma família submetida ao poder paterno de seu chefe, afirma Engels (1978). Assim, “[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.” (ENGELS, 1978, p.18). Orr (2011) acrescenta que “as ideias de Engels nos deram uma compreensão de como a divisão de classes não existia na maior parte da história da humanidade e mostrou a importância da transição para as primeiras sociedades de classe.” (ORR, 2011, p. 136). Assim, Engels demonstra que a opressão das mulheres está arraigada no modo como a estrutura da família cresceu com a ascensão da sociedade de classes e que não era uma característica das sociedades anteriores.

É válido pontuar que o marxismo tem forte influência teórica nos debates sobre as relações de gênero, pois possibilita uma análise crítica acerca das relações sociais mediante uma perspectiva de totalidade. Esta não permite fragmentar a realidade, mas busca “apreendê-la além da aparência, das ‘representações’, sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações.” (CISNE, 2005, p. 7). A teoria marxista propõe um método de conhecimento da realidade de forma a desvelá-la em todas as suas determinações: sociais, econômicas, políticas e culturais, como afirma Simionato (1999) *apud* Cisne (2005).

Nesse contexto, entende-se que gênero é uma construção social que tem reflexos nas normas e especificidades conforme a cultura, a sociedade e as formas de viver de cada território (FIOCRUZ, 2021). O gênero está presente cotidianamente na sociedade, ainda que obscuramente, e a sua problematização torna-se fundamental para o (a) assistente social. Sua análise é indispensável para a compreensão e exame da questão social (CISNE, 2004). A questão social sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem, salienta Iamamoto (1999). E acrescenta que “um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e construir *propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. (IAMAMOTO, 1999, p. 20).

Nessa análise do gênero é importante pontuar que foi com o modo de produção capitalista que surgiu uma nova forma de trabalho, baseada no contrato de trabalho assalariado (MIRANDA, 2017). Essa mudança modificou as relações sociais de produção e reprodução social, separando-as e hierarquizando-as o que tornou propício, segundo Gama (2014) *apud* Miranda (2017) a invisibilidade do trabalho reprodutivo, o status inferiorizado das mulheres e o teor e a natureza das relações familiares. Na sociedade capitalista o trabalho realizado pelas mulheres “[...] na esfera doméstica é necessário à reprodução da força de trabalho; porém, não se constitui produtivo por não ser assalariado – uma forma de trabalho base de sustentação do capitalismo.” (MIRANDA, 2017, p. 9). Nesse sentido, o trabalho relativo aos cuidados, responsabilidade atribuída às mulheres, é ainda totalmente considerado uma responsabilidade privada.

É necessário analisar gênero no bojo da contradição entre capital e trabalho e das forças sociais conflitantes das classes fundamentais que determinam essa contradição. Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais. (CISNE, 2005, p.4).

Assim, é fundamental relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, ampliada com o advento de pandemias e epidemias, bem como relacionar na e com a luta da classe trabalhadora (CISNE, 2005).

### **3 | A AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA PANDEMIA**

O mundo tem enfrentado, desde 2019, um grave problema de Saúde Pública causado pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus (COVID-19). Segundo pesquisas realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) esse vírus vem produzindo repercussões de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, bem como impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias. O mundo observa que a

estimativa de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos

vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros (FIOCRUZ, online).

A descoberta do novo coronavírus (COVID-19) não só estremeceu diversos setores da sociedade, mas também evidenciou as desigualdades de gênero. Se o trabalho doméstico não remunerado, majoritariamente, já não era compartilhado com os homens, após a pandemia da COVID-19, a carga carregada pelas mulheres com a extensa multiplicidade de tarefas se intensificou em tempos de escolas fechadas e isolamento (SATIE, 2021). Nesse contexto, é importante destacar que a pandemia contribuiu escancarar as disparidades existentes entre homens e mulheres, pois os impactos de pandemias e epidemias não são homogêneos para os diferentes gêneros devido às históricas desigualdades (FIOCRUZ, 2021).

Em tempos de crise epidemiológica, um campo em que pode ser observada de maneira muito clara a desigualdade de gênero é o acadêmico. Tendo em vista que houve uma redução drástica, em 50%, na submissão de trabalhos de mulheres a revistas científicas, algo que não ocorreu com pesquisadores homens (SATIE, 2021). Candido (2020) ressalta que

A publicação de artigos ganha relevância nesse contexto por ter peso substantivo nos atuais sistemas de avaliação do desempenho de pesquisadoras/es, que influencia não só as possibilidades de se encontrar um emprego, como também de conquistar financiamento de projetos e visibilidade acadêmica. As revistas especializadas são um dos principais veículos de comunicação de resultados científicos e têm sido objeto de estudos sobre a sub-representação feminina em autoria de textos. (CANDIDO, 2020, online).

Esse cenário é resultado da dedicação dessas mulheres cientistas a pesquisa, a escrita, a ministração de aulas juntamente com o cuidado de filhos, idosos e à dinâmica da casa. Esse acúmulo de atribuições prejudica de maneira concreta a vida profissional dessas mulheres, já que uma parte considerável da progressão na carreira acadêmica depende de publicação (SATIE, 2021). Muitos sistemas de avaliação científica seguem ignorando essas desigualdades entre as condições de homens e mulheres. Um exemplo é a não adoção de critérios formais por parte dos concursos brasileiros para docentes em universidades públicas para contrabalancear as diferenças de currículo dos concorrentes de acordo com aspectos como a licença maternidade (CANDIDO, 2020). Assim, as diferenças de gênero se aprofundam e há um retrocesso em muitos anos na luta por equidade, salienta Satie (2021).

O relatório da ONU Mulheres<sup>1</sup> intitulado *Whose time to care?* (De quem é a vez

---

1 A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. São seis áreas prioritárias de atuação: liderança e participação política das mulheres; empoderamento



de cuidar?) afirma que antes do COVID-19, dados sobre quanto tempo as mulheres e os homens demandavam com cuidados não remunerados e trabalho doméstico eram mais escassos (UM WOMEN, online). Entretanto, a partir de novas pesquisas essa realidade foi se alterando. Os dados disponíveis de 38 países confirmam de forma esmagadora que tanto as mulheres quanto os homens aumentaram suas cargas de trabalho, mas as mulheres ainda estão fazendo a maior parte desse trabalho, além de assumir com maior intensidade as tarefas relacionadas aos cuidados em comparação aos homens. Enquanto isso, os pais estão recebendo mais ajuda de filhas do que de filhos, afirma o relatório.

É preocupante, mais mulheres do que os homens estão deixando o mercado de trabalho, talvez como resultado do aumento dessas cargas de trabalho. As consequências econômicas, incluindo perdas de empregos e meios de subsistência, espera-se que empurre milhões de mais pessoas em extrema pobreza - e mulheres e as meninas são as mais atingidas. No final deste ano, uma chocante porcentagem de 13% das mulheres e meninas do mundo – 469 milhões de pessoas - viverão em extrema pobreza. (UM WOMEN, 2020, online).

Um aspecto importante a destacar é que no enfrentamento a pandemia, em todo o mundo, as mulheres são a maioria esmagadora, pois representam 70% das equipes de trabalhadores e trabalhadoras de serviços sociais e de saúde (UNFPA, 2020). No Brasil, os números são semelhantes, pois dos seis milhões de profissionais do setor de saúde, 65% dos são do sexo feminino. “Segundo dados baseados no Censo do IBGE, em algumas carreiras, como Fonoaudiologia, Nutrição e Serviço Social, elas alcançam quase a totalidade, ultrapassando 90% de participação. Em outras, como Enfermagem e Psicologia, estão com percentuais acima de 80%.” (CONASEMS, 2020, online). Entretanto, a valorização pelo duro trabalho não se materializa como direitos, pois quando às ocupações e os cargos envolvem cuidados com terceiros, sofre um fenômeno social chamado de feminilização, ou seja, a presença de mulheres implica no valor atribuído a profissão que passa a ser socialmente considerada de menor qualificação, remuneração e prestígio (HERNANDES; VIEIRA, 2020). “É necessário perceber que essa “feminização”, do trabalho, explicita uma análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e reprodução do capital [...]”, que culmina na superexploração do trabalho exercido pelas mulheres (CISNE, 2004, p.128).

Nesse período pandêmico, sendo a imensa maioria dos profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à Covid-19, diretamente envolvidas nos procedimentos de cuidado aos indivíduos, as mulheres são as mais expostas tanto aos riscos aumentados de contaminação quanto aos demais riscos ocupacionais. Nesse contexto, estão inclusos, “conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), excesso de horas trabalhadas, sofrimento psíquico, fadiga, “burnout”, estigmatização e violência física e psicológica, que

---

econômico; fim da violência contra mulheres e meninas; paz e segurança e emergências humanitárias; governança e planejamento; normas globais e regionais. Vide: ONU Mulheres. *Sobre a ONU Mulheres*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

podem ser amplificados por dinâmicas de gênero” (HERNANDES; VIEIRA, 2020, p. 6).

Historicamente, o Serviço Social está ligado a questões atribuídas ao gênero feminino. Craveiro e Machado (2011) afirmam que o início da profissão a identidade do (a) Assistente Social era atribuído e formado pela ideologia da burguesia diretamente ligada às características enraizadas e culturalmente legitimadas ao âmbito feminino. O Serviço Social, em especial, permaneceu ao longo do tempo se constituindo num espaço de inserção social e ocupacional para as mulheres, porém ele não é suficiente para colocar a mulher numa posição de igualdade, no âmbito social, ocupacional e político, afirma Montañó (2007). “O Serviço Social, como profissão eminentemente feminina, tem, neste fato, o seu primeiro elemento de subalternidade, na medida em que se insere em sociedades marcadas e regidas por padrões patriarcais e “machistas”. (MONTAÑO, 2007, p. 98).

Essa identidade eminentemente feminina que marca a profissão negativamente, pois a categoria profissional se insere numa sociedade com fortes características patriarcais e conservadoras, e desse modo exalta o gênero masculino em todos os âmbitos, deixando dessa forma, em segundo plano, todos os ideários que possam privilegiar ou emancipar de forma positiva o gênero feminino. Os ideários machistas que subalternizam o gênero feminino impactam na categoria profissional feminina, que busca igualdade de condições e posições assim como oportunidades que transformem essa sociedade (CRAVEIRO; MACHADO, 2011). Assim,

[...] a categoria gênero é um instrumento fundamental para análise social e o serviço social deve se apropriar da mesma, como forma de contribuir para compreensão da dinâmica social e buscar estratégias que contribuam para minimização da desigualdade de gênero, bem como para eliminação de práticas de violência, preconceito e discriminação (SOUSA; MOURA, 2013, p. 9).

Nesse sentido é importante destacar que a categoria gênero terá sua relevância para o Serviço Social, dentro de uma perspectiva crítica, à medida que a profissão trabalha com homens e mulheres nas teias das relações sociais na perspectiva de totalidade. Desvelar essas relações de desigualdade de gênero é fundamental para o compromisso da profissão em eliminar as diversas formas de preconceito, opressão em torno das mulheres, que são expressões das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital (CISNE, 2004).

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a discussão realizada, observa-se que a categoria gênero, entendida como uma construção social, é de suma importância para apreensão da realidade social, tendo em vista que se configura como uma das manifestações da questão social. Destaca-se a importância dos estudos de Engels ao demonstrar que a opressão das mulheres está

arraigada no modo como a estrutura da família cresceu com a ascensão da sociedade de classes e que não era uma característica das sociedades anteriores, bem como para compreender como trabalho relativo aos cuidados, foi sendo atribuído como responsabilidade das mulheres, sendo ainda totalmente considerado uma responsabilidade privada.

Observou-se como as desigualdades de gênero foram ampliadas na pandemia da Covid-19, ou seja, a pandemia evidenciou dinâmicas de desigualdade que não podem ser ignoradas. Os dados apresentados apontaram que não basta apenas garantir a representação igualitária das mulheres em todos as instâncias de planejamento e de tomada de decisão sobre a resposta à pandemia. Mas, como explana Cisne (2004), atentar para a necessidade de se pautar na teoria marxista as questões de gênero e o fenômeno da feminização para abolir as desigualdades, mantendo o compromisso político profissional, em uma perspectiva crítica e de totalidade, para lutar contra a subalternidade, opressão e superexploração sofridas pelas mulheres e abraçar um projeto societário em busca da plena emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres, **Blog DADOS**, 2020 [publicado 14 maio 2020]. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CISNE, Mirla. **Marxismo**: uma teoria indispensável à luta feminista. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005.

CISNE, Mirla. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. 202 p.

CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. **Protagonismo feminino na saúde**: mulheres são a maioria nos serviços e na gestão do SUS. [online]. 06 mar. 2020. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus/#:~:text=As%20mulheres%20s%C3%A3o%20a%20principal,hospitais%2C%20quanto%20na%20aten%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

ENGELS, Friedrich (1978). **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FIOCRUZ Observatório Covid. **Como diminuir as desigualdades de gênero na pandemia**. Plano de resposta à pandemia deve incluir perspectiva crítica de gênero e raça. Guia Gender & COVID-19. Impacto Social da COVID-19 - FIOCRUZ. 20 abr. 2021. Disponível em: [https://impactosocialdacovid.fiocruz.br/genero/#section\\_01](https://impactosocialdacovid.fiocruz.br/genero/#section_01). Acesso em: 03 jun. 2021.

FIOCRUZ Observatório Covid. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** Observatório Covid-19: informação para ação. [online]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 03 jun. 2021.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Trajetória dos Feminismos: introdução a abordagem de gênero. *In*: BRASIL. Presidência da República. **Marcadas a Ferro** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 77 – 92.

HERNANDES, Elizabeth Sousa Cagliari; VIEIRA, Luciana. **A guerra tem rosto de mulher:** trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19. 17 abr. 2020. 12 p. Disponível em: <http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19>. Acesso em: 04 jun. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

MIRANDA, Líbia Mafra Benvindo de. **Questão Social e Gênero:** uma análise sobre a condição da mulher no mercado de trabalho. VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade Federal do Maranhão. agos. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/questaosocialegeneroumaanalisesobreacondicaodamulhernomercadodetrabalho.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.

ORR, Judith. Marxismo e feminismo hoje. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.132-143, 2º sem. 2011. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/01/12-Judith-Orr.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Desigualdade Social e o Conceito de Gênero.** Revista Virtú- ICH. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a7.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

SATIE, Anna. Efeitos da pandemia sobre mulheres podem atrasar luta por equidade. **CNN Brasil**. 08 mar. 2021. São Paulo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/03/08/efeito-da-pandemia-sobre-mulheres-podem-agravar-cenario-de-luta-por-equidade>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SOUSA, Franciele Santana de Maria. MOURA, Aparecida Garcia. Uma discussão acerca da Questão de Gênero e o Serviço Social. **Anais VI Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Universidade Estadual de Londrina, 20 a 23 ago. 2013. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaeageracao/pdf/umadiscussaoacercaquestaoedegeneroeoservicosocial.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

UM WOMEN. **Whose time to care?** Unpaid Care And Domestic Work During Covid-19. New York, USA, 2020. 10 p. [online]. Disponível em: [https://data.unwomen.org/sites/default/files/inline-files/Whose-time-to-care-brief\\_0.pdf](https://data.unwomen.org/sites/default/files/inline-files/Whose-time-to-care-brief_0.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

UNFPA – United Nations Population Fund. **COVID 19:** Um olhar para gênero. Resumo Técnico, março 2020. Disponível em [https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Covid19\\_olhar\\_genero.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Covid19_olhar_genero.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

# CAPÍTULO 2

## PRODUZIR X REPRODUZIR: PENSANDO A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Data de aceite: 02/05/2022

**Jodeyson Islony de Lima Sobrinho**

<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

**Carla Montefusco de Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/8840103320001811>

**Elisa Cristiane de Souza**

<http://lattes.cnpq.br/3503372804239737>

**RESUMO:** A arte de fazer pesquisa na área do Serviço Social, não se limita ao campo acadêmico, pelo contrário, é essencial no contexto do exercício profissional. Dessa forma, esse artigo busca refletir sobre a pesquisa em Serviço Social, considerando a dimensão investigativa da profissão, sob o ímpeto da reconfiguração da sociabilidade do capital. A pesquisa ora apresentada, de caráter explicativo, utilizou como estratégias de investigação os levantamentos bibliográfico e documental. Destacamos, portanto, a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social como estratégia viabilizadora do aprofundamento das reflexões sobre as mediações que constituem os processos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesquisa em Serviço Social; Atitude investigativa; Projeto Ético-Político.

### PRODUCE X REPRODUCE: THINKING ABOUT SOCIAL WORK RESEARCH IN CONTEMPORARY TIMES

**ABSTRACT:** The art of doing research in the area of social work, not limited to the academic field, however, is essential in the context of professional practice. Thus, this article aims to reflect on the research in social work, considering the size of the investigative profession, under the impetus of the reconfiguration of the capital of sociability. The research presented in explanatory character, used as research strategies the bibliographic and documentary surveys. We emphasize, therefore, the production of knowledge in the context of Social Work as enabler strategy of deepening reflections on the mediations that constitute social processes.

**KEYWORDS:** Social Work Research; Investigative Attitude; Political-Ethical Project.

### 1 | INTRODUÇÃO

O processo criativo de materialização da pesquisa não se reduz ao ato de desenvolver regras preestabelecidas, com propósitos científicos. Para pensar, propor e fazer pesquisa importa a criatividade, a disciplina e, principalmente, as motivações para confrontar o desejo do/a pesquisador/a com a realidade concreta<sup>1</sup>.

Ancorada epistemologicamente no

1 O presente artigo resulta das reflexões empreendidas nas disciplinas de pesquisa social ministradas nos âmbitos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bem como das atividades realizadas nos grupos de estudos e pesquisa Ética, Trabalho e Direitos (GEPTED) e Trabalho, Questão Urbano - Rural-Ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTEMOSS).

materialismo histórico-dialético, as reflexões aqui apresentadas foram realizadas por meio de levantamentos bibliográficos e documentais. De cunho explicativo, a investigação consubstanciada nesse texto, buscou refletir sobre a pesquisa como dimensão constitutiva/constituente do processo da formação e do exercício profissional do/a assistente social, considerando, sobremaneira, as determinações econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade na qual impera o modo de produção capitalista.

Para tanto, inicialmente, discorreremos sobre as determinações conjunturais que interferem na forma de produzir e de reproduzir a educação e a pesquisa na sociabilidade contemporânea. Em seguida, discutiremos a atitude investigativa na particularidade do Serviço Social e o seu significado para a produção do conhecimento crítico. Para, finalmente, refletirmos sobre a pesquisa como elemento de fortalecimento das dimensões práticas e intelectivas da profissão.

## **21 A ARTE DE FAZER PESQUISA E SUAS DETERMINAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS**

Assumimos, como ponto de partida desse trabalho, as inflexões que a pesquisa científica sofre com as determinações de uma sociedade que emana da exploração da classe trabalhadora, da flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais, e da precarização das condições de vida e de trabalho. Afinal, sabemos que o maior interesse do capital se refere ao crescimento das taxas de lucro, e, é em função dessa prerrogativa que se desenvolve toda a sua lógica, considerando que pela própria natureza do capitalismo, a retomada do aumento das taxas de lucros só é possível por meio da intensificação da exploração da classe trabalhadora (TONET, 2009).

O processo de reordenamento cíclico dos mecanismos de organização do sistema capitalista tem como finalidades essenciais a manutenção e o aumento das taxas de lucratividade. Nos termos da reestruturação produtiva, que se processa desde as últimas décadas do século XX, a flexibilização dos processos e das garantias do trabalho se colocam como prementes.

Em face da necessidade de conter as contradições inerentes ao esgotamento do fordismo/taylorismo, através do modo de organizar a produção toyotista, vão sendo adotadas formas de “acumulação flexível” que modificaram os processos de organização e gestão da força de trabalho, provocando o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, com o intermédio da heterogeneização, flexibilização, terceirização, pejotizações e outras formas de precarização da força de trabalho.

Em síntese, a reestruturação produtiva transformou a forma de produzir, agir e administrar a força de trabalho, com a perspectiva de aumentar a lucratividade e o poder às custas da intensificação da exploração da classe trabalhadora. Isso determinou a procura e a seleção acurada de uma nova força de trabalho, isto é, um trabalhador adaptado às novas exigências do capital.

O conhecimento e o saber tornaram-se “produtos-chaves” aos olhos empresariais. Se antes, as linhas de montagem exigiam que os trabalhadores e trabalhadoras executassem apenas uma ínfima parte de uma determinada mercadoria, nos moldes da produção flexível, os/as trabalhadores/as passam a executar múltiplas tarefas, às vezes operando mais de uma máquina diferente, ao mesmo tempo. Nas palavras de Antunes (2013, p. 361): “Se antes o trabalhador era o gorila ou o boi, agora é o trabalhador polivalente. Aliás, curioso. Nem trabalhador ele é mais. É colaborador”.

Repercuta, então, sobre a classe trabalhadora consequências que, para além das modificações objetivas no trabalho, atingem as dimensões pertinentes à subjetividade dos sujeitos. O perfil de trabalhador mecânico e quantitativamente produtivo, típico do taylorismo/fordismo, vai dando lugar a um perfil no qual a produtividade é igualmente exigida, entretanto, abre-se espaço para a criatividade assistida. Ou seja, estende-se o campo de atuação para o/a trabalhador/a com elevada capacidade “criativa” de entendimento das demandas do mercado, bem como na resolução de problemas produtivos.

As funções de planejamento e execução tão distintas e distantes no taylorismo/fordismo fundem-se sob o ideário de que todos/as os/as trabalhadores/as são igualmente capazes de contribuir para o sucesso das organizações. Em meio a essa fusão o/a trabalhador/a é incentivado/a à qualificação contínua, já que a manutenção do emprego seria, no universo ideológico discursivo da sociabilidade contemporânea, resultado dos esforços individuais no desenvolvimento de habilidades úteis às organizações produtivas. Essas transformações implicaram em mudanças na forma de preparar a classe trabalhadora para o mercado de trabalho.

No modelo toyotista, a escola é flexível, mas também é enxuta. No aspecto pedagógico, é uma escola do “aprender a aprender” o processo de produção e circulação rápida das mercadorias, sem qualquer preocupação com as questões históricas, sociais e políticas. Nesse contexto, o que vale é o aprender o conhecimento “técnico” exigido pelo capital, para ser inserido no mercado de trabalho, isto é, não há tempo para a reflexão e a apreensão dos conhecimentos necessários para compreender o conjunto da sociabilidade na qual se vive (ANTUNES, 2013).

Assim, em plena era da informatização do trabalho no mundo maquinal digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pela informalização do trabalho (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado. (ANTUNES, 2020, p. 123).

No Brasil, esse processo de reestruturação produtiva se consolida a partir dos anos de 1990, em resposta à necessidade de integração a um mercado mais competitivo e condicionado pela nova dinâmica de acumulação de capital, o que possibilitou uma redefinição nos processos de produção, organização e gestão do trabalho, repercutindo

nas mais variadas “dimensões da vida humana” (TONET, 2009).

Essa análise torna-se preponderante para refletirmos sobre a arte de pensar e fazer pesquisa na contemporaneidade, pois os fundamentos socioculturais expressos em uma sociedade de classes encerram tais configurações. O conjunto das modificações societárias gestadas no âmbito da reestruturação produtiva acaba por colocar como premente ao alcance de um posto no mercado de trabalho, a absorção de saberes e competências que se manifestem de forma imediatamente útil à resolução de problemas no campo produtivo. O conhecimento supostamente inovador aparece como aquele capaz de dar conta de responder de forma rápida às demandas do capital, de tal maneira que, o excesso de reflexão se configura como desnecessário, tendo em vista a urgência das demandas.

O modo de pensar, ensinar e agir, numa sociedade capitalista, expressa a perspectiva de classe que informa o conhecimento necessário à sua reprodução, isto é, não importa pensar e debater criticamente, mas sim disseminar conhecimentos que atendam as necessidades de autorreprodução e/ou de acumulação do capital.

Nessa sociabilidade não importa atender as necessidades da humanidade, mas sim organizar a produção para alcançar a lucratividade. Assim, as políticas sociais, dentre elas a de educação, são estruturadas para a formação e a manutenção da mão-de-obra necessária ao sistema. Isso não significa negar os avanços no âmbito educacional, mas pensar que esses avanços não rompem com a lógica de reprodução do capital.

Compreende-se, portanto, os fundamentos que configuram a política educacional brasileira sob uma perspectiva de formar indivíduos para atender as demandas do mercado, isto é, de formar indivíduos que aceitam a ordem vigente do capital, sem qualquer questionamento ou debate. Nesse processo, ressaltamos a atuação e intervenção dos organismos internacionais na política educacional dos países de capitalismo dependente, dentre eles o Brasil, pois esses exigem dos governos a tarefa de realizar ajustes estruturais e reformas socioeducacionais, para alcançar as metas consideradas necessárias a esses países.

Esse processo revela a tendência da burguesia em exigir estratégias produtivas de maior nível educacional, com a finalidade de formar sujeitos adaptados ao padrão de produção e de consumo do sistema capitalista. Assim, as reformas consistem em propostas que cooptam a subjetividade da classe trabalhadora, sob a aparência de estar implementando uma política inclusiva dessa classe, como é o caso dos projetos educacionais de alargamento do ensino superior, seja com o financiamento do ensino nas instituições privadas e/ou à distância.

Em meio a esse contexto, o ensino superior, vem se reconfigurado como um espaço mercantilizado que forma, massivamente, intelectuais colaboracionistas à ordem do capital, por meio da certificação em larga escala imposta. Essa é uma das reformas educacionais que se apresentam sob a aparência de uma política inclusiva, mas o que, na verdade, constatamos é uma abertura da educação superior como amplo e lucrativo campo



de exploração para os grupos de empresários.

Em consonância com esse debate, Demo (2008, p.11) defende que é recorrente nas Universidades a prática de “dar e escutar aulas, tudo no mais tranquilo instrucionismo”, isto é, ao invés de formar, educar e potencializar a capacidade crítica do indivíduo sucumbe-se ao exercício de treinar, domesticar e adestrar os/as estudantes num perfeito processo de copiar e recopiar as aulas. Essa estrutura dificulta o verdadeiro processo de ensino-aprendizagem do indivíduo, pois esse requer autonomia e participação ativa e consciente para pensar; aprender a aprender; e refletir sobre o que está sendo repassado pelos/as docentes em sala de aula.

O processo educativo deve contribuir com a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos, considerados como um “patrimônio acumulado” que, disseminado ao longo da história da humanidade, permite que o indivíduo se construa e reconstrua como membro do gênero humano, contribuindo com a reprodução do ser social. Nesse sentido, em uma sociedade de classes o interesse da ordem burguesa vai atravessar a estrutura da política de educação, visando manter a ordem vigente e interferindo diretamente na elaboração de planos, programas e/ou propostas do âmbito educacional (TONET, 2005b).

Na esteira desse processo, a produção do conhecimento através da pesquisa torna-se elemento componente de uma educação reflexiva e crítica<sup>2</sup>, o que demanda tempo e esforço para o processo de construção de saberes. Essa construção de saberes, que rompa com um conhecimento puramente imediatista e superficial, é originária de uma concepção de conhecimento que prima pela apreensão das mediações que constituem a realidade, considerando as relações que operam no interior das articulações dinâmicas e contraditórias entre as várias estruturas sócio-históricas, abrindo-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva da totalidade (PONTES, 1997).

Ao tratar da pesquisa como essencial à produção de conhecimento remete-se ao fato de colocá-la para além dos problemas remotos, isto é, numa perspectiva de dar conta do concretismo da realidade o que implica num desafio às instituições universitárias na atualidade, como defende Chauí (2001) ao afirmar que as universidades são instituições sociais, exprimindo a sociedade da qual faz parte, numa expressão historicamente determinada, de uma sociedade também objetivamente determinada.

Nessa perspectiva, o projeto de formação profissional gestado no âmbito do Serviço Social, ao longo dos anos de 1990, direciona-se a atender as exigências (re)configuradas na contemporaneidade, decorrentes das profundas alterações verificadas no mundo do trabalho, com repercussões na relação capital/trabalho, nas políticas sociais e na esfera cultural.

---

<sup>2</sup> Crítica no sentido de considerar as múltiplas determinações ou fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, possibilitando compreender a sua natureza mais profunda, isto é, superando o que lhe é imediato.

De acordo com Iamamoto (2008) o debate provocado a partir da perspectiva de elaborar um projeto profissional coletivamente representou um “salto de qualidade” na preparação acadêmica e profissional para o Serviço Social, implicando numa relação de ruptura e continuidade do projeto anterior, isto é, se mantiveram os avanços consolidados nos anos de 1980, mas propuseram mudanças com vista a superar os impasses e as defasagens.

De acordo com Mendes e Prates (2007), as novas diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABPESS) em 1996, viabilizam um aporte de material fundamental para que possamos fortalecer argumentos e reiterar nossas opções ético-políticas e teórico-metodológicas, pautadas por uma perspectiva radicalmente democrática e emancipatória. Portanto, ultrapassar a barreira da produção de saberes meramente atrelados aos problemas e questões práticas do cotidiano, implica considerar que se vive em um contexto de intensa complexidade social, exigindo uma elaboração teórica que se configure como ação para além do imediato aparente, e que resista a desembocar na desqualificação da teoria, e muitas vezes, num “ativismo superficial” (TONET, 2005a, p.131).

Dessa forma, na especificidade do Serviço Social, a dimensão investigativa da profissão e as reflexões endógenas da categoria também são perpassadas pelas condições objetivas constitutivas da sociabilidade capitalista. A arte de fazer pesquisa na área de Serviço Social não está subsumida, somente, ao mundo acadêmico, pelo contrário, ela, também, se autoconstrói e determina todo o contexto do exercício profissional, já que é impossível pensar a pesquisa crítica em Serviço Social desconsiderando os fundamentos ontológicos de construção do ser social, visto que, o trabalho está emaranhado pela relação de unidade dialética entre teoria e prática.

### **3 | A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL: UMA MEDIAÇÃO NECESSÁRIA**

A realidade social é movida por um conjunto de contradições, e é nesse contexto que o/a profissional de Serviço Social é chamado a intervir. Por conseguinte, essa intervenção se dá a partir da apreensão dessas contradições, o que o habilita a realizar as mediações necessárias à intervenção qualificada. A pesquisa crítica permite ao/a profissional, em seu processo de abstração intelectual, fazer a síntese do movimento do real, a partir de suas contradições eminentes. Tal postura investigativa permite que o/a profissional estabeleça condições de construir mediações capazes de potencializar a possibilidade dessa intervenção na perspectiva do projeto ético-político da profissão.

E, para assegurar uma direção pautada nos princípios do projeto ético-político profissional é necessário que o/a assistente social apreenda, através do processo de pesquisa, as condições particulares nas quais se encontram inseridos/as, sejam no contexto da universidade e/ou do exercício profissional, já que a profissão está inscrita no

processo de produção e reprodução das relações sociais.

A pesquisa, assim, se revela como instrumental imprescindível e preponderante aos procedimentos diários do exercício profissional, pois os desafios cotidianos exigem do/a assistente social um domínio de informações necessárias à identificação de estratégias e instrumentos a serem utilizados.

Nesse sentido, apontamos a importância do pensamento crítico marxista para a apreensão da realidade contemporânea, o que tem levado o Serviço Social brasileiro, de forma hegemônica, incorporar os fundamentos teórico-políticos da tradição marxista, no processo da pesquisa em Serviço Social. Portanto, ratificamos a necessidade de empreendermos uma análise radical nos fundamentos da realidade social, reconhecendo, ainda, a existência do pluralismo teórico-metodológico presente na profissão.

Compreendendo que os processos de trabalho dos sujeitos sociais encerram em si, dimensões prático-intelectivas (IAMAMOTO, 2008), ao dimensionar a realidade se o/a assistente social, não apreende as determinações sócio-históricas da demanda posta no seu exercício profissional, acaba por dar respostas superficiais e imediatas, que atendem apenas as dimensões aparentes dessa demanda.

Nessa linha de debate, destacamos a necessidade do/a assistente social pensar, compreender e analisar a realidade social na sua complexidade, isto é, desenvolver um esforço intelectual capaz de apreender a essência dessa realidade na sua mediaticidade. O exercício da pesquisa, assim, se apresenta como instrumento necessário à atuação profissional, pois só com a apreensão do real, na sua essência, é possível romper com os “tipos de intervenção” meramente focalistas, pragmáticas, superficiais e imediatistas.

A direção social e o próprio compromisso ético-político da categoria profissional exigem que o/a assistente social se firme numa realidade concreta, isto é, apresente a capacidade de decifrar o real sob o viés de superar aquela visão e/ou interpretação imediatista e superficial da realidade social, reafirmando o seu compromisso com um projeto mais amplo de transformação social. Nesse sentido, destacamos o suposto assinalado por Pereira (2005, p. 18, grifo do autor): *“de que a pesquisa longe de ser um luxo intelectual é uma necessidade de realização conseqüente da profissão e condição de possibilidade de rupturas com atitudes e práticas voluntaristas, tópicas e impensadas”*.

De acordo com Bourguignon (2007, p.49) “a pesquisa representa um desafio permanente para os profissionais que pretendem ser críticos e propositivos no atual cenário nacional e em relação ao processo de formação profissional”. Nesse interim, mostra-se, a necessidade de uma formação profissional alinhada à dimensão crítica-reflexiva da qual pauta o projeto ético-político do Serviço Social, possibilitando um adensamento teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo, e, alinhado, à dimensão investigativa, vinculando a prática profissional à perspectiva da pesquisa.

No contexto da formação acadêmico-profissional é que o/a assistente social se apropria dos conhecimentos necessários à dimensão investigativa da profissão, ensejada

na unidade da relação teoria e prática, o que, nos remete a afirmar que toda a prática profissional, portanto, encerra uma dimensão intelectual e uma interventiva, seja no âmbito das políticas setoriais seja no ensino de Serviço Social. Desse modo, é a partir dos idos de 1990, que no âmbito do Serviço Social, o processo de formação profissional, segundo Guerra (2009, p. 702), “dispõe de um projeto pedagógico que contempla um conjunto de valores e diretrizes, que lhe dão a direção estratégica e contempla um determinado perfil profissional”.

No que se refere ao processo investigativo do fazer pesquisa, Guerra (2009) nos aponta três níveis dessa realidade: o primeiro pautado no senso comum, arrolado no empirismo, no superficial; o segundo se configura na condição de entender a realidade, ou seja, ultrapassa o superficial, mas ainda se limita à condição de ver o imediato, o que está posto, o aparente; e o terceiro, que se vincula à perspectiva de desvelar a realidade, de ir à fundo, ultrapassar o aparente, sem destituí-lo de seu papel, mas que consegue ensejar uma análise que vai às raízes dos elementos constituintes e constitutivos da realidade social, ao qual, se remete ao próprio processo de transformação da realidade.

É nessa última forma de fazer pesquisa que o Serviço Social brasileiro vem garantindo sua hegemonia, mesmo que os tempos atuais não sejam – diga-se de passagem, não são – os melhores para a viabilização desse processo investigativo. Contudo, ao aceitarmos passivamente determinada forma de fazer conhecimento, sem realizar as mediações necessárias (analisá-lo, criticá-lo e, se for o caso, negá-lo) estamos corroborando com o próprio processo de reprodução passiva das relações sociais capitalistas.

Nessa mesma direção, Pereira (2005) assinala que a revalorização do viés pragmático no enfrentamento das “necessidades sociais” e dos “novos riscos sociais”, na contemporaneidade, implica na dificuldade de apreensão da pesquisa como processo “integral” e “intrínseco” do exercício profissional. Essa tendência determina a visão equivocada do Serviço Social como uma atividade que não exige esforços investigativos de apreensão da realidade, pois atua na intervenção ou na prestação de serviços, o que não condiz com o direcionamento do projeto ético-político profissional.

De acordo com Iamamoto (2007, p.137):

[...] A pesquisa é um requisito fundamental ao conhecimento da realidade e não pode ser vista como mera atividade complementar ao trabalho do assistente social. Para mim, é uma dimensão constitutiva desse trabalho, assim como a ética é transversal ao exercício e à formação profissional.

Guerra (2009, p. 707) afirma que é, somente, a partir da pesquisa crítica, que podemos realizar uma imersão na realidade social, configurada num “processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental”, considerando que a realidade social é uma totalidade que emerge, cotidianamente, determinações que se compõem numa perspectiva totalizante.

O conhecimento da realidade se dá a partir de sucessivas aproximações, já que não a concebemos por meio de verdades absolutas, mas como uma verdade socialmente e historicamente determinada. Setúbal (2007, p.70) nos assevera que:

A pesquisa é um dos procedimentos teórico-metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida. Permite uma autoanálise e revisão permanente dos que a praticam, uma compreensão do outro, com mais tolerância; o repensar o dia, o obrigado a ouvir e a aceitar, por ser procedente da autoridade produtora do conhecimento já reconhecido no meio da intelectualidade, ou da autoridade decorrente da função institucional.

Dito isso, se não tivermos fulgente a direção social a ser impetrada na intervenção profissional, recaímos na velha perspectiva fatalista de que nada podemos fazer para transformar essa realidade. O que nos leva a pensar, na cena contemporânea, os rumos que a pesquisa em Serviço Social tomará, já que essa postura investigativa se constrói pela via da formação profissional – graduação e pela via da educação permanente – a exemplo da política de educação permanente do conjunto CFESS/CRESS – na perspectiva de contribuir na transformação do trabalhador num sujeito político capaz de alterar a realidade.

Faz-se premente, então, a necessidade de incorporar a atitude investigativa como dimensão essencial da formação e do exercício profissional. A pesquisa se coloca, portanto, como condição para superar a defasagem entre o discurso genérico acerca dos determinantes da realidade social e o desvelamento das possibilidades concretas de ação contidas na realidade (IAMAMOTTO, 2014). Nesse mesmo caminho Guerra aponta que (2009, p.715),

Se o conhecimento crítico é um caminho para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica.

Nesse sentido, a preocupação com o sujeito-cidadão no processo da pesquisa, quando direcionada pela tradição crítica-dialética, assume uma centralidade na perspectiva de mobilizar meios/instrumentos que viabilizam o atendimento qualificado àquela demanda no espaço do exercício profissional e/ou instrumentalizar os segmentos populares quando feita no âmbito da academia.

O conhecimento produzido deve ser configurado, por dentro de uma direção estratégica, visto que é nessa direção que se materializa o projeto ético-político nos processos concretos de transformação do real, o que possibilita potencializar a maturidade intelectual por dentro da própria profissão, mantendo o diálogo com outras áreas do conhecimento.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão investigativa da profissão é perpassada pelas contradições inerentes a sociedade capitalista de produção, o que coloca para os/as assistentes sociais, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, o desafio de construir processos de compreensão da realidade que fomentem o desenvolvimento de ações profissionais crítico-reflexivas. Isso significa que não é possível pensar, planejar e desenvolver pesquisas sem considerarmos os determinantes (sociais, econômicos, políticos e culturais) que repercutem tanto no processo de constituição da realidade social, como no de construção do Serviço Social, nas suas dimensões teóricas, metodológicas, éticas, políticas, técnicas e operativas.

O exercício de pesquisar trata-se de um processo sistemático de indagação da realidade observada, com a perspectiva de ultrapassar o conhecimento imediato e/ou do senso comum, o que permite fundamentar e instrumentalizar a atuação profissional como uma das expressões da *práxis* social, isto é, uma atividade política que pode determinar mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas, sem desconsiderar a necessidade do desenvolvimento de ações integradas dos diferentes setores da sociedade, já que as soluções dos problemas sociais não se constituem em matéria e responsabilidade de uma única área de saber, nem tão pouco de uma determinada categoria profissional (VÁZQUEZ, 1968).

Consideramos que só a partir da atitude investigativa é possível compreender a essência da realidade, isto é, identificar a sua estrutura e múltiplas determinações que lhes são específicas no tempo e na sociedade que se vive. O desvendar da essência permite superar o ato meramente contemplativo e muitas vezes “produtivo e reprodutivo” do conhecimento para alcançar a estrutura da “coisa em si”, do real concreto pensado.

Na arte de fazer pesquisa o/a assistente social deve ter nítida a intencionalidade das suas ações, sendo estas edificadas a partir dos princípios éticos e políticos constitutivos pela coletividade da categoria profissional. A pesquisa, nesse sentido, assume papel constitutivo no processo de intervenção profissional de forma consistente, crítica, competente e propositiva, se revelando como instrumento viabilizador das garantias dos direitos sociais, perseguidos pelo projeto ético-político profissional.

Isso traduz a necessidade de articular a formação profissional ao mercado de trabalho, não no sentido de atender as exigências do mercado de uma forma instrumental e subordinada, mas sim de decifrar as tendências, as contradições e os impasses escondidos nas demandas, para propor respostas criativas e críticas, em forma de resistência e defesa dos direitos sociais e humanos.

É bem certo que os determinantes constitutivos da sociabilidade capitalista fortalecem a instrumentalização do processo de conhecer, de tal modo, que se prolifera o ideário do conhecimento “bom” como àquele que é adquirido rapidamente e que seja imediatamente aplicável à resolução de problemas do cotidiano produtivo. Sendo assim, a construção de

conhecimento no campo das pesquisas sociais faz-se cada vez mais desafiadora, pois é nessa esfera em que emergem mais fortemente os saberes questionadores da ordem social vigente.

A pesquisa em Serviço Social é um processo dinâmico, isto é, um movimento constante de busca, questionamento e leitura do concreto pensado, logo, é subsídio necessário para romper com ações fatalistas e pragmáticas que não apresentam retorno e alcance social. Nessa perspectiva, um desafio que se apresenta a categoria profissional é o exercício de romper com a visão que distancia a pesquisa ou atitude investigativa do exercício profissional, reconhecendo a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social como estratégia viabilizadora do aprofundamento das reflexões sobre as mediações que constituem os processos sociais e permitem, numa dinâmica dialética, instrumentalizar práticas e teorizar sobre o fazer profissional.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Caio. Trabalho, alienação e crise estrutural do capital: bases do receituário neoliberal. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (orgs). **O avesso do trabalho III**: saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p.354- 366.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOURGUIGNON, J. A. A Particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katályses**. Florianópolis, v.10, n. esp., p. 46-54, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DEMO, Pedro. Pesquisa Social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p.11-36, 2008.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. IN: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 701- 718.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico- metodológica. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. Entrevista Marilda Vilella Iamamoto. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, ano 6 (6), Maio, 2007, p. 127-68.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2014.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das Diretrizes Curriculares. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 14, p. 175- 198, 2007.

PEREIRA, Potyara. A utilidade da pesquisa para o Serviço Social. **Revista Serviço Social e Saúde**, Campinas, V. 4, n. 4, Maio, 2005.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

SETUBAL, A. A. Desafios á Pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katályses**, Florianópolis, V. 10, n esp., p. 64-72, 2007.

TONET, Ivo. Educação e emancipação humana. IN: TONET, Ivo, **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2005a, p. 127- 155.

\_\_\_\_\_. Educar para cidadania ou para a liberdade? **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez./2005b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809>. Acesso em: 12 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 107- 124.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.



# CAPÍTULO 3

## SERVIÇO SOCIAL E A PANDEMIA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA ATUAÇÃO EM UNIDADE PROVISÓRIA DE ISOLAMENTO

*Data de aceite: 02/05/2022*

*Data de submissão: 08/04/2022*

### **Mayla Stella do Nascimento Ferreira**

Mestranda em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Paraíba  
Assistente Social na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/4323397667965640>

### **Kellyane de Santana Ricardo**

Mestra em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Pernambuco  
Assistente Social na Secretaria de Saúde do Recife – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/9110759888080626>

**RESUMO:** A Covid-19 é uma doença provocada pelo vírus denominado Sars-CoV-2, que chegou ao Brasil em fevereiro de 2020 e se deparou com o Sistema Único de Saúde (SUS) desvalorizado, subfinanciado e em fase de desfinanciamento, consequência da Emenda Constitucional 95/2016, aprovada no governo de Michel Temer. Este é o cenário de atuação do Serviço Social, que se viu diante da necessidade de reorganizar seu cotidiano de trabalho, elaborar novas estratégias, além de adquirir urgentemente novos conhecimentos sobre biossegurança e infecções, para atuar de forma qualificada neste contexto desafiador. Diante dessa realidade, este artigo objetivou realizar uma análise de conjuntura acerca da realidade brasileira, seguida da experiência profissional vivenciada

por uma equipe de Serviço Social que atuou no enfrentamento da pandemia da Covid-19, em uma Unidade Provisória de Isolamento (UPI), na cidade do Recife-PE. As técnicas metodológicas utilizadas foram revisão bibliográfica e exposição descritiva de relato de experiência vivenciada pelas autoras. Pode-se observar inúmeros desafios colocados à atuação do Serviço Social durante a pandemia, como requisições equivocadas aos/as assistentes sociais, o que tem demandado suporte do conjunto CFESS/ CRESS para respaldo da prática profissional coerente com o projeto ético político. Como trabalhadores/as da saúde, os/as assistentes sociais enfrentaram no cotidiano inúmeros obstáculos para atuar de forma qualitativa e alinhada aos princípios éticos e profissionais. Em linhas gerais, o momento pandêmico, apesar de desafiador, tornou-se muito construtivo à categoria de assistentes sociais, que diante de tantas adversidades, se mostrou aguerrida e, além disso, figurou como resistência e demonstrou-se profissionalmente de importância ímpar no combate à pandemia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coronavírus. Serviço Social. Sistema Único de Saúde.

### **SOCIAL SERVICE AND THE PANDEMIC: LIMITS AND POSSIBILITIES FOR ACTING IN A PROVISIONAL ISOLATION UNIT**

**ABSTRACT:** Covid-19 is a disease caused by the virus called Sars-CoV-2, which arrived in Brazil in February 2020 and found the Unified Health System (SUS) undervalued, underfunded and under financing, as a result of Constitutional Amendment 95/2016, approved under Michel

Temer. This is the scenario of action of the Social Service, which was faced with the need to reorganize its daily work, develop new strategies, in addition to urgently acquiring new knowledge about biosafety and infections, to act in a qualified way in this challenging context. In view of this reality, this article aimed to carry out a conjuncture analysis about the Brazilian reality, followed by the professional experience lived by a Social Service team that acted in the face of the Covid-19 pandemic, in a Provisional Isolation Unit (UPI), in city of Recife-PE. The methodological techniques used were a literature review and a descriptive exposition of an experience report by the authors. One can observe numerous challenges posed to the performance of Social Work during the pandemic, such as mistaken requests to social workers, which has demanded support from the CFESS/CRESS set to support professional practice consistent with the ethical political project. As health workers, social workers faced numerous obstacles in their daily lives to act qualitatively and in line with ethical and professional principles. In general terms, the pandemic moment, although challenging, has become very constructive for the category of social workers, who in the face of so many adversities, proved to be fierce and, in addition, figured as resistance and professionally demonstrated their unique importance in the fight. to the pandemic.

**KEYWORDS:** Coronavirus. Social service. Health Unic System.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Política de Saúde brasileira é fruto de um amplo movimento que contou com a participação de diversos seguimentos da sociedade, denominado de Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que apresentava em seu texto a defesa da saúde como um direito, universal e igualitária. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, e regulamentado pela Lei nº 8.080/1990 e Lei nº 8.142/1990. Ainda no início dos anos 1990, o Brasil implementou o projeto neoliberal, que desde então tem impactado negativamente as políticas sociais públicas, dentre elas, a Política de Saúde.

Nos últimos anos, pode ser observada a retração significativa de investimentos estatais na Política de Saúde, implementada por meio da agenda neoliberal. A desvalorização e o subfinanciamento da saúde têm se aprofundado, chegando no momento ao seu desfinanciamento, conforme aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, no governo do golpe, de Michael Temer, que limita por 20 anos o teto dos gastos públicos, segundo objetivo de “equilíbrio” das contas públicas.

Na atual conjuntura, o mundo foi surpreendido pela pandemia da Covid-19, doença provocada pelo Sars-CoV-2 (OMS, 2020), conhecido como o novo coronavírus. Esta doença possui alto grau de transmissibilidade, o que exigiu esforços de toda população para o seu enfrentamento e tentativa de diminuição do contágio, para a não sobrecarga dos hospitais. Medidas como o distanciamento e isolamento social começaram a ser estimuladas e colocadas em prática.

Entretanto, a crise sanitária agravada pela Covid-19 provoca um impacto maior em países como o Brasil, que indo na contramão das orientações dos órgãos de saúde, se

depara com o atual governo de Jair Messias Bolsonaro, alheio à realidade, que ao invés de combater este vírus, negligencia vidas com uma política negacionista. Até 05 de abril de 2022, o Brasil somava o número de 660.973 mortes, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2022).

Diante da nova realidade, muitos serviços tiveram seu funcionamento suspenso, sua rotina modificada e outros necessitaram ser criados para atendimento do número crescente dos contaminados pelo coronavírus. Dentre essas mudanças, a Prefeitura da Cidade do Recife/PE montou a estrutura de três hospitais de campanha e reorganizou quatro policlínicas para atendimento das pessoas acometidas pela Covid-19.

Nessas novas estruturas, equipes precisaram ser montadas para atendimento da população. Nesse momento, o Serviço Social foi uma das profissões requisitadas para atuar no enfrentamento da pandemia, a partir das suas competências profissionais e atribuições privativas, que o particulariza na divisão social e técnica do trabalho.

Muitos limites e possibilidades se colocaram aos/às assistentes sociais que atuaram, e ainda atuam, na linha de frente da Covid-19. Este/a profissional possui uma formação generalista que lhe possibilita compreender de forma crítica a realidade apresentada pelos sujeitos usuários do SUS, com uma atuação comprometida com a viabilização de direitos.

Para compreender esse contexto que se insere a categoria profissional, este artigo objetiva apresentar uma análise de conjuntura da realidade brasileira, seguida da experiência vivenciada por uma equipe de assistentes sociais que atuaram na linha de frente da pandemia.

## **2 | A CONJUNTURA ATUAL DO BRASIL DIANTE DA CRISE SANITÁRIA APROFUNDADA PELA COVID-19**

Nos últimos anos, pode ser observado no Brasil a retração significativa de investimentos estatais na Política de Saúde, implementada por meio de uma agenda neoliberal, em detrimento do Sistema Único de Saúde – SUS. De forma progressiva e agressiva, o orçamento público sofre retrações importantes e isso influi diretamente nas possibilidades de assistência à saúde da população, que em sua grande maioria, dependente do SUS, o encontrando sucateado e desfinanciado.

No que diz respeito ao desfinanciamento, o sistema de saúde por muito tempo foi considerado subfinanciado, ou seja, com investimentos baixos, interesse parco em implementar um orçamento digno de sua magnitude. Porém, nos últimos anos, de forma categórica, o SUS vem passando por um processo de desfinanciamento, que tem se constituído em eliminar cada vez mais o orçamento público direcionado a financiá-lo, até que o Estado se desresponsabilize por completo com relação à Política de Saúde.

Desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em 2016, se apontavam possíveis problemáticas que poderiam emergir durante os vinte anos que esta irá vigorar.

Não tardou para que seus efeitos desastrosos aparecessem no cotidiano das políticas sociais, aqui especificamente tratando-se da Política de Saúde. Ao levar em consideração do que se trata a emenda, temos a seguinte definição de acordo com Junior e Alves (2017, p. 55).

Assim, a partir do ano de 2017, as despesas primárias passam a ser corrigidas pelo IPCA acumulado do ano de 2016, estando o aumento dos gastos limitados a ele. Um ponto polêmico e que dividiu opiniões é o de que esta sistemática será replicada nos vinte anos subsequentes, enquanto perdurar este novo regime, isto é, até 2036, o que provocará um impacto durante um longo período dificultando a avaliação de sua eficácia e potencializando seus efeitos.

A explanação de Pereira (2017) corrobora a afirmativa acima ao destacar que essa emenda é prejudicial ao acesso da população brasileira aos serviços públicos de saúde. A autora segue a mesma linha da hegemônica parcela de intelectuais que se posicionam contrariamente ao congelamento de gastos e disserta que as alterações constitucionais deveriam sempre caminhar em rumos progressistas, que de certa forma ampliassem os direitos e seu acesso pelos/as cidadãos/as. Mas de forma divergente do campo progressista, o governo criou por meio dessa emenda um instrumento poderoso de retrocesso social, que retraiu os gastos públicos com serviços sociais básicos fundamentais, de maneira a explicitar o descaso com a população. É preciso também ressaltar que o baixo investimento torna improvável que se prestem serviços de qualidade e que contemplem a dimensão do respeito à dignidade humana (PEREIRA, 2017). Esses apontamentos trazem à tona a reflexão da violação abrupta de direitos sociais da população brasileira no que tange à saúde, visto que o SUS é uma das políticas mais impactadas pelo progressivo desfinanciamento social promovido por essa alteração constitucional. Então, considerando a saúde como direito preconizado constitucionalmente e percebendo que a emenda constitucional limita sua plena efetivação, é possível considerar a EC 95/2016 como uma medida inconstitucional, pois não progride direitos e acima de tudo os viola e impede sua efetivação no campo prático.

O congelamento das despesas/investimentos por 20 anos desconsidera as modificações demográficas – crescimento populacional – e as epidemiológicas – como o aparecimento de novas doenças e ampliação de grupos com morbimortalidades emergentes durante os 20 anos. Muitos alertas foram feitos nesse sentido, sobre possíveis malefícios trazidos pelo congelamento, e que poderíamos enfrentar graves problemas para arcar com os custos das transformações do país nos anos seguintes e isso se tornaria muito mais dificultoso com as despesas sociais limitadas.

Não tardou para que aparecessem exemplos claros e desastrosos sobre o que já vinha sendo apontado desde antes da aprovação da EC/95. Primeiramente passamos por recrudescimento de casos de doenças que há muitos anos não ressurgiam, por meio de novos surtos, como por exemplo o sarampo (MEDEIROS, 2020). Posteriormente, adentramos em

uma pandemia de alcance significativo e que exige um sistema público de saúde forte e preparado, porém, se depara com o SUS sucateado, defasado e desfinanciado.

A pandemia da Covid-19, doença provocada pelo vírus Sars-CoV-2 (OMS, 2020), chega ao Brasil em fevereiro de 2020 e de forma progressivamente acelerada pressiona o SUS em busca de mais leitos, equipamentos e recursos humanos, como também demanda investimentos em pesquisa científica, o que esbarra na EC 95/2016, que atinge saúde e educação, ou seja, as duas políticas sociais mais necessárias para enfrentamento da doença.

O enfrentamento da pandemia da Covid-19 requisitou investimentos do binômio saúde-pesquisa científica, que necessariamente estão atreladas para combater o novo coronavírus. Este vírus precisou ser estudado de forma urgente para que se tornasse conhecido e assim se encontrassem soluções eficazes e tratamentos que suprimissem a disseminação e/ou minimizassem os efeitos da doença causada por ele.

A realidade da supressão dos investimentos em saúde pública universal demonstra claramente o descompromisso não apenas com o orçamento da saúde, mas com os princípios e diretrizes do SUS. O momento pandêmico como dito acima exige um SUS forte e centrado na sua estrutura principal: a universalidade, que sustenta o sistema como 'direito de todos e dever do Estado que visa superar o caráter meritocrático e seletivo dos atendimentos em saúde. Porém, o que se vê com o ideário neoliberal é a compreensão de universalidade como proteção social redistributiva ser desmanchada, em detrimento de implementar um sistema focalizado.

A covid-19 exige muito do SUS e encontra um sistema desfinanciado e sucateado. Dessa forma, os princípios e diretrizes explicitados acima foram todos violados durante o enfrentamento à pandemia. Levando em consideração a necessidade de um SUS forte e bem financiado durante a pandemia, pode-se perceber que o neoliberalismo aproximado do negacionismo da doença traz muitos impedimentos para o enfrentamento satisfatório do contexto pandêmico. Tendo em vista o SUS sucateado que possuímos, com dificuldades de aquisição de insumos, leitos reduzidos, desinvestimento na atenção básica – pilar preventivo e de promoção da saúde – a dificuldade de enfrentamento se amplia e expõe a necessidade da urgente ampliação do financiamento do SUS além de maior fidelidade e respeito às diretrizes e princípios.

A universalidade, pilar central do sistema, deveria estar implementada para além da legalidade, e dessa forma ser concretizada cotidianamente nos serviços de saúde. Diante disso, com o contexto da pandemia o SUS se viu pressionado na sua capacidade de atender a todos, e em muitos momentos foi vista a necessidade de escolha de ocupação de leitos, por exemplo, o que demonstra a ineficácia de um sistema público de saúde restrito e moldado pela concepção mercadológica. Além disso, a integralidade do cuidado em saúde também tem sido duramente atingida, pois por meio desta, se considera a complexidade exigida por cada caso em determinado nível de assistência que o caso precisa.

A descentralização do governo federal desarticulado da coordenação e cooperação necessária entre os entes federativos, com embate essencialmente político-partidário e negacionista por parte do governo federal, impacta diretamente na prestação da saúde à população. Outro fator negativo se constituiu na troca de ministros da saúde, ficando até por quatro meses sem ministro efetivo, deixando claro o descompasso das ideias e das ações necessárias para enfrentamento da pandemia.

O negacionismo é evidente, e este advindo da parte de líderes nacionais impactam diretamente na consciência da população com relação à prevenção da doença. No Brasil a pandemia foi tratada pela Presidência da República de forma subdimensionada, ao considerar a doença apenas como gripezinha e incapaz de provocar estragos inimagináveis na vida das populações. Associado a isto nos encontramos diante da disseminação instantânea de informações negacionistas. Conforme Troi e Quintilio (2020, p. 03),

negam-se fatos históricos, negam-se evidências científicas das mais contundentes resumindo a produção de conhecimento ao que se convencionou chamar de guerra cultural. Líderes políticos tentam desacreditar o valor e a importância das ciências em detrimento de seus interesses ideológicos. Mau sinal. A história nos mostra que isso pode agravar a situação e aumentar vertiginosamente o número de mortos. Em diversas partes do globo, além de lidarem com os desafios impostos pelo próprio vírus e os respectivos sistemas de saúde, cientistas, governos locais e sociedade civil organizada tem lutado contra outro inimigo: a desinformação.

De fato, o que foi evidenciado no trecho acima remonta à realidade do Brasil com o avançar da pandemia, o número de mortes cresceu vertiginosamente, a população adoeceu amplamente e o sistema em algumas regiões do país colapsou. A dificuldade de articular apoio científico, logístico e financeiro por parte do Governo Federal impactou diretamente nas ações de enfrentamento à pandemia, como também a epidemia da desinformação e o negacionismo ampliaram o espectro de desafios para enfrentar o vírus.

Dessa forma, pode-se apontar que vários são os aportes que dificultaram uma atuação exitosa no enfrentamento à Covid-19, posto que se aliaram diversos problemas: o desfinanciamento do SUS, o ideário neoliberal, que provoca a contrarreforma do sistema de saúde, a EC 95 e seus impactos claros na execução do SUS e a ideologia negacionista. Nesse contexto, se acirraram tanto as desigualdades sociais como as iniquidades em saúde, o que influi diretamente no debate do Serviço Social, que tem os/as assistentes sociais na linha de frente no combate à pandemia e também apresenta suas demandas intensificadas e permeadas de desafios, sobre os quais será discutido a partir desse momento.

### **3 | LIMITES E POSSIBILIDADES AO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À COVID-19**

Conforme visto anteriormente, o Sistema Único de Saúde – SUS, foi instituído pela Constituição Federal de 1988. Posteriormente, já sob os ditames do neoliberalismo, com

sua lógica de desmontes, o Sistema foi regulamentado pelas Leis nº 8.080/1990 e 8.142/90. O SUS compreende a saúde como um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Essa proteção por parte do Estado deve ser garantida em todas as situações, mesmo diante dos desafios colocados cotidianamente ao SUS e acentuado pela pandemia da Covid-19. A oferta de uma saúde de qualidade e universal deve ser um compromisso de todos que fazem o SUS.

O Serviço Social, uma das treze profissões da área da saúde, regulamentada pela Resolução n.º 218/1997, do Conselho Nacional de Saúde, foi requisitado para atuar na linha de frente no combate à Covid-19. O atual contexto de pandemia exigiu, e ainda exige, esforços para o seu enfrentamento, e os/as assistentes sociais têm sido fundamentais no combate à realidade imposta pela doença.

Este/a profissional possui uma formação generalista que lhe possibilita compreender de forma crítica a realidade apresentada pelos sujeitos usuários do SUS. Comprometidos com a saúde pública enquanto um direito universal, os/as assistentes sociais defendem as diretrizes e princípios alicerçados por este Sistema. Com base no arcabouço da categoria, a profissão é normatizada pelo Código de Ética, pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelo Projeto Ético-Político, e mais especificamente no campo da saúde, conta com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, produzido pelo CFESS em 2010. Tais documentos também orientam a prática profissional neste momento de calamidade pública, voltados à defesa de uma sociedade mais justa.

De acordo com o Código de Ética da Profissão de Serviço Social, artigo 3º, inciso d, é dever da/o Assistente Social “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 2012, p. 27). Sendo assim, diante do contexto da pandemia provocada pelo coronavírus, é fundamental a atuação desse/a profissional no deciframento da realidade.

Com a Covid-19, a rotina dos serviços de saúde necessitou sofrer reajustamentos para adaptação aos atendimentos dos casos suspeitos e/ou confirmados do coronavírus. Em um dos serviços de pronto atendimento da cidade do Recife-PE, houve a construção de uma Unidade Provisória de Isolamento (UPI), como porta de entrada para tais casos, com posterior encaminhamento aos Hospitais de Campanha, referência na continuidade do tratamento. As UPIs possuíram como público-alvo pessoas suspeitas ou confirmadas da Covid-19 que chegavam ao serviço, seja por demandas espontâneas ou trazidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, com faixa etária variada, desde adolescentes a idosos, sendo em sua maioria homens.

Sobre a Unidade construída para atendimento aos/às usuários/as acometidos/as pela Covid-19, foram oferecidos leitos de enfermaria – construída na área do estacionamento –, além de leitos de sala vermelha, que contou com respiradores artificiais, para os casos mais graves, que precisavam ser estabilizados antes de serem transferidos para uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Houve também a estruturação de leitos de isolamento e de

observação, na área interna da unidade, com adequações do espaço. Tal estrutura contou com porta de entrada diferente do restante da própria unidade. Com a taxa de ocupação dos leitos em queda, a partir do mês de junho a Prefeitura do Recife iniciou a desativação dos leitos destinados ao atendimento dos/as usuários/as acometidos pela Covid-19.

Nesta nova realidade, uma equipe de Serviço Social foi montada especificamente para atuação na linha de frente no enfrentamento desta pandemia. Esse momento, inusitado na saúde, não ficou livre de requisições equivocadas de demandas que não competem ao Serviço Social, já tão demarcadas pela lógica imposta ao SUS, que refletem na prática profissional. “Novas contradições são criadas com a contrarreforma na saúde, que tentam não viabilizar o SUS constitucional, acarretando, no cotidiano dos serviços, diferentes questões operativas” (CFESS, 2010, p. 42).

Entretanto, com base no Código de Ética Profissional, em seu artigo 2º, destacamos enquanto direitos dos assistentes sociais, “a garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código” (CFESS, 2012, p. 26). Ou seja, para legitimação da sua prática, o/a profissional deve decidir coletivamente sobre sua prática profissional.

Este momento de formação de uma nova equipe, requisitou o enfrentamento direto para garantir a qualidade dos serviços prestados aos/às usuários/as, que contou com a orientação do Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (CRESS/PE) e com produções do conjunto CFESS/CRESS, que foram/são fundamentais para o desenvolvimento de uma prática profissional crítica. Destaca-se a importância de um Conselho atuante e que fortaleça a categoria profissional.

A equipe de Serviço Social da Unidade, a partir de reuniões virtuais, espaço de discussões das ações desenvolvidas, elaborou de forma conjunta dois documentos norteadores para o desenvolvimento de sua prática. O primeiro sobre a atuação do Serviço Social no enfrentamento à Covid-19, de uma forma mais ampla e o segundo voltado para definição do Fluxo do Serviço Social. Os dois documentos tiveram por base as produções da categoria voltadas para área da saúde e atuação profissional. Sempre houve clareza do compromisso do Serviço Social com a qualidade com os serviços prestados aos/às usuários/as e seus familiares.

No início diversas as dúvidas se colocavam para a equipe, tendo em vista a falta de informação sobre a nova doença. Havia um fluxo intenso de pessoas internadas, com alta rotatividade. Diante da internação, sem a possibilidade de garantia ao acompanhante, devido à alta transmissibilidade do coronavírus, os/as assistentes sociais se mostraram fundamentais no acolhimento às famílias dos/as usuários/as acometidos/as pela Covid-19. Conforme afirma Matos (2020, p. 4),

O Serviço Social tem uma contribuição fundamental para a vida desse sujeito, a exemplo de orientação sobre afastamento do emprego e a socialização de informações para familiares e amigos sobre prevenção. Parece-nos nítido que



tais intervenções não serão diretamente com o usuário/a que está internado, mas sim com representante de amigos/as ou familiares, preferencialmente pela via remota (via telefonemas, por exemplo).

Para desenvolvimento do nosso trabalho, tivemos como base as orientações do conjunto CFESS/CRESS, que estavam sendo produzidas para orientar às práticas profissionais diante da Covid-19; o arcabouço teórico da profissão, as normativas da categoria (Código de Ética, Lei de Regulamentação, Parâmetros para atuação do Assistente Social na Saúde), além das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde. Houve também diálogo com assistentes sociais de outros espaços sobre suas atuações, que já estavam no atendimento à população desde os primeiros casos, bem como debates entre a própria equipe.

Assim, o Serviço Social atuou na perspectiva de garantia de direitos das/dos usuárias/os e seus familiares. Dentre as demandas, podemos destacar o estabelecimento do contato com a família para acolhimento, realizando entrevista social, coleta de dados, orientações sociais e esclarecimentos necessários, como sobre a dinâmica estabelecida na Unidade e sobre benefícios socioassistenciais. Neste contato, havia ainda a definição de um familiar de referência, definido pela própria família; realizamos também ações de educação em saúde, através da sensibilização quanto às medidas emergenciais de prevenção e enfrentamento à Covid-19.

Numa atuação com a equipe, houve constante articulação e diálogo com a médica responsável pelo repasse do Boletim Médico às famílias. Evidenciamos que desde o princípio a equipe do Serviço Social se posicionou contra o repasse de informações clínicas pela categoria, tendo em vista que não possuímos competência técnica para tal prática. Foi realizado ainda mapeamento do funcionamento da rede de saúde e socioassistencial. Em caso de óbitos, após a comunicação realizada pela equipe médica, acolhimento e orientações sociais necessárias aos familiares.

A atual conjuntura de desmontes e boicotes ao SUS tem se colocado como um grande desafio, com a requisição constante de demandas imediatas no cotidiano. Com este novo cenário, foi exigido não só do Serviço Social, mas de todos os/as profissionais o desenvolvimento de práticas quase que em um “cenário de guerra”. Ao mesmo tempo em que se aprendia, se atuava. Colocava-se como um constante desafio à nossa categoria o desenvolvimento de novas abordagens com as famílias, necessitando estabelecer o que era propriedade. Foi definido como prioridade ofertar o melhor suporte às famílias, dentro das competências e atribuições da categoria.

Em relação à população usuária internada, foi estabelecida como prioridade a entrada na “área Covid-19” (considerada a área contaminada) a partir de requisições da própria população usuária ou em diálogo com a equipe multiprofissional, com avaliação das assistentes sociais da real necessidade desse contato, sem uma entrada

sistemática e contínua na enfermaria. Evidenciamos que ainda que houve uma requisição para atendimento diário aos sujeitos acometidos pelo vírus, sem alinhamento com as competências e atribuições previstas na Lei de Regulamentação da Profissão, o que necessitou de um engajamento da equipe para definição do plano de atuação, salientando que seria uma exposição desnecessária de um profissional essencial neste enfrentamento e mais um possível usuário/a internado/a no SUS, que já estava sobrecarregado.

Os contatos com as famílias e os momentos de entrada necessária na enfermaria foram realizados sempre com o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), seguindo todo o protocolo orientado pelos órgãos da saúde. Este uso dos EPI se configurou como um desafio à categoria, que mesmo tendo a área da saúde como histórica em sua prática, não possuía o hábito de utilizar tais equipamentos. Neste setor, a equipe contou com um treinamento para o uso correto, ainda que de forma aligeirada, devido a emergência imposta pela pandemia.

A respeito das medidas de proteção dos órgãos nacionais e internacionais, pensando na segurança tanto da população como da equipe, a equipe do Serviço Social definiu como prioridade o teleatendimento, com priorização do uso do telefone, pois muitos parentes queriam ficar na recepção aguardando notícias, o que se constituía um risco tanto para eles, como para os profissionais que estavam no espaço.

Para o acolhimento das famílias que estavam presencialmente na Unidade, ficou estabelecido que seriam realizados fora da sala, explicando aos sujeitos que essa medida era voltada à proteção de todos/as. Neste momento, havia também o esclarecimento sobre o sigilo profissional, pois os atendimentos necessitavam ser realizados em um local aberto, conforme orientação dos órgãos de saúde. Orientamos sobre o distanciamento social, não só naquele espaço, mas em seu cotidiano, bem como sobre a importância do isolamento, principalmente para aqueles que tiveram contato direto com os entes considerados casos suspeitos e/ou confirmados para Covid- 19.

Um ponto chave nesse momento de enfrentamento à pandemia foi a organização da rede intersetorial, para garantia da continuidade do cuidado ofertado na Unidade Provisória de Isolamento, por ser este um espaço transitório para as famílias e seus entes, que necessitam de constantes transferências para a promoção do seu tratamento. A articulação para além do espaço institucional, como com outras equipes de Serviço Social ou com o próprio CRESS, foi imprescindível na qualidade da oferta do cuidado. Esta prática tem se colocado historicamente ao Serviço Social, conforme aponta Costa (2010, p. 148),

Na maioria das situações concretas, vivenciadas pelos Assistentes Sociais no cotidiano do SUS, a atenção a um mesmo usuário envolve várias demandas que simultaneamente requerem diversas providências e respostas, que por sua vez, envolvem articulações com inúmeros órgãos, instituições e entidades sociais.

Nesse contexto, percebemos o fortalecimento da rede interpessoal da categoria

profissional, que estreitou a relação e intensificou esforços em prol dos atendimentos aos sujeitos acometidos pela doença, voltando-se à humanização no processo do cuidado. Conforme apontado pelo CFESS (2010, p. 52), “o desafio da humanização é a criação de uma nova cultura de atendimento, pautada na centralidade dos sujeitos na construção coletiva do SUS”.

Assim, evidenciamos que uma atuação ética, crítica e na perspectiva do acolhimento, conforme a Política Nacional de Humanização (PNH), elegendo o/a usuário/usuária e seus familiares enquanto sujeitos de direitos, protagonistas do seu próprio processo de cuidado, para além do isolamento, fazem do Serviço Social uma profissão que, a partir das condições objetivas viáveis, é capaz de construir proposições criativas e necessárias a esses sujeitos.

## 4 | CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, pode-se observar que muitos foram os desafios encontrados na atuação do Serviço Social neste momento de pandemia. De forma clara, é perceptível que a Covid-19 encontrou o SUS em uma fase de degradação de insumos, sucateamento intenso e desfinanciamento abrupto, além de um cenário de intenso negacionismo e disseminação de falsas informações.

A pandemia da Covid-19 escancarou o sucateamento e desfinanciamento do SUS, trazido principalmente por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, que reduziu os investimentos e deixou claro que o congelamento afeta o SUS principalmente em momentos como esse, de mudança significativa do perfil epidemiológico. Disso pode-se concluir que talvez a maior dificuldade de enfrentamento da Covid-19 no país tenha sido a falta de estrutura e orçamento suficiente para sustentar o SUS frente à doença.

Esta realidade intensificou os desafios para a atuação do Serviço Social, que se viu diante da necessidade de reorganizar seu cotidiano de trabalho, elaborar novas estratégias, além de adquirir urgentemente novos conhecimentos sobre biossegurança e infecções. Como trabalhadores/as da saúde, assistentes sociais enfrentaram no cotidiano inúmeros desafios para atuar de forma qualitativa e alinhada aos princípios éticos e profissionais. Pode-se perceber que apesar das dificuldades e da alta insalubridade de ter suas vidas expostas à doença e de todos os outros desafios postos nesse momento, os/as assistentes sociais buscaram articulações importantes com a categoria para discutir o cotidiano de trabalho, como também prestar um serviço de qualidade aos/às usuários/as.

Em linhas gerais, o momento pandêmico, apesar de desafiador, tornou-se muito construtivo à categoria de assistentes sociais, que mesmo diante de tantas adversidades, se mostrou aguerrida e, além disso, figurou como resistência e demonstrou-se profissionalmente de importância ímpar no combate à pandemia.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. -9 ed. - São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BRASIL, Ministério da Saúde, Coronavírus/Brasil. **Painel coronavírus**. 2022. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 07 de abr. 2022.

CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da profissão. - 10ª Ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, 1993.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atualizacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)>. Acesso em 25 de mai. 2021.

COSTA, M. D. H. **Serviço Social e Intersetorialidade: A contribuição do Serviço Social para a construção da Intersetorialidade no Cotidiano do Sistema Único de Saúde**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

JUNIOR, Newton S. V; ALVES, Francisco J. D. S. **A Emenda Constitucional 95 e seus efeitos**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Online, v. 22, n. 2, ago./2017, p. 54-75. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rccmccuerj/article/view/32365/pdf>>. Acesso em 19 de jun. 2021.

MATOS, M. C. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>>. Acesso em 28 de jun. 2021.

MEDEIROS, Eduardo Alexandrino Servolo. **Entendendo o ressurgimento e o controle do sarampo no Brasil**. Editorial Acta Paul Enferm 33, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/MmLDTx4fkq6hJy4Nzs3vDgx/?lang=pt>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2020, 22 de abril). **INFOSAN Quarterly Summary, 2020 #1**. [Online]. Disponível em: <<https://www.who.int/news/item/23-04-2020-infosan-quarterly-summary-2020-1>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

PEREIRA, A. C. F. **Lei 13.429/2017 e a Emenda Constitucional 95/2016: Uma análise de seus rebatimentos nas políticas sociais e do cotidiano, no Pronto Socorro Clóvis Sarinho – Natal/RN**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2017. 76p.

TROI, Marcelo De; QUINTILIO, Wagner. **Coronavírus: lições anti-negacionistas e o futuro do planeta**. Scielo em Perspectiva, Online, v. 1, n. 1, mar./2020. p. 1-10. Disponível em: <[http://unesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20191204164003.pdf](http://unesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20191204164003.pdf)>. Acesso em 30 de set. 2020.

# CAPÍTULO 4

## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL NO LIXÃO CÉU AZUL NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE – PE

*Data de aceite: 02/05/2022*

*Data de submissão: 07/04/2022*

### **Isabella do Nascimento Silva**

Centro Universitário São Miguel  
Recife - Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0001-9367-0190>

### **Eduardo Gaspar Chaves Cavalcanti da Silva**

Mestre em Gestão e Meio Ambiente/UFPE  
Recife – Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/3965499738944974>

### **Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos**

Doutora em Serviço Social/UFPE  
Recife – Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/3805280027022492>

**RESUMO:** A relação de exploração e domínio do homem sobre a natureza culmina no aumento da miséria e ao mesmo tempo do capital, no qual se centraliza nas relações de produção e reprodução da questão social engendradas na sociedade capitalista. Na atual conjuntura é possível identificar esse modo desenfreado por lucratividade que tem como uma das consequências a chamada crise ambiental. Na sociedade brasileira, a particularização da questão social deve ser apreendida a partir da sua formação social. No Município de Camaragibe, o lixão Céu Azul opera desde a década de 1990, apesar do fechamento em 2020 não foi criado o sistema de cooperativa, constata-se a vulnerabilidade social dos trabalhadores no lixão, principalmente, diante da

pandemia do novo Coronavírus. É mediante a Lei nº 12.305/10, Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece o fechamento desses lixões e aborda a inclusão dos agentes no manejo de resíduos sólidos com a formação de cooperativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflitos socioambientais; capitalismo; crise sanitária; vulnerabilidade; sociedade civil.

### **SOCIAL- ENVIRONMENTAL CONFLICTS AND SOCIAL VULNERABILITY IN THE CÉU AZUL DUMP IN CAMARAGIBE – PE**

**ABSTRACT:** The relationship of exploitation and domination of man over nature culminates in the increase of misery and, at the same time, of capital, which is centered in the relations of production and reproduction of the social issue engendered in the capitalist society. In the current conjuncture it is possible to identify this unbridled mode for profitability that has as one of its consequences the so-called environmental crisis. In Brazilian society, the particularization of the social issue must be understood from its social formation. In the Municipality of Camaragibe, the Céu Azul dump has been operating since the 1990's. Despite the closure in 2020, the cooperative system was not created; the social vulnerability of the workers at the dump is evident, especially in the face of the new Coronavirus pandemic. It is through the Law No. 12.305/10, National Policy on Solid Waste, establishes the closure of these dumps and addresses the inclusion of agents in the management of solid waste with the formation of cooperative.

**KEYWORDS:** Socio-environmental conflicts; capitalism; health crisis; vulnerability; civil society.

## 1 | INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital vem se acentuando desde os anos de 1970, causando profundas transformações no cenário mundial. Os vestígios deste progresso se expressam na intensificação da exploração da mais-valia, aumento das desigualdades sociais, violência urbana, naturalização da pobreza, o aquecimento planetário, o aumento e a disposição inadequada de lixo, dentre outros.

É no contexto do capitalismo monopolista, que se caracteriza na conjuntura histórico-política na qual os conflitos socioambientais passam a se expressar nas contradições, pois a produção é amplamente social, mas no que tange a apropriação permanece concentrada e centralizada na classe burguesa. É nessa contradição entre Capital x Trabalho e com o agravamento do neoliberalismo vigente que surge as expressões da questão social.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os conflitos socioambientais que surgiram entre o Poder Público do Município de Camaragibe e as famílias que se encontram articuladas enquanto sociedade civil na reivindicação dos seus respectivos direitos sociais por parte do Estado diante da atual conjuntura neoliberal e da crise sanitária.

A finalidade desse estudo se deu devido à participação da discente no Grupo de Pesquisa do Centro Universitário São Miguel e no acompanhamento das ações do então gestor do SUAS no município de Camaragibe, Eduardo Gaspar, sobre os conflitos socioambientais no lixão Céu Azul.

Ao ingressar na Iniciação Científica onde resultou no desenvolvimento da produção científica foi possível desenvolver a articulação da teoria com a prática, numa concepção histórico-crítica, a partir da relação capital/trabalho por meio do processo de industrialização e do atual momento da crise política, econômica e sanitária.

A metodologia utilizada está fundamentada na teoria social crítica, relacionada a uma análise estrutural e conjuntural através de estudo documental. No movimento da dialética se faz necessário aprofundar o processo de formação social brasileira, a sua realidade e a dinâmica do cotidiano das famílias que são usuárias do SUAS, como também de legislações brasileiras que vai referenciar o assunto e reiterar a temática desta pesquisa. Para isso foi examinado a Lei Nº 6.938/81 Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 12.305/10 da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Constituição Federal de 1988.

No viés marxista, Marx e Engels, sobre análise de (BEHRING, 2009, p.5) entende que na “sociedade brasileira, a particularização da questão social deve ser apreendida partir de sua formação social, marcada inicialmente pelas relações de poder escravocratas e pelo modelo de produção agrícola – monocultura da cana.”

Considerando que os recursos ambientais são utilizados, prioritariamente, para atender ao desenvolvimento capitalista, e uma das questões ambientais mais preocupantes é a produção de lixo urbano, especialmente, a formação de lixões a céu aberto como locais de trabalho para muitas pessoas desempregadas.

A lei nº 12.305/10, Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece o fechamento desses lixões e aborda a inclusão dos agentes no manejo de resíduos sólidos com a formação de cooperativa. Contudo, no Município de Camaragibe, o lixão Céu Azul opera desde a década de 1990, apesar do fechamento em 2020 ainda não foi criado o sistema de cooperativa, diante disso, constata-se a vulnerabilidade social dos trabalhadores no lixão, a (des)responsabilidade do Poder Público na área social e o corte dos recursos nos investimentos da área social (EC nº 95/2016).

## 2 | OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Os impactos ambientais resultam nas mais diversas expressões e contradições entre Capital/Trabalho, tornando indissociável na esfera da questão social. A natureza é a base para o desenvolvimento do processo sócio-histórico-econômico que perpetua até os dias atuais. É na concepção de trabalho para Marx, sobre a análise de (ANTUNES, 2009), que essa relação entre homem e a natureza se dá pela “interação metabólica”, no qual o sujeito utiliza os recursos da natureza para sua produção e reprodução social, ou seja, não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a natureza.

Com os interesses distintos entre comprador e vendedor da força de trabalho, foi instituído uma cisão hierárquica do trabalho, onde o capital faz o movimento peculiar no processo de produção e reprodução social estabelecendo relações. É desta forma, que Lessa (2011) defende a categoria trabalho - “trabalho é, pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende a necessidade primeira de toda sociabilidade (...) sem os quais nenhuma vida social poderia existir”. A relação de exploração e domínio do homem sobre a natureza culmina no aumento da miséria e ao mesmo tempo do capital, no qual se centraliza nas relações de produção e reprodução da questão social engendradas na sociedade capitalista madura. É na formulação desse pensamento, sobre a análise realizada por Mészáros que (ANTUNES, 2009) cita:

“Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articuladas – capital, trabalho e Estado - é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital.” (MÉSZAROS, 2002, p. 16).

Diante disso, fica evidente que a lógica do capital reivindicando um Estado absolutamente “neutro”, mas com diálogos bilaterais com a classe dominante, consequentemente, na sociedade capitalista, o trabalho ganha um novo sentido, uma vez que a sociedade é baseada na propriedade privada e na mais-valia.

O desenvolvimento do capital faz revelar o chamado “capital fetiche”, isto é, sua fetichização, que segundo Iamamoto (2010) de caráter alienado, alcança seu ápice no capital que rende juros, ou seja, é quando o sujeito perde a noção de agente transformador.

A principal consequência desse processo é a alienação e/ou estranhamento que se dá nas relações e na sobreposição dos valores de troca aos valores de uso.

Nesse contexto, Barroco (2013) argumenta: “cria-se uma cisão entre sujeito e objeto, uma relação de “estranhamento” que permite a (re)produção de relações sociais nas quais a riqueza humana socialmente construída não é apropriada material e espiritualmente pelos indivíduos que a construíram”.(p. XX).

Os sinais desta contradição resultam nos conflitos socioambientais que tem como característica predominante social e político, partindo da perspectiva que o homem se constitui neste espaço e pertence ao meio ambiente. Para (ACSERALD, 2004, p. 13):

“Os conflitos socioambientais são caracterizados por serem embates entre os interesses coletivos e privados sobre os recursos da natureza, sobretudo com a conjuntura neoliberal, ancorada ao pensamento ideológico do “Estado mínimo”. Tais conflitos são marcados pelas desigualdades sociais, discriminações étnicas e contradições consequentes dos processos econômicos, sociais que se expressam nos grandes centros urbanos decorrentes.”

Impulsionado pelo crescimento da globalização, a Revolução Industrial teve desdobramentos na Inglaterra no qual foi um processo de desenvolvimento tecnológico que iniciou por volta da segunda metade do século XVIII, visto que o trabalho manual foi substituído pela introdução das máquinas.

Na esfera da produção, os donos dos meios de produção se apropriavam de parte do trabalho dos seus trabalhadores, diante disso, com a produção industrial, lamamoto aponta que:

“A divisão do trabalho na fábrica tende a perder o caráter de especialidade; as operações que exigem grande habilidade do trabalhador tendem a ser substituídas por equipamentos especiais que concentram em si tais exigências, tornando necessário apenas o trabalho de vigilância de trabalhadores não qualificados.” (IAMAMOTO, 2013, p.84).

A Revolução Industrial se manifestou no êxodo rural para os grandes centros urbanos culminando nos surgimentos da massa operária (devido a necessidade de mão-de-obra nas indústrias), concentração populacional, precarização nas condições de trabalho, volumosas jornadas de trabalho e baixos salários. lamamoto argumenta que:

“na manufatura, o trabalhador imprimia vida aos instrumentos de trabalho graças a sua habilidade. A máquina concentra em si a habilidade, força e destreza do trabalho socialmente acumulados, substituindo o trabalhador graças a aplicação de conhecimentos científicos na sua construção.” (IAMAMOTO, 2013, p.80).

Essas transformações, principalmente, nos países subdesenvolvidos ocorrem de forma acelerada gerando problemas estruturais nas cidades tendo como consequência a aglomeração de moradias em áreas periféricas, falta de saneamento, violência e pobreza acarretando em problemas sociais, econômico e ambientais. É na era da industrialização



que se estabeleceu a questão social, isto é, o conjunto das expressões das desigualdades econômicas, política, social e cultural presentes na sociedade capitalista.

Segundo Iamamoto (2008) “à questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais que as classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnicas- raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.” (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

Mas é na consolidação do capitalismo monopolista que a burguesia alcança sua plenitude de poder, como afirma (IAMAMOTO, 2013, p. 93) pois o proletariado adquire nova força social dentro da sociedade. A autora ainda percebe que esse processo é acompanhado de uma radicalização do poder burguês, por intermédio do “Estado autocrático-burguês,” que é fortalecido, concentrando a ação reguladora das relações sociais e a capacidade de gerir a economia. Em relação à análise de (BEHRING, 2009) sobre a questão social, esta considera que:

“É expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital – o que implica num predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) – promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala.” (BEHRING, 2009, p.5).

As mudanças no modo de produção aprofundam a questão social e a reestruturação dos padrões de produzir e gerir o trabalho, atingindo a classe trabalhadora. A degradação ambiental tem seu apogeu na fase de financeirização do capital com o aumento da produção e/ou exploração e, conseqüentemente, nos recursos da natureza. É nessa perspectiva que a burguesia impõe seus interesses convertendo em novas formas para a acumulação de capital. Logo estabelece-se o conflito entre as duas classes sociais.

É diante dessa compreensão das contradições, Capital x Trabalho, e desenvolvimento do modo de produção capitalista que os espaços das lutas de classe surgem. Diante do entendimento deste processo, os conflitos socioambientais se manifestam nas condições de reprodução social no modo de produção capitalista.

### **3 | A PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL**

Na relação entre Estado e Sociedade Civil, especificamente, na questão dos conflitos socioambientais na sociedade Brasileira, é importante analisar o processo de formação social, uma vez que as relações de poder e o papel do Estado são fundamentais na gestão de políticas ambientais e nos princípios que defendem o Estado Democrático de Direito.

Na formação da sociedade brasileira, colonizada pelos Portugueses, surge o

modelo de Estado que é caracterizado como patrimonialista, entende-se no sentido de “patrimônio”, “heranças”, “posses” no qual ganha força no século XV. Segundo Fernandes (2005), as elites nativas encaravam o Estado como naturalmente o meio para realizar as internalizações dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes.

Logo, a cidadania fica restrita a classe dominante, onde mantém de fora do processo de participação política os demais segmentos sociais que não faz parte da classe dominante. No Brasil, Holanda (1995) argumenta que ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares prevaleceu em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.

Desse modo, a estrutura da formação social brasileira é constituída numa relação de reprodução autoritária e de caráter elitista, por meio das classes dominantes com seus pactos para manter a hegemonia nos espaços da política.

É no período da República Velha (1889-1930) que se constituiu a fase de transição, pois sucedeu a abolição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. O Brasil se consolida no mercado mundial como um país exportador, elencadas a exploração da força de trabalho e conflitos crescentes no processo de urbanização, e conseqüentemente, na questão dos conflitos socioambientais.

No que se refere à política ambiental, destaca-se a década de 1970, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, que surge as primeiras estratégias de enfrentamento ao desenvolvimento sustentável associado a padrões inadequados de exploração dos recursos naturais. Em relação ao Brasil, a emergência da política ambiental só se efetivou com a Lei nº 6.938 - Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981 atribuindo aos entes Federativos Políticas Públicas que anteriormente era destinada aos Estados e Municípios de modo independente.

É com a expansão do capitalismo monopolista que há uma reorganização da classe trabalhadora, a qual vai exigir o posicionamento por parte do Estado, na luta pela redemocratização do Estado Democrático de Direito. Com a Constituição Federal de 1988 é consolidado os direitos civis, políticos e sociais e há uma descentralização de responsabilidades dos entes federativos, resultando na maior aproximação do poder político e o cidadão, sendo atribuído ao Municípios.

Contudo, apesar do avanço na área política, a questão ambiental no Brasil, tem relação com o processo de desenvolvimento no capitalismo que tem como efeito o aumento do consumo, no qual produz de forma exacerbada resíduos sólidos sem a destinação adequada, gerando despejos materiais, no qual, serve como sobrevivência para uma parcela da população excluída.

Nesse sentido, a questão ambiental está relacionada à relação de produção e reprodução social, especificamente, às condições de trabalho, de saúde e de vida da classe expropriada do acesso aos serviços sociais básicos. As lutas e os movimentos sociais na

legislação ambiental são acompanhados pela intervenção das instituições que precisam atuar na proteção social. Nos anos 2000, o Ministério do Meio Ambiente desempenhou proposta para a criação de diretrizes quanto aos resíduos sólidos no país.

Após 6 anos foi estabelecida a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, estabelecida pela Lei 12.305/10 e regulamentada pelo Decreto 7.404/10. No que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos constitui-se dos Planos Estaduais e Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, onde a lei prevê, em seu Art. 17º (BRASIL, 2010, p.19-20) no V inciso: “metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas a inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” e no Art. 18º é previsto a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no seu inciso II, “implantação da coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.”

Ou seja, incumbe aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, de forma a considerar as dimensões políticas, econômica, ambiental, cultural e social, sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Um dos avanços promovidos pela PNRS no âmbito municipal é a inclusão de catadores, reconhecidos como agentes atuantes no manejo de resíduos, além de um importante papel na formulação e implementação de políticas públicas. Ainda no Art.54 se refere “a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos,” observado o disposto no § 1º do Art. 9, deverá ser implantada em até 4 anos após a data de publicação desta Lei.

Contudo, os municípios encontram-se fragilizados para promover ações estratégicas à garantia dos direitos sociais destes indivíduos, fortalecer vínculos familiares e comunitários, o acesso a rede socioassistencial do Município, condução em programas de geração de renda e qualificação profissional para o mercado de trabalho. Neste contexto, percebe-se, que na esfera municipal, as políticas públicas, especificamente, ambientais ainda se encontra fragmentadas, desprovido de mecanismo que assegurem sua concretização, uma vez que há a desresponsabilização do governo federal.

#### **4 | AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO: OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE - PE**

O município de Camaragibe teve sua origem fundamentada no Engenho Camaragibe localizado em uma área considerada privilegiada para a época de maior esplendor do ciclo de açúcar, denominada atualmente de Região Metropolitana do Recife.

A economia de Camaragibe sempre esteve atrelada ao desenvolvimento econômico da capital, que enquanto município conturbado detém relações de proximidade socioeconômica, presente nas interações de complementaridades e dependência de sua base econômica, dos serviços de infraestruturas educacionais, hospitalares, de transporte de cargas e passageiros, além de serviços de suporte como os financeiros, entre outros.

No município de Camaragibe, percebe-se que esses confrontos são resultantes do processo desencadeado há anos, os conflitos socioambientais ocorrem entre as famílias trabalhadoras do lixão Céu Azul e o Poder Público.

Essas famílias se constituem, em sua maioria, nas relações e vínculos em seu núcleo familiar. Nos centros urbanos essa atividade é desenvolvida por grupos excluídos e sem oportunidade de trabalho, já que em sua maioria não participam de cooperativas e atuam individualmente.

No que tange a caracterização dos catadores do Município, de acordo com o levantamento da SEAS, é possível verificar uma maior participação masculina com 58% e 42% feminina que desenvolvem atividades no lixão. Apesar de predominar o sexo masculino, fica evidente que há também um número significativo de mulheres, isto evidencia que o trabalho de catador de resíduos sólidos tem relação com o desempregado e a exclusão dessa parcela da sociedade.

Quanto a cor ou a raça desses indivíduos, destaca-se a predominância dos pardos 93%, negros 5% e brancos 2%. Isso é um reflexo que tem relação com a formação social brasileira, considerado que os negros compunham predominante a mão de obra escrava no Brasil no período colonial. Quanto a escolaridade, os catadores em sua maioria estudaram até a 4ª série – Ensino Fundamental I com 87% e 13% não são alfabetizados.

Em relação ao tempo que estão nas atividades de catação, 76% dos catadores estavam na atividade num período máximo de 10 anos, este fato se relaciona com a predominância de jovens trabalhando na catação. Quando tratado a respeito dos benefícios sociais, apenas 39% eram atendidos pelos programas sociais (PETI, Bolsa Família, Bolsa Escola), enquanto que 58% não deram atendidos por nenhum programa social existente.

Apartir das análises, quanto aos aspectos socioeconômicos, constata-se na dinâmica dessas famílias uma rotina desgastante, com jornada de trabalho acima de 10 horas por dia, sem equipamentos de proteção individual adequados e situação de vulnerabilidade social decorrente a pobreza e ausência de renda.

É neste cenário que são desenvolvidos os agravamentos do conflito pois de um lado, os catadores que resistem em sair do local, devido as experiências anteriores (não bem-sucedidas), não desejam vincula-se a cooperativas existentes no Município. Por outro lado, a ausência do Estado no que se refere na garantia e consolidação da cidadania, sendo direito constitucional de toda sociedade, através de programas e políticas sociais.

Em outubro de 2020, após quase 30 anos de funcionamento, as 190 toneladas de lixo produzidas por dia pela população do município de Camaragibe foram destinadas a Central de Tratamento de Resíduos (CTR) de Igarassu e lixão de Céu Azul foi fechado.

Com o fechamento do lixão as 90 famílias que trabalham no local continuam na vulnerabilidade social, a questão tem se agravado diante dos impactos causados pela pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2. Além de uma questão de saúde, trata-se também de uma questão social que atinge diferentes grupos de maneiras distintas.

É diante do aprofundamento da desigualdade decorrente da pandemia que os impactos na pobreza, desigualdade, saúde, moradia, educação e dentre outros tornaram-se mais evidentes.

A crise tornou a realidade do país ainda mais visível agravando as precárias condições de garantir segurança alimentar, manutenção de renda mínima, moradia, educação, saúde e outras. Diante disso, faz-se necessário que o Estado assuma seu papel central e mediador através de políticas públicas como forma de materializar os direitos sociais dessas famílias.

É necessário estratégias que reforcem o protagonismo das famílias excluídas da sociedade que visam potencializa-los e gerar sua autonomia, essas práticas são conduzidas na busca do fortalecimento da intersetorialidade com as outras Secretárias do Município.

Ao longo da década de 70 até os dias atuais, verifica-se uma política econômica que vem atender ao sistema capitalista e fragilizar as lutas sociais sob o ideário Neoliberal, com discursos e/ou ideologias pautadas na lógica individualistas e uma reconfiguração das políticas elencadas a seletividade, coloca-se a questão social como responsabilidade do terceiro setor presentes na sociedade civil e não do Estado.

## 5 | CONCLUSÃO

O modo de produção vigente opera de modo severo na transformação da natureza dominada e manipulada, como fonte de lucro que se insere no interior das contradições do capitalismo contemporâneo gerando assim grandes quantidades de resíduos. Os conflitos socioambientais se efetivam na apropriação do capital, na exclusão do indivíduo, numa ampla e profunda expressão da questão social.

Apesar da condição de país periférico em que a elite brasileira sempre tentou marginalizar as massas das decisões sobre a sociedade, no qual Sergio Buarque de Holanda em sua obra Raízes do Brasil (1995), afirma que o Estado brasileiro seria uma extensão do “homem cordial”, que não vê distinções entre público e privado.

Os avanços conquistados se deram na organização e luta da classe proletária consolidados na década de 1970 devido a participação da sociedade civil nas decisões políticas no período de redemocratização culminando na década de 1980 com a institucionalização da Constituição Federal de 1988 que rege todo o ordenamento jurídico que fizeram emergir os Conselhos Nacionais de Assistência Social na década de 1990.

É nesse contexto que um importante avanço foi dado a partir da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS em 2010, trazendo novas alternativas para a destinação adequada dos insumos, no qual, cabe ao Estado como órgão responsável pela efetivação e fiscalização da política, para isso, a lei aplica meios de penalidade em relação a materialização dos preceitos da lei referida. Na dinâmica da produção de resíduos pautada no padrão capitalista, evidenciou-se o estopim na desigualdade social, exploração

e subalternidade da classe trabalhadora, bem como no crescente processo de segregação socioespacial sequelas da industrialização.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.). (2004), **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll. 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social – fundamentos ontológicos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BEHRING, Elaine. **Questão Social e Direitos**. Serviço Social – direitos sociais e competências profissionais: Biblioteca Básica. São Paulo, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites a sua efetivação**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. acesso em 11 de julho.2021.

BRASIL. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Disponível sobre Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília: Congresso Nacional, 1981.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Disponível sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

CAMARAGIBE. Prefeitura Municipal. Secretaria de Assistência Social. **Plano de Gerenciamento Integrado**. Pernambuco, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

HOLANDA, Buarque, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, Maria C. **Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais**, 2010. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF07/Carmelita%20Y.pdf> acessado em 01 de julho de 2020.

## UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS REBATIMENTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS USUÁRIOS

*Data de aceite: 02/05/2022*

*Data de submissão: 20/04/2022*

### **Cryllaine Pinheiro da Silva**

Assistente Social pela Universidade Federal de Pernambuco  
Recife – PE  
<http://lattes.cnpq.br/5181671573329400>

### **Ana Cristina Brito Arcoverde**

Assistente Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Recife – PE  
<http://lattes.cnpq.br/2259642295478225>

**RESUMO:** O presente estudo trata-se da síntese do subprojeto de pesquisa concluído e destinado a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), o qual buscou desvendar a potencialidade do Programa Bolsa Família (PBF) em provocar mudanças nas condições de vida dos seus usuários, no estado de Pernambuco, nos anos 2007/2014. A pesquisa intenta desvelar as reais direções políticas em relação aos distintos projetos societários, sejam: o de universalização de direitos e emancipatório, ou o de mercantilização do atendimento das necessidades sociais e manutenção das condições de existência da população, como também avaliar os impactos sociais, econômicos e políticos do PBF nas condições de existência dos seus usuários nos anos 2007 a 2014, em Pernambuco. Para tal, utilizamos procedimentos quantitativos e qualitativos incluindo a análise

de conteúdo. Do universo dos usuários da base de dados do Cadastro Único foi retirado uma amostra com 385 usuários, sendo realizadas, ao final, 90 entrevistas com os usuários do PBF na Região Metropolitana do Recife para qualificar os acréscimos nas suas vidas enquanto usuárias. Como resultado mais significativo em relação ao programa, verificou-se que o PBF visa combater a pobreza e as desigualdades sociais por meio da transferência direta de um benefício financeiro, e o faz, mas de forma limitada. A dimensão política é a mais difícil de operar mudanças junto à população, dada a natureza compensatória, e o viés assistencialista do “benefício” de repasse do Programa aos usufrutários. O impacto econômico promovido pelo programa, em razão dos valores de renda transferidos, foi incapaz de alterar a situação de subsistência e pobreza do seu público-alvo. Na dimensão social o PBF encontra os seus principais impactos positivos, pois 95% dos entrevistados utilizam esse benefício financeiro para adquirir itens alimentícios, vestuários e/ou pagar despesas básicas de casa - água, luz e gás.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Bolsa Família; Questão social; Avaliação de Impactos; Pernambuco.

### **AN ANALYSIS OF THE BOLSA FAMILIA PROGRAM AND ITS REPERCUSSIONS ON THE LIVING CONDITIONS OF ITS USERS**

**ABSTRACT:** The present study is a synthesis of the subproject completed and submitted



to the Foundation for the Support of Science and Technology of the State of Pernambuco (FACEPE), which sought to unveil the potential of the Bolsa Família Program (BFP) to bring about changes in the living conditions of its users in the state of Pernambuco in 2007/2014. The research aims to unveil the real political directions in relation to different societal projects, whether: the universalization of rights and emancipatory, or the commercialization of meeting social needs and maintaining the conditions of existence of the population, as well as evaluate the social, economic and political impacts of the PBF in the conditions of existence of its users in the years 2007 to 2014, in Pernambuco. To this end, we used quantitative and qualitative procedures including content analysis. A sample of 385 users was drawn from the universe of users in the Unified Registry database, and in the end, 90 interviews were conducted with PBF users in the Metropolitan Region of Recife to qualify the additions in their lives as usufructuaries. As a most significant result regarding the program, it was found that the PBF aims to combat poverty and social inequalities through the direct transfer of a financial benefit, and it does so, but in a limited way. The political dimension is the most difficult to operate changes among the population, given the compensatory nature, and the welfare bias of the “benefit” of transferring the Program to the beneficiaries. The economic impact promoted by the program, due to the amounts of income transferred, was unable to change the situation of subsistence and poverty of its target audience. In the social dimension, the PBF finds its main positive impacts, as 95% of the interviewees use this financial benefit to purchase food items, clothing and/or pay basic household expenses - water, electricity and gas.

**KEYWORDS:** Bolsa Família Program; Social Question; Impact Evaluation; Pernambuco.

## INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa federal de transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza, criado pela lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004. A gestão do PBF era realizada pelo MDS que tinha como missão coordenar, gerir e operacionalizar. O PBF tem como objetivos básicos, em relação aos seus beneficiários: promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

O PBF enquanto instrumento que viabiliza a garantia de usufruto dos direitos sociais frente às múltiplas expressões da questão social na ordem flexibilizada do capital, adquire caráter de focalização, setorialização e fragmentação, sendo direcionado, na maioria das vezes, para práticas residuais, emergenciais e compensatórias ou distributivas de combate à pobreza, desigualdade social e ao desemprego.

O estudo refere-se a uma avaliação de impactos do PBF em Pernambuco (PE) - proveniente de um subprojeto de iniciação científica - enquanto estratégia de iniciativa pública destinado ao enfrentamento da pobreza, do desemprego, e, principalmente, da desigualdade social, no recorte temporal selecionado (2007 a 2014), cujos indicadores

de pobreza persistentes tencionam a capacidade de atendimento pelo Programa das necessidades/demandas relativas à sobrevivência/ condições de vida como direitos sociais e mudanças estruturais.

Nesta pesquisa tentamos responder às questões que construímos e que se impõem desde logo à investigação: como esse programa público de corte social vem contribuindo para a superação de expressões da questão social, em particular do desemprego, da pobreza e da desigualdade social, vividos pela população desse estado nordestino? Qual o potencial do programa de produzir impactos nas condições de vida dos seus usuários? Se impactos foram produzidos, em que consistem tais acréscimos de bem-estar? Para qual direção esse programa se dirige e às mudanças operadas por eles apontam, sejam: para fortalecer um projeto societário de orientação emancipatório que busca a universalização de direitos, e avança contribuindo para a superação das raízes do fenômeno “questão social”, ou para reiterar um projeto societário com orientação para a manutenção das condições de existência dos seus usuários, reproduzindo, portanto, as condições que dão causa à pobreza, à desigualdade social, ao desemprego, enfim à questão social?

O desvendamento das mudanças na vida de usuários do PBF em Pernambuco no período 2007/2014 motivou a investigação avaliativa que requereu procedimentos quantitativos e qualitativos de captação de impactos por aproximações sucessivas à realidade social, síntese de múltiplas interações, relações, determinações. Os impactos podem se materializar em diferentes formatações: econômicos, políticos e sociais. Essa modalidade de avaliação ex-post, no geral, refere-se a uma identificação de mudanças, consequências, sejam elas positivas ou negativas, previstas ou não decorrentes de ações de programas ou projetos em determinada população alvo.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada no Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social (ARCUS), apoiada em procedimentos de natureza exploratória, quantitativa e qualitativa do conteúdo do programa e dos dados primários, os quais auxiliaram a caracterização do estado, do programa e subsidiaram as tomadas de decisões para enfrentar os obstáculos nas diversas fases da pesquisa.

A primeira fase da investigação consistiu em leituras de referências sobre as temáticas e autores em torno da problemática, a saber: a) Avaliação de Impactos, em Arcoverde (2014) e (2016), Roche (2002); b) Questão Social, em Silva (2008), Iamamoto (2004), Netto (2004) e Pereira (2004); c) Trabalho e Capitalismo, em Marx (1890); d) Formação econômica e social, em Júnior (1970). Ainda realizamos levantamentos estatísticos em fontes específicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre outros, para caracterizar e acompanhar o desempenho da economia estadual, bem como os indicadores sociais e políticos. Posto

que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Essas atividades permitiram aprofundar a problemática de investigação, bem como a articulação entre os projetos anteriores que realizaram avaliação política e que também compõem o projeto mais amplo intitulado, como já citado anteriormente.

Em seguida, após essa fase, do universo dos usuários do Cadastro Único (CadÚnico) fornecido pela atual Secretaria Executiva de Assistência Social de PE (em 16 de janeiro e 23 de outubro de 2019), sorteamos do universo a quantidade de usuários que seriam e foram entrevistados a partir do programa online Calculadora da Amostra, que retirou a amostra aleatória simples com um percentual de 5% de erro. Logo em seguida aplicamos o programa online Invertexto para realizar o sorteio dos números aleatórios com as numerações que vieram a corresponder aos usuários integrantes das planilhas de Excel. O CadÚnico, banco de dados disponível no núcleo ARCUS, reúne os inscritos no total de um universo de aproximadamente 2 milhões de pessoas cadastradas do qual foi possível abstrair os usuários de todos os 185 municípios de Pernambuco como universo finito, e elaborar uma listagem própria. Nesse sentido, e dentro desse universo, foi alcançado o resultado de uma amostra que contemplou o quantitativo de 385 usuários distribuídos nas microrregiões e seus municípios.

Em função dos poucos recursos disponíveis para a pesquisa, e dos municípios de moradia dos bolsistas, para evitar custos e desperdício de tempo decidimos concentrar as entrevistas na Região Metropolitana do Recife que representa 36,10% da amostra/universo finito, ou seja, 139 usuários da amostra e em municípios sorteados que estão mais próximos à região, como Vitória de Santo Antão e Caruaru.

Um ponto de destaque e, portanto, crucial para a realização das entrevistas, foi o pedido de autorização junto ao Comitê de Ética, tendo sido este aprovado pelo parecer número 2.757.024 e de CAAE 89780618.0.0000.5208 no dia 05 de julho de 2018, e que nos autorizaram a realizar as entrevistas previstas pela equipe no projeto junto aos sujeitos/protagonistas, a saber, os usuários dos programas. É possível salientar também que antes da aplicação das entrevistas definitivas foi realizada uma por cada bolsista como entrevista pré-teste que foi utilizada para ajustes no instrumental de coleta de dados, sem alterar o modelo padrão autorizado pelo Comitê de Ética.

Com o objetivo de captar os impactos econômicos, políticos e sociais do PBF nas condições de vida dos usuários, utilizamos como instrumento para a coleta dos dados um modelo de entrevista semiestruturada, a qual continha perguntas objetivas e abertas, sobre: renda – composição da renda, valores em reais da renda familiar e per capita; investimento – despesas, participação em negócios e financiamentos; e os custos, caracterizados pelas dívidas adquiridas; investimento realizado em alimentação, educação, saúde, vestimenta, lazer, medicamentos pós inserção no programa; participação política, seja em associações,

partidos, fóruns ou em outros espaços de exercício de cidadania; conhecimentos do próprio usuário quanto a seus direitos e deveres enquanto cidadão e usuário do programa; e etc. Além da entrevista, preparamos um termo de consentimento que servia para esclarecer os procedimentos e metodologias envolvidos na pesquisa para cada entrevistado, que, caso concordasse, assinava-o e só assim, realizava-se a entrevista.

Além disso, vale pontuar, que mantivemos o contato prévio com os usuários por meio de seus respectivos números de telefone, na fase anterior da coleta de dados, tendo sido estes disponibilizados pelo CadÚnico, com o objetivo de contatá-los a respeito da entrevista. E essa foi uma estratégia utilizada pelos bolsistas do ARCUS, para redução de tempo e dinheiro gastos no encontro ao usuário. Contudo, na maioria dos casos, os números inexistiam ou não correspondiam ao telefone do cadastro. De um total de 391 ligações realizadas (incluindo a lista reserva), 8% dos números inexistiam, 43,7 % encontravam-se fora da área de cobertura ou desligado, 14, 5% não disponibilizaram número, 1,5% afirmou nunca ter participado ou ainda participar de algum programa/projeto social, 13,04 % dos números não correspondia ao usuário cadastrado e 4,6% deram outras informações. Além do mais, quando se conseguia falar com o usufrutuário sorteado, 5,1% dos usuários se negaram a participar da entrevista e logo da pesquisa realizada.

Após a fase de ajustes, foram aplicadas 140 entrevistas, sendo 90 com os usuários do PBF. Utilizamos como material de coleta de dados da pesquisa o roteiro de entrevista semiestruturada, e gravada com autorização prévia, e que posteriormente foram escutadas e transcritas na sala do núcleo, com o intuito de captar, decifrar e absorver os acréscimos de bem-estar dos usufrutuários do programa. Os corpus das entrevistas realizadas foram compostos e a eles aplicada a análise de conteúdo orientada por categorias e unidades de contexto trabalhadas, conforme orienta Bardin (2011).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entendido impactos nos termos de Roche (2002) como mudanças significativas ou permanentes na vida das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações, após a apuração e análise de todos os dados, capturamos, para fins interpretativos, depoimentos/narrativas dos usuários referentes aos impactos econômicos (alteração de condições quantitativas, de recursos monetários), sociais (substância do acréscimo, qualidade de bem estar na condição de vida dos usuários) e políticos (estado de espírito ou percepção da importância da formação política na vida do usuário).

Desse modo, ao entrevistamos os usufrutuários, foi percebido que o programa transfere, conforme as condições econômico-financeira do usuário/família, um valor variável de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo em vigor no ano, o equivalente entre R\$ 80,00 (o menor valor encontrado nas nossas entrevistas) a R\$ 430,00 (maior valor). Com esses recursos, 45% alegaram ter o valor recebido pelo programa como complementar à sua renda, enquanto

55% afirmaram ser sua única renda. E tanto estes quanto aqueles, ao serem questionados sobre investimentos financeiros ou em poupanças com o recurso monetário adquirido, por serem dependentes parcial ou totalmente do valor recebido pelo Bolsa Família para manter família e sobreviverem, os entrevistados pertencentes à classe trabalhadora desempregada no/pelo capitalismo, declararam não realizar nenhum tipo de investimento, visto que o valor percebido é imediatamente consumido. Apenas um entrevistado declarou conseguir depositar R\$ 100,00 na conta poupança da filha, mas de forma esporádica.

Portanto, foi demonstrado, através das respostas, que os usuários ainda permanecem na situação de dependência dos recursos do programa, devido ao baixo valor transferido - que não expressa suficiência para suprir as necessidades básicas, tão pouco para proporcionar uma possibilidade de investimentos financeiros que contribua no processo de ascensão/emancipação social. Assim, o impacto econômico promovido pelo programa, se apresenta de maneira incapaz de alterar a situação de subsistência do seu público-alvo.

Foi constatado também que 95% dos entrevistados utilizam os recursos recebidos do PBF para consumo de alimentos - seja comprando feijão, arroz e carne, ou até mesmo lanches para as crianças -, seguido de despesas da casa, como, pagar conta de água, de luz e/ou comprar o gás. Sendo assim, se pôde extrair que o dinheiro recebido pelo programa foi utilizado como algo que garantia a compra de alimentação para os mesmos, possibilitando uma manutenção mínima de sua sobrevivência.

Por outro lado, ao analisarmos os indicadores de lazer, transporte e vestimenta, apenas 15% dos entrevistados relataram terem usado seus dinheiros para tais, em virtude do baixo valor recebido. Por isso, muitos afirmaram terem que optar no que iriam investir, além de precisarem da ajuda financeira de parentes, ou até mesmo fazer um “bico” para sobreviver, pois usar o dinheiro obtido pelo Bolsa Família para suprir todas as necessidades básicas é mesmo um grande desafio para a classe trabalhadora.

Já em relação a medicamentos, é possível dizer também que não havia, por parte deles, nenhum investimento significativo, e em todas as suas falas voltavam a reiterar o valor mínimo e/ou simbólico fornecido pelo PBF e que, portanto, seria incapaz de arcar com tantos outros custos para além dos essenciais. Cabe destacar ainda, que por se tratar de uma população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, se utilizam, de forma quase unânime do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir a promoção do seu bem-estar quando o assunto se trata de saúde. Ou seja, a saúde pública é a modalidade utilizada por essa população, apesar das declarações de não gostar de utilizar o SUS, devido à sua precariedade.

Portanto, vale destacar aqui, a importância da defesa de um sistema de saúde que atue na perspectiva de oferecer ações e serviços independente de quaisquer características sociais e pessoais, de forma equivalente e integral, como é o SUS. Já que este é visto, desde sua criação, como meio de lucratividade pelos capitalistas, e que por isso, em momentos

de crise política e financeira, agravam-se as ameaças impostas para o seu funcionamento.

Em relação à habitabilidade, a moradia dos usuários oscilava entre casa própria, alugada ou herdada, e dentre aqueles que residiam em casa alugada, apenas um relatou usar do dinheiro recebido pelo programa para arcar com a despesa do aluguel. Identificamos, ainda, que 11,11% dos entrevistados não tinham acesso a esgoto, 90% utilizam ou já utilizaram escola pública, e que apenas 3,33% conseguiram investir em educação, os quais relataram inteirar o valor recebido para pagar a faculdade, escola do filho e comprar material escolar.

Desse modo, pode-se dizer que socialmente, a aquisição de ativos pessoais, como alimentação, roupas, medicamentos, lazer e transporte, evidenciam a capacidade de poder de compra que talvez, antes de fazerem parte do PBF, era ainda mais difícil, limitada ou impossível de obter. Assim, fica notório a promoção de certa reestabilidade financeira e/ou sobrevivência mínima proporcionada pelo Bolsa Família para com seus usuários.

Ao serem questionados sobre vinculação com partido político 98,88% responderam negativamente a essa questão, expressando ainda um sentimento de repulsa, com respostas como “Deus me livre”, “não e nem pretendo” e “não e nem quero”. Somente um declarou ter relação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), contudo, a causa estava atrelada ao assistencialismo - o qual se concretizou a partir da matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo, tendo uma visão de dependência entre o que doa e o que recebe -, formas enraizadas na cultura do país com as classes subalternas, e que reverbera nos dias atuais, através de novas configurações, na relação política do indivíduo com o Estado. Cabe destacar, ainda, que não se registrou nenhum envolvimento com fóruns, redes de colaboração e movimentos sociais por parte dos entrevistados.

Um ponto importante a destacar, também, foi o conhecimento dos usuários do PBF acerca de sua legislação - algo que foi bastante evidente no decorrer das entrevistas - visto que quando foram indagados sobre seus deveres e direitos ou a quem recorrer em caso de violação dos seus direitos, todos souberam responder - procuram o Centro de Referência de Assistência Social ou Prefeitura. Isso pode ser justificado porque todos os beneficiários precisam ser conhecedores das condicionalidades do Programa, uma vez que as famílias em situação de descumprimento ficam sujeitas aos efeitos estabelecidos nos regulamentos do PBF - sendo eles, advertência, bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício.

Nesse quesito, observa-se, então, que o programa cumpre a sua finalidade de empoderar, pelo menos minimamente, os seus beneficiários, em que através das condicionalidades impostas transformou-os em sujeitos conscientes de seus deveres, seja pelo receio de sofrer alguma penalização em caso de descumprimento - devido à dependência financeira que os usuários tenham sobre o PBF -, ou por uma aprendizagem espontânea.

E por fim, ainda sobre o plano político, os usuários entrevistados, ao serem interrogados a respeito do governo de Pernambuco e como seria uma população ideal

para eles como um todo, fizeram sugestões acerca de algumas mudanças que, sob a perspectiva deles, deveriam acontecer na gestão do nosso estado. Assim, de forma uníssona, reivindicaram melhorias na saúde, educação, segurança, transporte público, habitação e no mercado de trabalho - clamando por cursos profissionalizantes que ao final os empregasse, projetos sociais para os desempregados, no geral, por mais oportunidades de empregos. Em um tom bastante crítico, narraram diversas situações de descasos públicos, mostrando-se, em sua grande maioria, insatisfeitos com a gestão de Pernambuco. Vale salientar, ainda, que muitos deram palpites e, ou sugestões a respeito do programa, relatando que o governo ideal para eles seria aquele que aumentasse o valor do Programa Bolsa Família e que reativasse o seu benefício, no caso daqueles que por algum motivo foram desligados do programa.

## CONCLUSÃO

Com uma análise mais aprofundada que realizamos durante os doze meses de pesquisa, consideramos que o PBF, constitui-se no principal e mais abrangente programa de proteção social no Brasil na atualidade, reconhecido como importante programa direcionado para redução da desigualdade e da pobreza. Todavia, o PBF apresenta problemas estruturais relevantes que limitam a inclusão de segmentos pobres e reduzem as possibilidades de impactos mais significativos sobre a redução dos índices de desigualdade e pobreza no estado. Entre os problemas estruturais, merece destaque a frágil articulação com uma política macroeconômica que garanta um crescimento econômico sustentável e uma redistribuição de renda mais equitativa.

É perceptível pelos relatos que tal subsídio não retirava os usuários de sua condição de pobreza, mas que era um mínimo essencial ao consumo de algum item para manutenção de sua existência, e que devido à frágil articulação com uma política macroeconômica faz com que os usuários vivam na zona de dependência do programa. O PBF, portanto, não expressa a superação da pobreza no país e muito menos em Pernambuco, mas um esforço significativo de administração e de controle de modo a contribuir para que a pobreza mantida num determinado patamar não avance.

É sabido que a potencialidade do Programa Bolsa Família no sentido de alterar significativamente o quadro de vulnerabilidade em que vivem as famílias mais pobres do país é restringida, por isso é oportuno lembrar Castel quando alerta para os limites das chamadas “políticas de inserção”, dentre as quais se enquadram os programas de transferência de renda, para reintegrar populações que são “não integráveis”. Segundo o autor, considerando tais limites, essas políticas vêm perdendo gradativamente o seu pretense caráter transitório para se tornarem permanentes, transformando-se em um “estado” ou uma nova “modalidade de existência social” (CASTEL, 1998, p. 521 *apud* SILVA; LIMA, 2010).

Sendo assim, se faz necessário um direcionamento de estratégias governamentais que estreitem os laços com a política macroeconômica, a fim de possibilitar condições de independência do sujeito em relação ao programa, dirigindo-lhe, então, para um projeto societário de exercício de cidadania, o qual propicie superação das condições de vida. Além disso, é preciso também que haja a continuidade avaliativa a partir de medidores que possibilitem analisar até que ponto há uma efetividade desses indicadores de programas e projetos sociais, tornando o Estado, dotado de vontade política, capaz de intervir na realidade social, pois só assim as pedras - antes ditas por Drummond - serão retiradas do caminho desses usuários.

## REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, A. **Avaliação dos impactos sociais, econômicos e políticos dos programas de enfrentamento à questão social em Pernambuco**. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq 2015/2020, Recife, UFPE, 2015.

ARCOVERDE, A.; ALBUQUERQUE, C. **Avaliação de Impactos: Da teoria à práxis**. Recife: Ed. UFPE, 2016.

ARCOVERDE, A. (Org.). **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

\_\_\_\_\_. Metodologias qualitativas de pesquisa em serviço social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011; 280 p.

BARREIRA, M. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

BOSCHETTI, I. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo modelo de desenvolvimento. In: Evilasio Salvador... [et al.] (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL-ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 576-591.

BOSCHETTI, I. **Questões Correntes no Debate sobre Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas**. Programa de Pós-graduação em Política Social. SER/UnB, 2006.

BOSCHETTI, I. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argumentum**, v. 8, n. 2, p. 16-29, 2016.

**BRASIL**. Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Bolsa família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>. Acesso em: jan. 2020.



\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/ Departamento do Cadastro Único. Perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - 2006. Brasília, 2010.

CHAVES, H. Avaliação e políticas públicas: Entre a estratégia governamental e a agenda do capitalismo contemporâneo. In: ARCOVERDE, A. (Org.). **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes práxis**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

CUSTÓDIO, A.; SILVA, C. A intersectorialidade nas políticas sociais públicas. **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2015.

FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referências teóricas**. São Paulo: Cadernos IDESP, nº 15, 1986.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

LÜDKE M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU; 1986; 128 p.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: Aprendendo a valorizar as mudanças**. São Paulo: Cortez/ABONG, 2ed, 2002.

SILVA, M. **Execução e avaliação de políticas e programas sociais**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 04. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000.

SILVA, M.; LIMA, V. Avaliando impactos dos Programas de Transferência de Renda na América Latina. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 369-374, 2018.

SILVA, M.; LIMA, V. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ZIMMERMANN, C. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do bolsa família do governo lula no brasil. **SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 4, 2006.

## BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: EM BUSCA DE UMA EFETIVA PROTEÇÃO SOCIAL

Data de aceite: 02/05/2022

### Ana Paula Mafia Policarpo

Assistente Social do Tribunal de Justiça de Rondônia -TJRO, Mestre em Ciências Sociais

### Maria Gilzônia Mota Silva

Assistente Social do Tribunal de Justiça de Rondônia -TJRO, especialista

Artigo originalmente publicado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 2019.

**RESUMO:** Este artigo tem como principal objetivo analisar as problemáticas das novas expressões da “Questão Social”, no caso em tela a partir do Benefício de Prestação Continuada (BPC), buscando desenvolver práticas teóricas e metodológicas do materialismo dialético e através desta análise perceber a relação capital/trabalho e as consequências ideológicas e políticas refletidas na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** BPC. Poder Judiciário. Serviço Social sócio- jurídico. Judicialização da questão social.

**ABSTRACT:** This article has as main objective to analyze the problems of the new expressions of the “Social question”, in the case on screen from the benefit of continued provision (BPC), seeking to develop theoretical and methodological practices of dialectical materialism and Through this analysis perceives the capital/work relationship and the ideological and political consequences

reflected in society.

**KEYWORDS:** BPC. Judicial Power. Socio-legal Social Service. The judicialization of the social question.

### 1 | REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

A assistência social prevista no art. 203 da Constituição Federal é a essência legal do BPC, sendo este um benefício não contributivo que pertence a proteção social básica do sistema único de Assistência Social (SUAS) previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 e regulamentado pela LOAS (Lei 8.742/93), Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e em normativas de caráter operacional (PNAS/2004, NOB-SUAS/2005, Decreto nº 6.214/07, atualizado pelo Decreto 7.617 2011). Com financiamento exclusivo do Governo Federal, o benefício prevê articulação com serviços da assistência social e outras políticas públicas tendo em vista a ampliação da proteção a pessoas com deficiência sendo essa deficiência de longo prazo (mínimo de dois anos), podendo ser de natureza física, mental, intelectual e sensorial e para idosos com 65 anos ou mais. O benefício prevê o pagamento de um salário mínimo a pessoas cuja renda *per capita* seja inferior a ¼ do salário mínimo que não consiga prover seu próprio sustento, como também, que sua família não tenha condições de sustentá-lo.

O BPC tem como objetivo proteger as pessoas idosas e as pessoas com deficiência, face as vulnerabilidades decorrentes da velhice e da deficiência, agravadas pela insuficiência de renda, portanto, contribuir para a inclusão social de pessoa com deficiência e idosos. Favorecer o acesso desses segmentos às políticas sociais e a outras aquisições necessárias ao desenvolvimento de suas habilidades.

O BPC não dá direito a 13º salário, em caso de óbito o benefício é imediatamente cessado e em caso de um idoso na mesma residência receber o benefício o valor não entrará no cálculo da renda familiar, para requerimento de um novo benefício à outra pessoa idosa, entretanto esse mesmo direito não é garantido às pessoas com deficiência, revelando ainda tratamento diferenciado para mesmas situações socioeconômicas.

O acompanhamento do CRAS nesses casos possibilita a inserção do beneficiário e sua família em serviços da política de assistência social, assim como em outras políticas, monitoramento e avaliação do benefício com levantamento de dados importantes dos impactos na família.

A Constituição Cidadã de 1988 consagrou o termo Seguridade Social, termo que se tornou corrente nos anos 1940 em países desenvolvidos como forma de diferenciar e superar o conceito de seguro social, tendo em vista a promoção de cidadania e dignidade humana passando a constituir responsabilidade social e pública. Porém, como reforça Vianna (1999), para além de consolidar mecanismos sólidos de financiamento, seria necessário um modelo de gestão capaz de suprir necessidades de cada área e garantir a unicidade, complementaridade e universalidade da prestação dos serviços que atendessem as necessidades dos sujeitos em sua totalidade. Nesse sentido, a Seguridade Social ficou apenas sinalizada e a integração não se concretizou, pois se apresentou a seguridade como “questão técnica” tratando de isolar a previdência<sup>1</sup>, a saúde e a assistência social<sup>2</sup> esvaziando a natureza de política pública em contexto econômico adverso.

Os processos judiciais de BPC totalizaram 12, representam 9,5% do total de processos encaminhados ao Núcleo Psicossocial de Jarú-Rondônia no ano de 2018, destes, 7 (sete) processos iniciaram no ano de 2018 e foram encaminhados ao NUPS no mesmo ano, e foram esses processos o universo da presente demanda analisada para este artigo. Para tal análise utilizou-se estudo de caso com pesquisa e análise documental de 7 processos protocolados em 2018 e remetidos para Estudo Social no mesmo ano.

Nesse sentido, atendendo aos parâmetros e competências dos assistentes sociais

---

1 A previdência tem aspectos técnicos evidentes que não estão disponíveis a todo cidadão, montando uma instituição a partir de pactos sociais, mas politicamente construída. Como lembra Vianna (1999, p. 105) “A retórica da morte natural da Seguridade Social, rejeitada em países como sistemas de proteção politicamente edificados e defendidos, implantou-se no Brasil há algum tempo. Em 1993, quando os interesses dominantes começaram a efetivamente articular suas expectativas de revisar a Constituição, a *Gazeta Mercantil* editou um caderno especial sobre a previdência; ali, uma sessão é dedicada ao ‘modelo esgotado’. O argumento transformou-se num dos fundamentos da campanha pela reforma da previdência social brasileira, usado regularmente para justificar a aplicação do adjetivo ‘imprescindível’ à mudança pretendida”. É importante frisar que a análise acima completa uma década e a discussão ainda é atual no Brasil.

2 A própria Assistência Social retroage a caridade pública assistencialista quando movimentamos recursos e constantemente fica agregada ou subentendida em ministérios generalizantes.

torna-se crucial identificar as demandas presentes na sociedade a fim de formular respostas numa perspectiva de totalidade e enfrentamento da “questão social” a partir das abordagens individuais, familiares ou grupais visando a potencialização da orientação social na busca pela efetivação de direitos individuais, mas, principalmente coletivos e esse é um grande desafio aos assistentes sociais do Poder Judiciário que, sozinho não atende ao sujeito em sua totalidade buscando fundamentalmente a articulação em rede e fortalecimento do controle social.

## 2 | CONCEITUANDO ELEMENTOS ESSENCIAIS

### 2.1 Apontamentos históricos

A seguridade social tem sua gênese na Alemanha, em 1883, no governo de Otto Von Bismarck, isso se deu em virtude de movimentos de trabalhadores. Surge então o modelo de seguro social, o qual se exige contribuição prévia. Considera ser um modelo fragmentado, pois nasce para atender determinadas classes trabalhadoras. A exemplo desse modelo tem-se a previdência social brasileira que nasce com a instituição da Lei Eloy Chaves em 1923, onde o acesso à Previdência e a Saúde eram, exclusivamente, a classe trabalhadora, ou seja, àquelas pessoas que contribuíam.

Em 1942 na Inglaterra é implantado o Plano Beveridge, este criticava o modelo até então vigente, bismarckiano. Nesse sistema, os direitos passam a ser universais, ao contrário do modelo supracitado (contributivo), ou seja, a todos os cidadãos. Nasce no Brasil o SUS baseado nesse modelo e a assistência social, com algumas restrições. A Seguridade Social brasileira é consideração híbrida, pois acoplou os dois modelos.

Nos idos de 1945 com o final da 2ª Guerra Mundial – Beveridge – considerado o pai do Estado de bem-estar - além de pleno emprego propõe políticas universais: Seguridade social – *Ex-Ante*. Nesse contexto, a Europa vive o Estado de bem-estar – auge em 1945 a 1975 que Castel chama de 30 anos gloriosos – quando os indicadores sociais aumentam tendo como base o pleno emprego e seguridade social.

Castel lembra que entre 1945-1975 o Estado de bem-estar trabalhou na garantia de emprego, políticas universais, trabalho assalariado. Mas a partir de 1980 se rompe a lógica dessa trilogia anterior que garantia a integração social com proteção social. Estudos sobre políticas sociais nos anos 1990 constataram as correntes ideológicas que permeiam essas políticas tendo em vista que não são neutras, mas tem implícitos posicionamentos ideológicos. Durante as décadas de 1990/2000 começam as críticas ao Estado de bem-estar com argumentos de que os recursos são insuficientes, e que a intervenção estatal não resolveu o problema, momento em que ressurgem as ideais neoliberais.

Porém, outros fatores devem ser considerados ao analisarem-se os componentes que geram a questão social historicamente e conseqüentemente as políticas sociais. A Revolução industrial trouxe em seu bojo um novo tipo de pobreza que Robert Castel chama

de “não integrada”. Karl Polanyi lembra que o pobre deixa de ser apenas o camponês e surge o proletariado. E o fato de não trabalhar não é interpretado apenas por falta de vontade, mas fruto do sistema econômico capitalista emergente.

Pesquisadores mais críticos das políticas sociais existentes apontam para uma prática (Estado, instituições, culturais) ainda assistencialista e tutelares, mesmo diante de uma problemática social complexa, pois influem fatores diversos, representando as políticas sociais como respostas simplistas ao desemprego estrutural relacionado com o sistema econômico e não pessoal.

Nesse ínterim, é necessário apreender os conceitos e papéis dos profissionais que trabalham com a execução de Políticas Sociais, analisando competências e habilidades para propor soluções – seja a curto, médio ou longo prazo.

## **2.2 Conceituações para análise da política social**

É necessário conceituar o objeto gerador de toda essa análise que é a própria política pública. Pode-se definir política pública como o conjunto de decisões estatais tomadas de acordo com ideologia política de uma determinada época.

Nesse sentido, políticas sociais e públicas são antes de tudo política e depois pública e social, ou seja, político com sentido filosófico como “ato de tomar uma decisão”. Portanto, a política social não está isolada das estratégias do poder político.

Como se demonstrou anteriormente as políticas sociais surgem em consequência do modo de produção capitalista e denomina-se no Brasil a partir da crise de 1980 e 1990: não apenas agudização da pobreza, mas mudança no modelo/padrão de acumulação.

Quando o problema já está instalado o tipo de política que se destina é assistencial, ou seja, que se restitui o direito negado – não mais preventivo e não assistencialista. Caracterizando-se como Estado de vulnerabilidade e não essência (pessoas em estado de vulnerabilidade)<sup>3</sup>.

Esse estado de vulnerabilidade torna-se o próprio objeto da seguridade social que são as contingências (estas são estados específicos de necessidade – gestação, por exemplo) e se exige quando há aumento de “carga na família”.

Já o conceito de Cidadania surge a partir da revolução francesa. Em termos de “liberdades negativas”, pois a burguesia da revolução francesa propunha a não intervenção estatal na maior parte de seus direitos de interesse, como a propriedade.

A cidadania política a partir do século XIX declina o modelo de poder de inspiração divina, fazendo surgir no cenário global os Direitos civis e políticos chamados de “primeira geração”, assim denominado em 1979 pelo jurista Karel Vasak, baseado nos princípios da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Os direitos de segunda geração são os direitos sociais - a partir da segunda metade

---

<sup>3</sup> Bourdieu afirma que “a forma de falar cria realidades”, ou seja, pessoas em estado de pobreza e não pessoas pobres.

do século XX. Esse movimento surge, não sem tensão, a respeito da igualdade<sup>4</sup>: a cidadania social gera tensão no Estado Liberal. Assim, direitos civis e políticos não geram atrito. Direitos sociais são direitos de prestação, enquanto civil e político são de não intervenção estatal.

Apenas na década de 1990 se convencionou que não é possível exercer direitos civis e políticos sem acessar direitos sociais. Quando surge a Terceira geração de direitos: ambientais, minorias e gênero.

Castel (2004, 2010) na década de 1990 apresenta os conceitos de incluídos/excluídos, vulneráveis e desfiliações. Nesses termos, incluídos são os trabalhadores estáveis ou com inserção relacional sólida. Os vulneráveis têm trabalho precário, temporário. E os desfiliações não têm trabalho e nem relação provável de empregabilidade.

Mas, como se converter em cidadãos diante do cenário de sociabilidade capitalista? De acordo com Robert Castel com suportes clássicos que não tem relação direta apenas com a materialidade. Mas direito ao trabalho e proteção social. Pois gera pertencimento, descanso, formação, respeito, lazer.

As análises e previsões devem levar em consideração os atores sociais envolvidos direta e indiretamente com a política observando como se comportam os diversos atores sociais envolvidos com a situação-problema e ator situado que entende o cenário. O cenário pode ser considerado com o espaço de relações sociais complexas e dessas relações sociais emanam as situações problemas.

Em relação às requisições do profissional de Serviço Social Sociojurídico na atuação com a presente demanda apresenta-se em várias dimensões. Individualizar a demanda culpabilizando as famílias e analisando como se a fiscalização e condicionalidades para acesso a políticas públicas fosse o motor central das desigualdades sociais. Agregasse a burocracia institucional gestando o risco social e despolitizando a pobreza a partir da moralização e psicologização da questão social que promovem assistencialização, criminalização, judicialização e fragmentação das demandas abordadas a partir de categorias como gênero, idade, raça.

A profissão a partir de seu projeto ético-político afirma a centralidade do trabalho, porém, as políticas neoliberais enfatizam o indivíduo, fragmentação da pobreza extrema, etc. E as dicotomias entre projeto profissional e prática profissional (política pública neoliberal), perfazem a escolha da contramão do exercício (direção teleológica) em relação ao projeto de sociabilidade neoliberal. Por isso, a impressão que a teoria não ajuda muito na prática! Como se os riscos sociais fossem passíveis de serem “administrados”, “gerenciados” por “bons gestores despolitizados”.

Devemos nos apropriar de pesquisas e contato direto, dando voz a classe subalterna para atender as reais necessidades/desejos dos trabalhadores e da população desfiliações.

---

<sup>4</sup> Liberdade para Karl Marx é sinônimo de igualdade e não liberdade abstrata do liberalismo, é então condição de vida digna, resultado de lutas.

Visto que a questão social é luta de classes e devemos apoiar as resistências cotidianas dos sujeitos envolvidos. Ir ao encontro da população no seu ambiente, onde elas vivem, no seu cotidiano para identificar as mazelas e potencialidades de forma a concretizar os discursos.

### 3 | PESQUISA

A Lei Orgânica de Assistência Social prevê em seu capítulo IV (dos benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social) e seção I sobre o Benefício de Prestação Continuada. O texto foi alterado diversas vezes para corrigir distorções e novas exigências temporais, como a idade inicialmente prevista, de 70 para 65, assim como definiu o grupo familiar<sup>5</sup> a ser considerado para fins de contagem e verificação da renda *per capita*.

Nesse mesmo texto legal expõe que a concessão, manutenção, revisão e cessação do benefício são operacionalizados pelo INSS, sendo que as pessoas com deficiências são submetidas a uma avaliação social e ao exame médico pericial da autarquia federal, os idosos não precisam passar por essas perícias, no ato do requerimento administrativo, se a renda per capita for inferior a 1/4 do salário mínimo será deferido o benefício.

Em geral, a determinação magistral para Estudo Social prevê a verificação do § 3º do art. 20 da referida lei, em relação à renda familiar e situação socioeconômica. De acordo com o manual técnico do serviço social previdenciário, o INSS objetiva o direito ao benefício através da Avaliação Social, essa Perícia leva em consideração os fatores ambientais, sociais, pessoais, a limitação das atividades e a restrição da participação social, esses itens são baseados na Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidades e Saúde – CIF. E como matéria privativa do Assistente Social, a partir da compreensão da matéria e área do Serviço Social a partir do art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão.

Os processos judiciais de BPC representam 9,5% do total de processos encaminhados ao Núcleo Psicossocial de Jaru-RO no ano de 2018, destes, 7 (sete) iniciaram no ano de 2018 e foram encaminhados ao NUPS no mesmo ano, e foram esses o universo da presente demanda analisada para este artigo.

Todos os processos pesquisados deram início com o critério de “deficiência”, portanto, nenhum por idade<sup>6</sup>, sendo que as doenças variaram entre mentais (3), neurológicas (2), física (1) e mental e física (1). As idades dos requerentes variaram entre 7 e 62, havendo 1 criança, 2 jovens, 2 adultos e 1 idoso com 62 anos. Apenas 1 mulher está representada no grupo (com 52 anos de idade), sendo 6 homens e todos os pesquisados possuem ensino fundamental incompleto. 3 emigraram de outros Estados para Rondônia. 6 são solteiros e 1 divorciado.

5 O art.4º, V, do Decreto nº 6.214/2007 conceitua família como o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, sendo o requerente, cônjuge, o filho menor de 21 anos ou inválido, os pais e os irmãos não emancipados.

6 O art.34 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) revogou o caput do art. 20 da Lei nº 8.742/93, alterando a idade nele prevista de 70 anos para 65 anos.

No universo do trabalho, 4 desempregados, 2 estudantes, 1 do lar. 2 declararam não possuir renda, 1 família possuía BPC e 1 fazia “bicos” esporadicamente para garantir o próprio sustento. E 3 recebem doações de instituições religiosas ou familiares para a sobrevivência.

Esse aspecto comprova o que Castel chama de “vulneráveis”, ou seja, os sujeitos que tem trabalho precário, temporário. E os “desfiliaados”, que não tem trabalho e nem relação provável de empregabilidade, sendo a maioria dos pesquisados. Considerando que os benefícios assistenciais em sua essência não podem ser considerados substitutos do trabalho, mas sim uma complementaridade na redução das desigualdades sociais. Entretanto, o capitalismo exacerbado e redução do mercado de trabalho/emprego, faz com que essa demanda desprovida de recursos se ampare nas políticas sociais.

Nas palavras de Netto (2006, p.18-19), isso acontece:

[...] em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arripio da Constituição de 1988), a liquidação de direitos sociais (denunciados como ‘privilégios’), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população.

3 (três) dos pesquisados são curatelados, indicando que estão sujeitos a instituto jurídico específico. Ou seja, uma pessoa maior de idade que não possui “capacidade” para reger a própria vida civil. Essa capacidade civil seria a aptidão de adquirir direitos e de assumir deveres nas relações jurídicas patrimoniais, em geral, ocasionados por incapacidade ou limitação de autodeterminação gerados por doença mental. Mas existem outras razões previstas em lei, mas a maioria é concedida devido à ocorrência de doenças mentais.

Que já utilizaram a Previdência, 2 tem histórico, inclusive com recebimento ou requerimento para auxílio-doença e 5 não utilizaram previdência. Em relação ao pedido administrativo para recebimento de BPC, 2 foram negados por não cumprimento de exigências, 1 por renda familiar superior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e 4 negados pela perícia médica. Enquanto o médico judicial sugeriu indeferimento de apenas 1 requerente, e indicou incapacidade laborativa em outras 3 situações e em 3 processos não havia informação sobre perícia médica judicial. Sendo assim clara a diferença de análise entre os médicos peritos do INSS e peritos judiciais, dando margem à existência de litígios judiciais.

Segundo Octavio Ianni:

[...] A despeito das lutas sociais que envolvem e das medidas que se adotam em diversas ocasiões, para fazer face a ela, continua a desafiar os distintos setores da sociedade. Ao longo das várias repúblicas formadas desde a Abolição da Escravatura e o fim da Monarquia, a questão social passou a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade nacional.” (1989, p. 190).

Em relação à habitação, 2 moravam em casa própria à época do estudo social, 1 em



casa alugada e 4 em casa cedida. Sendo 2 casas de madeira e 4 construídas em alvenaria. 2 localizadas no centro urbano e 5 em distritos distantes em média 60 km da cidade mais próxima.

Em relação ao grupo familiar, apresentou-se com apenas 1 membro, sendo o próprio requerente, em 3 casos e 5 membros em outras 4 situações, porém, no último caso, totalizando todos os membros que residem na casa uma família contava ainda com 2 (avós beneficiários dos BPC ao idoso) somando 7 membros, que não contam como composição familiar para fins de rendimento *per capita* contabilizado.

Em relação a uso de políticas públicas de seguridade social, 4 deles usavam o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), 1 recebia os medicamentos pelo SUS integralmente e outros 5 revezavam entre uso de medicamentos de forma particular e do SUS. 1 recebia doação de medicamentos. Em relação ao Sistema Único de Assistência Social, 1 utilizava Passe Livre, 1 Bolsa Família, 1 BPC e 3 não utilizavam até o momento recursos do SUAS.

As determinações para Estudo Social requeriam a aferição do art. 20, §3º da Lei 8.742/93, em média com o prazo de 20 dias, e 3 com quesitos sociais a serem respondidos. Até 28 de fevereiro do corrente ano, apenas 1 dos processos havia transitado em julgado favoravelmente ao requerente, com decisão social e médica favoráveis.

Outras questões foram identificadas a partir do Estudo Social, como demandas familiares (reconhecimento de paternidade, casamento jovem, etc), migração ainda na adolescência para o Estado de Rondônia, trabalho infantil, além de negação dos direitos em relação ao acesso integral a seguridade social (tratamentos adequados e no tempo ideal, medicamentos de uso contínuo, trabalho formal para acesso à Previdência Social), lazer, habitação, emprego e renda, profissionalização.

Esteves (2005, p.16)

Enfraquecidas as formas de reivindicação social através do diálogo parlamentar possibilitado pela cidadania política, através do qual se reconheceram direitos que foram positivados mas não adquiriram eficácia, e da constatação de que, muitas das vezes, é a própria atividade governamental realizada pelo executivo que impede a consolidação dos direitos sociais, a sociedade passa a incumbir o judiciário na tarefa de possibilitar a efetividade dos direitos sociais e realização da cidadania social.

Como declara Garapon (1999) o século XXI caminha para a supremacia do Poder Judiciário em detrimento das concretudes ou não do poder Executivo, numa clara manifestação de tentativa neoliberal de desmonte e redução das prestações estatais em detrimento do mercado.

Aginsky & Alencastro (2006) apontam que “[...] as declarações de direitos, as Constituições e as leis de um modo geral deixam de possuir qualquer significação prática se não tiverem a possibilidade de efetiva aplicação”.

No estado democrático de direito o Poder Judiciário, na tripartição dos poderes seria o defensor da inviolabilidade dos direitos. E o BPC não escapa das lides judiciais. Silva

(2012) aponta que em 2011, 6% dos beneficiários do BPC só tiveram reconhecidos seus direitos através de determinação judicial, esse número pode ser maior se contadas ações coletivas.

Pode-se afirmar que o termo judicialização das políticas públicas foram primeiramente usadas por norte-americanos Tate e Valinder (1995) e ganha diversos significados, dos quais consideraremos a intervenção do Poder Judiciário em funções tipicamente atribuídas ao Executivo e Legislativo através de mecanismos legais e determinatórios. Há quem considere essa intervenção positiva a partir do ponto de vista do acesso à bens e serviços e negativo quando do ponto de vista orçamentário e limitado acesso ao Poder Judiciário. Para Vianna, Burgos e Sales (2007, p. 41) “O juiz tornou-se protagonista direto da questão social”.

O Poder Judiciário vive hoje um momento diferenciado daquele que historicamente lhe foi atribuído. Se há pouco menos de duas décadas, seu papel era eminentemente controlador e coercitivo, a partir da Constituição Federal de 1988, com o avanço, por um lado, no plano da conquista de direitos humanos e, por outro, com a responsabilização do Ministério Público em garantir a defesa dos direitos de cidadania, o judiciário passa a ser chamado para responder a um conjunto de demandas sobre as quais não possuía uma maior aproximação ou mesmo vinculação, excetuando-se casos em que havia a opção pessoal de determinados juristas. No entanto, a tendência em curso de judicialização da questão social, ao transferir para um poder estatal, no caso o Judiciário, a responsabilidade de atendimento, via de regra individual, das demandas populares – coletivas e estruturais, nas quais se refratam as mudanças do mundo do trabalho e as expressões do agravamento da questão social – ao invés de fortalecer a perspectiva de garantia de direitos positivados, pode contribuir para a desresponsabilização do Estado, sobretudo dos Poderes Legislativo e Executivo, com a efetivação destes direitos, através das políticas públicas. Assim procedendo, cabe questionar se o que se está construindo é a justiça social em seu sentido amplo, através do acesso ao Poder Judiciário. Tal acesso não garante necessariamente a resolução do problema, uma vez que há entraves que independem da boa vontade de operadores de justiça e que dizem respeito ao papel do Estado e do seu atrelamento aos interesses ditados pelo capital.

No anverso deste acesso, não havendo o enfrentamento deste status quo, reproduz-se, em verdade, a injustiça social. Isto porque a justiça social se constrói coletivamente, no interior da esfera pública, em um movimento contraditório onde se encontram presentes diferentes interesses em disputa pela direção da sociedade. Finalizando, não se trata de negar a importância ao acesso à justiça em seu sentido estrito. Entretanto, importa reconhecer que esta via não poderá dar conta, sozinha, do enfrentamento à questão social, que é histórica e estrutural, demandando um movimento maior que possui, junto à esfera pública, seu palco privilegiado de disputa. Desta forma, há que se empreender uma práxis de acesso à justiça em seu sentido amplo, sem uma análise reducionista e ingênua de

que a justiça será outorgada pelo Estado, como um ator neutro e comprometido com o bem comum. Este compromisso pertence à sociedade, ou à sua maioria. E os assistentes sociais que realizam seu processo de trabalho junto ao Poder Judiciário, além de leitura atenta desta realidade, são desafiados a contribuir com o que, da esfera pública, é abstraído nas formas de operar e de responder às práticas jurídicas convencionais.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas deve levar em consideração o contexto histórico em que se insere tendo em vista as leis, instituições, medidas econômicas, demográficas, estado de bem-estar, entre outros.

As informações colhidas são de suma importância para subsidiar ações futuras, bem como as demais atividades foram relevantes para despertar a população de uma forma geral para a importância e a necessidade de valorização do BPC enquanto política pública capaz de promover dignidade humana e inclusão social.

As políticas de assistência social obrigam o Estado a manter assistência a conjuntos da sociedade que não se sustentam: como crianças, deficientes e idosos, sendo essa assistência um direito democrático, ou seja, estrutural, ao contrário da conjuntural para assistir casos emergenciais.

Políticas socioeconômicas englobam políticas de emprego, apoio as microproduções, profissionalização, habitação, transporte urbano, políticas de previdência, saúde e saneamento. E como a sequência do nome propõe, para a redução das desigualdades sociais, é necessário priorizar no âmbito econômico a geração de emprego e renda numa lógica de trabalho/produção evitando-se assistir.

É nesse sentido, que o Serviço Social brasileiro se posiciona, tendo como ponto de partida a teoria social crítica posicionando o trabalhador social como mediador – categoria marxiana – entre a população e as instituições sociais, incluindo o Poder Judiciário.

## REFERÊNCIAS

AGUINSKY, Beatriz Gershenson. ALENCASTRO, Ecleria Huff de. **Judicialização da questão:** rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. KATÁLYSIS v. 9 n. 1 jan./jun. 2006, Florianópolis SC 19-26.

**Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** CFESS, 2012.

BOCHETTI, Ivonete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.

CASTEL, Robert (2010). **El ascenso de las incertidumbres**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. Prefacio, caps. VI, VII, VIII, IX, XII y conclusión.

CASTEL, Robert (2008). Los desafíos del estado protector. En: Novick, M.-Pérez Soto, G. (coord): **El Estado y la reconfiguración de la protección social: Siglo XXI**. Editora Iberoamericana - Instituto Torcuato Di Tella, Buenos Aires.

CASTEL, Robert (2004). **La inseguridad social**. Buenos Aires: Manantial. Introducción, caps. 4, 5 y conclusiones.

ESTEVES, J. L. **Cidadania e judicialização dos conflitos sociais**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/11566>. Acesso em 14 de abril de 2019.

FÁVERO, E. T.; MELÃO, M. J. R.; JORGE, M. R. T. (Orgs). **O Serviço Social e a psicologia no judiciário**. São Paulo: Cortez, 2005.

GARAPON, A. **O juiz e a democracia**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. Revista Ciência & Trópico. V. 17, n. 2, p. 189-202, jul/dez, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/436/322>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANUAL TÉCNICO DO SERVIÇO SOCIAL. Diretoria de Saúde do Trabalhador – DIRSAT, março de 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Naiane Louback da. **A judicialização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo: Cortez, n. 111, p. 555-575, jul/set, 2012.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. As armas que abateram a seguridade social. In. LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

## O IMPORTANTE TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE

*Data de aceite: 02/05/2022*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). Advogado <https://orcid.org.0000-0003396-972X>

### **Silvania da Silva Machado dos Santos**

Pedagoga, jornalista e secretária. Licenciada pela Universidade do Sul de Santa Catarina

**RESUMO:** O presente artigo resulta de uma reflexão sobre a prática profissional do Assistente Social no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, levando em conta a prestação de serviços ofertados a comunidade. Neste trabalho, pretende-se descrever e analisar o seu exercício profissional desenvolvidos nos atendimentos prestados a comunidade, na política social em que se inscreve e sua articulação com os demais profissionais desta instituição, através de um estudo bibliográfico. Constitui-se como objetivo geral compreender como se efetiva a prática do Serviço Social na esfera judiciária de modo a contribuir com as demandas advindas deste universo, considerando seus limites e possibilidades da atuação profissional. Para que o Poder Judiciário possa desempenhar o seu papel político e social, ele deve fortalecer o senso crítico da comunidade e de todos os

que participam deste universo. Neste contexto, percebe-se que a inserção do Serviço Social no âmbito do Poder Judiciário, deve contribuir para com ações que fortaleça como uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Para a construção do trabalho foram utilizadas técnicas de metodologia que possibilitaram o alcance dos objetivos propostos neste estudo, utilizando a pesquisa qualitativa para a descrição do contexto judiciário e suas demandas, sendo de natureza pesquisa exploratória como estudo bibliográfico. Por fim, busca-se resposta para o seguinte questionamento: Qual a importância do papel desempenhado pelo profissional Assistente Social na esfera judiciária, levando em conta a prestação de serviços prestados à comunidade? Pelos motivos citados acima se justifica a presente proposta de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistente Social; Poder Judiciário; Prestação de Serviços.

### THE IMPORTANT WORK DEVELOPED BY THE SOCIAL ASSISTANT IN THE SCOPE OF THE JUDICIAL POWER: PROVISION OF SERVICES TO THE COMMUNITY

**ABSTRACT:** This article is the result of a reflection on the professional practice of the Social Worker within the Brazilian Judiciary, taking into account the provision of services offered to the community. In this work, we intend to describe and analyze their professional practice developed in the services provided to the community, in the social policy in which it is inscribed and its articulation with the other professionals of this institution, through a bibliographic study. The general

objective is to understand how the practice of Social Work is carried out in the judicial sphere in order to contribute to the demands arising from this universe, considering its limits and possibilities of professional performance. For the Judiciary to be able to play its political and social role, it must strengthen the critical sense of the community and of all who participate in this universe. In this context, it can be seen that the insertion of Social Work within the Judiciary Power must contribute to actions that strengthen it as a practice of social inclusion, citizenship formation and emancipation of social subjects. Methodological techniques were used for the construction of the work, which enabled the achievement of the objectives proposed in this study, using qualitative research to describe the judicial context and its demands, being of an exploratory nature as a bibliographic study. Finally, we seek an answer to the following question: What is the importance of the role played by the professional Social Worker in the judicial sphere, taking into account the provision of services provided to the community? For the reasons mentioned above, the present work proposal is justified.

**KEYWORDS:** Social Worker; Judicial power; Services provision.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Serviço Social representa uma forma particular de inserção na sociedade. Através da sua ação social, ela delimita uma dimensão intelectual e interventiva, com formulação de políticas públicas que garantam o direito à cidadania e à qualidade de vida da população que mais necessita, criando-se, a partir de seus trabalhos, programas assistenciais, realizando gestão de projetos sociais, além de executar ações de prevenção de riscos diversos e outros atributos inerentes ao seu exercício.

A história da profissão do Assistente Social teve forte influência durante a revolução industrial, ocorrida no século 19, na Inglaterra. Neste período, as suas perspectivas sugiram em razão das condições precárias de vida da população do campo, onde, com a promessa de uma vida melhor, uma grande massa de indivíduos se dirigiu para a cidade. Também podemos acentuar a participação da Igreja que corroboraram na intenção de dar suporte a essa população, assegurando sua inserção no meio social.

Passando para o contexto da sua inserção no Brasil, a sua história esta relacionada a economia capitalista que estava instalada nos anos de 1930, onde, neste período, havia uma grande parcela da população que viviam de forma precária, e com salários que não suportavam o pagamento de suas necessidades básicas.

Por tais razões, os trabalhos desempenhados por conta da extrema pobreza delineada neste período, suscitou a necessidade de haver intervenções sociais, a ponto de buscar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, garantindo direitos sociais e trabalhistas da época que estavam abortados pelo capitalismo.

No âmbito jurídico, as construções e seus desafios remetem à reflexão sobre a necessária organização coletiva da sociedade para fazer frente as condições adversas do cotidiano de cada cidadão, estreitando laços ligados aos aspectos do trabalho, social, educacional, familiar e da saúde.

Vale lembrar que a conjuntura que permeiam o trabalho do assistente social está alinhada a realização das relações sociais vigentes na atual sociedade, que, a cada passo, vem surgindo novos modelos de processos de trabalho, criando-se novos costumes, hábitos e até mesmo, novas formas de interação entre seus pares.

E por conta desses desejos que esta profissão visa fortalecer o potencial que tem para contribuir com o acesso à Justiça e aos direitos humanos e, no seu interior, os direitos sociais. Neste sentido, o papel do profissional do Serviço Social é aquele que versa para o desenvolvimento global, para a integração socioeducativa mediando demandas que integram sociedade, família e escola.

Assim, busca-se neste trabalho, fazer um estudo bibliográfico sobre a inserção do profissional Assistente Social no âmbito do Poder Judiciário, analisando quais são as suas contribuições e como se efetiva, levando em conta a temática da inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Não de pode olvidar o importante papel do Estado quando este atravessa momentos de crises política, econômica e social. É peculiar que cada enter federativo propõem em prática modelos assistenciais que sustentam a busca da igualdade social entre seus povos. Porém, esse posicionamento não é defendido por todo os grupos sociais, visto que, para uma determinada parcela da sociedade, a intervenção do Estado deve ser o principal provedor do crescimento econômico e do bem-estar social. Já para outros, essa intervenção impede o crescimento do mercado, devendo ser delimitadas tais ações.

De acordo com Medauar (2007, p. 28), o Estado tem o dever de satisfazer todas as necessidades de suas populações garantidoras de todos os direitos fundamentais inseridos em nosso ordenamento jurídico, conforme versa a seguir:

À medida que foram ampliando as funções do Estado aumentaram as atividades da Administração; hoje adquiriu dimensões gigantescas e tornou-se fundamental na vida da coletividade, sendo fator condicionante de grande parte das relações econômicas e sociais dos indivíduos, com a responsabilidade, sobretudo, de buscar meios para a efetivação dos direitos assegurados pela Constituição. Daí resulta a enorme variedade e complexidade das atribuições que exerce.

Sabemos que, por mais que existam inúmeros programas sociais vigentes em nosso país, a realidade que se vê é que esses modelos não abrangem toda a camada da sociedade, tão pouco conseguem diminuir ou eliminar os entraves sociais e econômicos de nossa sociedade. O enfrentamento das dificuldades/adversidades e pressões feitas por parte de sistemas capitalistas endurecem essas ações, onde há claramente uma divisão de classes sociais, com projeções e expectativas diversas entre elas.

É neste contexto que entendemos que os trabalhos efetivados pelos profissionais do

Assistente Social promovem mudanças substanciais em nossa sociedade. Sabemos que o seu exercício se encontra delimitado por inúmeros desafios e perspectivas de contribuições para a sociedade, porém, o seu empenho é primordial para o alcance de mudanças em todo o contexto de uma população.

Em tempos atuais, inúmeras mudanças no contexto social vêm se projetando, criando-se, a partir desse novo horizonte, redefinições profundas mudanças de padrões e comportamentos.

Orientar, coordenar, escutar com atenção, um aperto de mão, ou um simples olhar é peça fundamental para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. O assistente social trabalha com objetivo de orientar as pessoas em situações de desamparo, propiciando o bem-estar físico, psicológico e social.

Não se pode perder de vista que o trabalho destes profissionais não se limita apenas na função assistencialista, visto que em suas jornadas, também militam para proteger os direitos sociais, civis, políticos e econômicos de uma determinada população.

Corroborando a tese defendida por Martinelli, (1998) o Serviço Social é considerado uma profissão que busca incentivar projetos educativos voltados a prospectos de mudanças de consciências, com o intuito de inovar debates, mudanças nas relações interpessoais e de grupos.

O autor também defende que a sua atividade cria-se um trabalho de junção e operacionalização, de diálogo entre as equipes, de melhor manejo de técnicas de intervenção e criação de novos contextos sociais, assegurando a integridade e coletividade em prol da sociedade.

Quando passamos para o campo do Poder Judiciário, tema deste estudo, corrobora-se a ideia de que o Serviço Social trabalha visando, sempre que possível, buscar meios de mediar conflitos, com valorização do bem-estar físico, mental, social, psicológico e familiar, para que os indivíduos se tornem conscientes e sujeitos de sua própria história.

A respeito desse tema, trazemos a lição defendida por Borgiani, (2013, p.413), a seguir descrito:

O que está dado como desafio e possibilidade aos assistentes sociais que atuam nessa esfera em que o jurídico é a mediação principal — ou seja, nesse locus onde os conflitos se resolvem pela impositividade do Estado — é trazer aos autos de um processo ou a uma decisão judicial os resultados de uma rica aproximação à totalidade dos fatos que formam a tessitura contraditória das relações sociais nessa sociedade, em que predominam os interesses privados e de acumulação, buscando, a cada momento, revelar o real, que é expressão do movimento instaurado pelas negatividades intrínsecas e por processos contraditórios, mas que aparece como -coleção de fenômenosll nos quais estão presentes as formas mistificadoras e fetichizados que operam também no universo jurídico no sentido de obscurecer o que tensiona, de fato, a sociedade de classes.

Tenha-se presente que a profissão do Assistente Social tem seu respaldo em seu



código de ética e pelo Conselho Profissional que é sustenta um projeto de formação profissional, delimitando as determinações que estruturam o próprio trabalho na sociedade e suas medições em relação à esfera dos serviços.

Também corroboramos a tese que, no âmbito do Poder Judiciário, os trabalhos efetivados por esses profissionais fortalecem ações que torna a educação como uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais.

## 2.1 Poder judiciário

O Poder Judiciário é o órgão responsável por suprimir demandas que lhe são submetidas, objetivando a pacificação social. Também podemos dizer que esta entidade é responsável pela interpretação das leis, além daquelas denominadas funções atípicas, criando-se, a partir destes novos contextos, modelos jurisprudenciais que servirão para outras demandas com versar sobre a mesma tese requerida.

A sua formação, enquanto instituição julgadora, passou por uma longa trajetória no contexto da história do Brasil. Os registros apontam que na Constituição de 1824, o poder judiciário surgiu, sob moldes constitucionais próprios. Já na Constituição de 1891, ocorreu mudanças robustas em seus textos, homologando o STF, como um órgão máximo do poder moderador.

Dando sequência no processo histórico, apontamos ainda a Constituição de 1934, que neste período, ocorreram grandes inovações no que tange aos deveres do Estado nas pautas da coletividade, direitos sociais, econômico e culturais, visando melhorar a vida de seus cidadãos.

A Constituição de 1937, teve o apelido de “Polaca” por conta da implantação do Regime Militar implantado pelo Presidente da época, Getúlio Vargas. Nesta fase, o então Presidente da República ordenou o fechamento do parlamento e permitiu o fortalecimento do Executivo, conferindo a este um maior poder de intervenção na esfera de atuação legislativa.

Ainda podemos citar a Constituição de 1946, que teve o escopo de findar com todo o autoritarismo plantado por Getúlio Vargas, restabelecendo a ordem democrática no Brasil. Também surgiu nos anos de 1967 a 1969, um novo ordenamento jurídico, que restabeleceu o Poder Executivo se sobrepusesse sobre os demais poderes.

No ano de 1988, iniciou-se um novo ciclo em nossa história, com a promulgação do novo marco constitucional, restabelecendo direitos e deveres a toda a nação. O Poder Judiciário, foi ressaltado em seu bojo, mas especificamente, no Capítulo III, da Constituição Federal brasileira de 1988, que detalha a sua constituição e o alcance de suas prerrogativas, que delimitamos a seguir:

CAPÍTULO III  
DO PODER JUDICIÁRIO  
**SEÇÃO I**

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

II- A o Conselho Nacional de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III - o Superior Tribunal de Justiça;

IV- O Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 92, de 2016)

V- os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

VI - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

VII - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VIII - os Tribunais e Juízes Militares;

IX - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

A atuação do Poder Judiciário estão delimitadas em nosso ordenamento jurídico brasileiro, que tratou de definir todo o conjunto de competências e atribuições exercidas por seus órgãos. Vale lembrar que a atividade jurisdicional depende de provocação para que ele possa agir. Assim, ao ser provocado (através de petições a cada órgão competente), terá que emitir seu parecer em resposta aos questionamentos suscitados.

Segundo Bonavides, (1998), a independência funcional da magistratura é uma prerrogativa constitucional de um Estado Democrático de Direito. Para o autor, sua função primordial é assegurar o respeito aos direitos subjetivos fundamentais, declarados na Constituição da nossa República.

Cumpre-nos assinalar que, para a solução de demandas que versão sobre direitos e garantias estampadas em nosso ordenamento jurídico, caberá, então, ao Poder Judiciário, emitir seu parecer através de decisões, para assegurar o direito para aquele que lhe foi tirado.

A respeito do tema, trazemos as lições defendidas por Souza Júnior, (2004, p.61), in verbis: “como a atividade jurisdicional é uma das manifestações fundamentais do Estado contemporâneo, pois este assumiu para si o monopólio da solução dos conflitos de interesses, podemos dizer que a jurisdição é uma das faces do poder político”.

A respeito do tema, trazemos os ensinamentos colhidos por Borgianni, (2013, p.426), a seguir:

Tal panorama levou a que o Poder Judiciário passasse a ser o depositário das demandas sociais dos segmentos mais fragilizados e subalternizados da sociedade, na busca de fazer valer os direitos sociais trabalhistas, de proteção de crianças, idosos etc. Ou seja, aquilo que pela pactuação política não está sendo possível conquistar em nosso país, desde Collor, Fernando Henrique, passando por Lula e agora Dilma — porque os interesses econômicos e financeiros das elites dominantes determinam claramente os rumos do Estado brasileiro —, está se buscando no Poder Judiciário, pois, sem muitas alternativas, a população não tem como reivindicar fácil acesso a direitos básicos de cidadania.

Por derradeiro, mostra-se o importante trabalho que este órgão presta a sociedade, em que pese dirimir conflitos existente entre indivíduos, que, ao par da lei, não consegue resolver por si só. Vale lembrar que o papel exercido por este órgão vai variar de acordo com as demandas a ele advinda, do momento atual da sociedade, dos costumes e novos hábitos adquiridos no decorrer da nossa história.

Neste contexto, trazemos as lições descritas por Freitas, (1989) que diz: “Urge que se reconheça, outrossim, que Direito e moralidade devem caminhar lado a lado, unificados, gradativamente, por um princípio regulativo, uma “ratio” comum, uma intuição racional irrenunciável: a justiça”.

Diante deste contexto, corrobora-se a ideia de que a melhoria da prestação jurisdicional voltadas ao exercício de uma prática robusta e correta, comprometida com a legislação vigente, está delineada com os preceitos constitucionais, zelando pela paz e a harmonia entre os seus poderes e com a sociedade.

## 2.2 O profissional assistente social

No decorrer da nossa história, o processo da assistência não era aceito pelo poder público como um direito, mas sim, como uma mera modalidade de caridade aos mais necessitados. Com o passar dos anos, essa ideia foi sendo exaurida, com a inserção da profissão do Serviço Social nas mais diversas áreas de atuação, fortalecendo seus conhecimentos, contribuindo de forma substancial nas práticas de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais.

A história desta profissão também percorreu um período logo, com muita discriminação e aceitação de suas funções por parte da própria sociedade. Nas lições trazidas por Iamamoto (2011), no Brasil, o seu reconhecimento enquanto profissão está diretamente ligada aos grandes movimentos dos trabalhadores do século XX, pois o debate acerca das questões sociais estava passando por um período difícil e sombrio, que exigia uma posição firme do Estado e da própria Igreja para dirimir sobre esses embates sociais.

O programa da Assistência Social no Brasil, está devidamente incluída em nossa Constituição Federal, mas especificamente, no art. 204, que determina a seguinte tese:

Art. 204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988).

A Lei que regulamenta a profissão – 8662 /93 descrevem as competências do/a

## assistente social nos seguintes termos:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I. elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II. elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III. encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV. (vetado)
- V. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI. planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII. planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII. prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas ao inciso II deste artigo;
- IX. prestar assessoria e apoio a movimentos sociais em matéria relacionadas às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X. planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI. realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Segundo os dados extraídos do Conselho, esta profissão, na sua grande maioria, está diretamente ligada ao setor público, com maior incidência nas políticas de saúde e assistência social. Os dados apontam as seguintes proporções: 78,16% atuam em organizações de natureza estatal, 40,97% na esfera municipal, 24% nos estados e 13,19% em âmbito federal. CFESS/Cress (2005).

Neste contexto, corrobora-se ainda a tese defendida por Iamamoto, (2011, p. 18) que discorre:

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, dispondo de estatutos legais e éticos que atribuem uma autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa à condução do exercício profissional; ao mesmo tempo, o seu exercício realiza-se mediante um contrato de trabalho com organismos empregadores – públicos ou privados, em que o assistente social figura como trabalhador assalariado, subordinado hierarquicamente a seus superiores. Estabelece-se, portanto, uma tensão entre autonomia profissional e condição assalariada.

Nestes aspectos, assinala-se ainda que os excelentes trabalhos desempenhados por esta categoria não depende apenas de seus esforços. Isto porque, na realidade, muitas atividades ligadas a sua inserção e seu atual cenário poderão afetar todo o processo que será construído ao longo desta história.

Como bem sabemos, uma grande parcela da população que procura ajuda são pessoas com poucos rendimentos pecuniários, famílias desestruturas, com moradias precárias, saúde debilitada e sem apoio dos governos em relação ao sistema social.

Deste modo, revela-se que a política social estampada no nosso ordenamento jurídico, corroborou de forma basilar em todos os aspectos voltados ao contexto social, com maior participação de todos os entes federativos, a própria população e demais colaboradores em prol de garantias basilares e constitucionais estampadas em nossas legislações.

A respeito da democratização social dos governantes, trazemos ainda as lições defendida por Torres, (2007, p.47) que afirma: “formalizando de certo modo os direitos sociais básicos e o correspondente dever do Estado e da sociedade com relação às políticas sociais, além de esboçar um novo padrão de proteção social sob o princípio da equidade.”

Por derradeiro, percebe-se que, a partir deste momento, todo o processo de assistência as pessoas foi visto de forma mais ampla, com uma cobrança mais efetiva em todos os processos que denotam maior eficácia nos programas sociais implantados por nossos governantes.

### **2.3 O importante trabalho desenvolvido pelo assistente social no âmbito do poder judiciário: Prestação de serviços para a comunidade**

Nossa sociedade está recheada de problemas que precisam ser solucionados, tal como acontece em qualquer dinâmica social. Por isso, a atuação do profissional Assistente Social é fundamental para colaborar no suprimento das demandas sociais. No Brasil, desde a sua inclusão dos profissionais do Serviço Social na Constituição Federal de 1988, os trabalhos desenvolvidos por estes profissionais tornou-se mais intenso em todos os seguimentos da sociedade.

A sua inserção nos mais diversos campos profissionais colaborou de forma significativa nos processos e atendimentos de demandas para com a população, com reais mudanças em todo o seu contexto histórico.

Os valores e princípios norteadores desta profissão, aliado aos projetos ético-político são ferramentas essenciais para um trabalho efetivo e concretizador. Frisa-se que estes profissionais procuram concretizar ações no eixo de processos e planejamento que engloba os preceitos ligados a Proteção Social Básica dos cidadãos.

Na visão delineada por Yasbek, (2009) a intervenção profissional do assistente social esta voltada para realizar atendimentos a todas as necessidades sociais advindas de seus usuários, viabilizando, através de seus trabalhos, a inserção deste cidadão na sociedade.

Ao tratarmos da sua atuação no Poder Judiciário, corrobora-se a tese que o efetivo de suas ações neste órgão está ligado a demandas que decorre que problemas sociais, em especial, aos que estão ligados ao poder familiar, Infância e Juventude e criminal.

Em suas prerrogativas, este profissional colabora com ações que servirão de suporte para uma maior efetividade das decisões proferidas pelo juízo da vara da qual este servidor está subordinado. Seja através de entrevistas, laudos, visitas domiciliares ou ainda parecer social, este profissional fortalece todos os princípios e valores que sustentam todo o projeto ético-político desta profissão.

Tais regras estão devidamente alinhadas no campo da possibilidade, visto que ao exercer suas atividades, buscará sempre uma fórmula de conciliação, ou ainda, a superação de quaisquer obstáculos que supostamente enfrentará neste caminho conflituoso.

Em seu campo de atuação na esfera judicial, este profissional também colabora nas análises e condições de vida da população, orientam as pessoas ou grupos sobre como ter informações, acessar direitos e serviços para atender às suas necessidades sociais, como também atua nas questões relacionadas as classes de trabalhadores.

A respeito da atuação desta profissão, lamamoto, (1998, p.75) que afirma:

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que faça frente a questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

Quanto aos aspectos referentes aos projetos profissionais, Neto, (2006, p.144) dispõe:

A profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Verdade seja é que no âmbito do Poder Judiciário, não são poucas as situações que requerem a atuação constante destes profissionais, em que pese as demandas relacionadas as questões sociais. Seja nas atividades de orientação, coordenação, mobilização, articulação, planejamento, cooperação, estudo social, perícia social, mediação familiar, visitas domiciliares e demais atividades sociojurídicas pertinentes à sua profissão.

A aparência do direito discutido nesta esfera judicial, sua como algo que vem ao encontro do enfrentamento aos limites e desafios postos no cotidiano de cada sociedade não significa que elas são finitas. Por mais que se tente buscar uma conciliação por parte dos envolvidos, a situação precária que algumas famílias enfrentam, em alguns casos, dificulta a eliminação de riscos que essa pessoa pode ser submetida.

Porém, é importante salientar que estes profissionais ajudam nos encaminhamentos de programas assistenciais, orientam famílias e indivíduos sobre os seus direitos e garantias, com incentivos a buscar ajuda de profissionais qualificados para colaborar no enfrentamento de toda as mazelas que se submetem.

Vale lembrar que, nos dias atuais, há uma crescente demanda de casos ligados a preconceitos, estando estes atrelados a cor da pessoa, sexo, religião, hábitos, costumes e assim por diante. Por tais razões, a violência nos centros urbanos vem crescendo, ao passo de que, cada vez mais, a intervenção de profissionais ligados a área social tem se tornando essencial para dirimir todo esse percalço instalado em nosso ambiente social. E no âmbito judiciário, esta realidade não é diferente.

Colaborando com a tese, trazemos os ensinamentos defendidos por Sarmiento (1994, p. 232):

O Serviço Social não surge tendo como base a prevalência do saber, na sua função social. Afirmamos, então que o Serviço Social não possui uma legalidade teórica ou científica e a sua especificidade estaria dada não por uma teoria própria, ou um método próprio, mas pela sua institucionalização como atividade determinada da divisão social e técnica do trabalho. Estas características fazem com que a chamada teoria do Serviço Social não tenha um estatuto teórico e constitua-se de sistematizações abstratas que devem ser remetidas ao pensamento social que incorporou em seu processo de institucionalização.

Há também que se verificar que os trabalhos efetivados pelos profissionais do Serviços Social no âmbito Judicial carrega uma grande demanda de relações sociais, que se estende desde os conflitos existentes nas relações de trabalho, como também o uso abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas, a violência doméstica, a exploração do trabalho infantojuvenil, o preconceito social e as condições de vida dos sujeitos egressos do sistema penitenciário, dentre outros casos que chegam a estas casas judiciárias.

Diante dessa realidade, cabe aos profissionais desta área, através do seu trabalho efetivo, buscar meios de dirimir conflitos, aproximando os indivíduos, conceder a oportunidade de buscar seus direitos e garantias constitucionais, inserir no meio social, ouvir e ser ouvido, corroborando na tese de seus conhecimentos, habilidades, postura ética e política.

Em relação a inserção do Estado sobre as questões sociais, neste caso, representado por esses profissionais ligados ao Poder Judiciário, corroboramos a tese descrita por Pereira, (2011, p.20) que assim referenda:

(...) necessidades sociais só poderão se transformar em questões perturbadoras da ordem estabelecida (e definidoras de direitos, que deverão ser concretizados por políticas), se forem “problematizadas” por classes, frações de classes, organizações, grupos e, até, indivíduos, estrategicamente situados e dotados de condições políticas para incorporar estas questões na pauta das prioridades públicas.

Tenha-se em mente que as prerrogativas embutidas como um modelo estratégico do Serviço Social no sistema Judiciário, requer, de imediato, uma intervenção técnica operativa que colabore com as políticas públicas e sociais, diante da negação do acesso aos direitos sociais, principalmente na área da infância e da juventude, com a instauração crescente de processos judiciais no sistema brasileiro.

Nas lições delineadas por (Nogueira e Miotto, 2006), revela-se que o trabalho destes profissionais na esfera judicial pode ensejar na judicialização de processos relacionados as questões sociais e mais, no efetivo fortalecimento das políticas públicas e, fundamentalmente, no atendimento das necessidades humanas, sujeitos de direitos.

Por fim, é preciso ter em mente que no âmbito das estratégias delineadas por estes profissionais, a visão construída sobre o processo da intersectorialidade se alinha na medida em que se observa a configuração fragmentada e desarticulada das políticas públicas no Brasil, onde, há uma falta clara de acesso de políticas públicas e a real necessidade da população em sua integralidade, colocando-se esta tese como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos profissionais desta área.

### **3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social brasileiro vem se consolidando como sendo uma profissão fortemente marcada por uma direção social crítica e democrática, modificando-se no contexto das relações sócio-históricas da sociedade, em respostas às múltiplas expressões das questões sociais construídas ao longo de sua história.

A sua inserção no Poder Judiciário, conquistaram modelos efetivos que corroboraram para a efetivação/ proteção de ações ligadas as questões sociais. A postura ético-política e o aprofundamento dos fundamentos para o trabalho profissional são essenciais para a construção de medidas socioeducativas e para a construção de estratégias de resistência, de ampliação da participação da população neste contexto.

Corroborar-se a tese de que a crescente judicialização ligado as questões sociais é determinante, ao passo de haver grandes mudanças sociais, seja ela, delineadas nas esferas de classes sociais, trabalhistas, de gênero, religioso, dentre outros. Todas essas demandas ligadas a estes temas, são desafios que estes profissionais da área social enfrentarão, buscando, cada vez mais, garantias da efetivação de direitos sociais.

Assim, buscou-se neste trabalho, fazer uma reflexão sobre a prática profissional do Assistente Social no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, levando em conta a prestação de serviços ofertados a comunidade.

O que se pode perceber é que as suas atividades são essenciais no contexto histórico da nossa sociedade, e no âmbito judicial, são peças fundamentais para colaborar no andamento de todas as demandas judiciais, e, além disso, de construir bases sólidas para dirimir conflitos e construir projetos sociais, garantidores de direitos e garantias



estampadas em nosso ordenamento constitucional.

Ademais, o assistente social é um profissional que reconhece a prática do trabalho interdisciplinar, o que favorece o desenvolvimento de ações no sentido de oferecer aos seus interlocutores um atendimento numa perspectiva integral, além de contribuir para a mudança de um projeto que corrobora com as políticas sociais.

Revela-se, de antemão, que o Poder Judiciário desempenha o seu papel político e social, onde, por meios de ações e procedimentos, ele deve fortalecer o senso crítico da comunidade e de todos os que participam deste universo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**, 7ª ed., Malheiros Editores, capítulo 15, e na doutrina alemã contemporânea, Klaus Stern, *Das Staatsrecht der Bundesrepublik Deutschland*, t. III/1, Münch, Verlag C. H. Beck, 1988, 68.

BORGIANI, E. **Para entender o Serviço Social na área sociojurídica**. In: *Revisita Serviço Social e Sociedade*, n. 115, p.407-442, jul./set. 2013.

CFESS/CRESS. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, CFESS/Cress/Ufal, 2005.

FREITAS, Juarez. **A Substancial Inconstitucionalidade da Lei Injusta**. Rio de Janeiro: Vozes; co-edição com a Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DO SERVIÇO SOCIAL. Lei de Regulamentação (Lei Federal n. 8662, de 7 de junho de 1993); Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993); Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (Abepss, 8 de novembro de 1996); Resoluções CFESS, PLs em tramitação no Congresso Nacional. Brasília, CFESS.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas**. In: *Serviço Social & Sociedade*, no 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MEDAUAR, Odete. **Controle da Administração Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: MOTA, A. E. et al. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SARMENTO, H. B de M. Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: elementos para a rediscussão. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1994.

SOUZA JÚNIOR, Antônio Umberto de. **O Supremo Tribunal Federal e as questões jurídicas: o dilema brasileiro entre o ativismo e a autocontenção no exame judicial das questões políticas.** Porto Alegre, Síntese, 2004.

TORRES, Júlio César. **O SUAS e a universalização da renda mínima no Brasil.** In: Revista Serviço Social e Sociedade 92, Título: políticas sociais desafios para o serviço social. 2007.

YASBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 125-142

# CAPÍTULO 8

## A MULHER E/ NO TRABALHO: PODER E EMANCIPAÇÃO (UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA FIGURACIONAL)

Data de aceite: 02/05/2022

### Vanessa Pereira Araújo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação  
Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA/  
UFAM

### Gláucio Campos Gomes de Matos

Professor e orientador do Programa de Pós-  
Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/  
PPGSCA/ IFCHS/ UFAM

**RESUMO:** A mulher por muito tempo esteve sobre o domínio do poder patriarcal. Com o advento da revolução industrial e I e II Guerras Mundial, se insere no mercado de trabalho, desencadeando um processo de emancipação de suas atividades especificamente domésticas para disputar uma posição nas funções que antes eram exclusivamente masculinas. Destaca-se a mulher nessa perspectiva macro até chegar ao Amazonas, onde ela desenvolvia atividades no ambiente rural e com a implantação do Polo Industrial de Manaus, é atraída com a promessa de prosperidade, mudança radical na qualidade de vida, então ela migra para a capital do Estado, assumindo posições laborais nas indústrias. O objetivo é destacar a mulher no mercado de trabalho e sua busca pelo equilíbrio do poder. O trabalho é de ênfase qualitativo, de revisão bibliográfica e o aporte teórico de Norbert Elias. Ressalta-se que embora existam leis trabalhistas que amparam as mulheres, elas ainda não estão totalmente emancipadas, pois as leis existem, mas na prática, por vezes, não são cumpridas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Figuração. Poder. Trabalho.

### THE WOMEN AND/ AT WORKING: POWER AND EMANCIPATION (AN ANALYSIS OF THE FIGURATIONAL PERSPECTIVE)

**ABSTRACT:** The women have long been in the grip of patriarchal power. With the advent of the industrial revolution and World War I and II, it entered the labor market, triggering a process of emancipation from its specifically domestic activities to compete for a position in functions that were previously exclusively male. The woman stands out in this macro perspective until she reaches Amazonas, where she developed activities in the rural environment and with the implantation of the Manaus Industrial Pole, she is attracted with the promise of prosperity, a radical change in the quality of life, so she migrates to the capital of the State, assuming work positions in the industries. The goal is to highlight women in the job market and their search for a balance of power. The work has a qualitative emphasis, a bibliographic review and the theoretical contribution of Norbert Elias. It is noteworthy that although there are labor laws that support women, they are not yet fully emancipated, because the laws exist, but in practice, sometimes they are not enforced.

**KEYWORDS:** Women. Figuration. Power. Work.

### 1 | INTRODUÇÃO

A partir do século XXI deparamos com uma mulher emancipada ou na busca de sua

emancipação e independência, responsável pelo seu próprio destino, porém ainda é um ideal a ser conquistado e os avanços de hoje, mostram que nem sempre foi assim. A história nos permite entender como a mulher chegou ou busca essa emancipação como alguém que contribui ativamente para renda familiar.

Para Hobsbawm:

As condições da vida mudam e mesmo o padrão da existência feminina não permanece igual, através das gerações, conquanto dificilmente se possa esperar transformações extraordinárias no decorrer de um período de cinquenta anos, exceto as resultantes de catástrofes climáticas ou políticas, ou do impacto do mundo industrial. (HOBSBAWM, 2012, p. 175).

As mulheres deixaram de ser apenas meras donas-de-casa e passaram a ser não somente mãe, esposa e também operária, entre outras das mais diversificadas profissões, ocupando um cenário que antes era somente pertencente ao mundo masculino (D'ALONSO, 2008).

Com o advento da Revolução Industrial a mulher passa a vender sua força de trabalho por um determinado tempo, onde ela deixa de fazer parte apenas do ambiente doméstico, para exercer papel de profissional. Com a inserção da mulher no mundo do trabalho, ela não deixou de cuidar da casa e da família, ela também assumiu o papel de profissional. Desde então, a mulher tem que administrar seu tempo de acordo com as figurações nas quais está inserida. Em casa ela exerce o papel de mãe, e no trabalho ela exerce suas funções profissionais, estando numa situação de poder equilibrado ou desequilibrado. Essa distribuição de poder é diferente, pois em casa enquanto mãe, ela exerce um poder sobre os filhos e família, mas enquanto profissional, ela pode estar numa posição de poder inferior a sua chefia ou na posição de chefe, detentora do poder. Essa dinâmica de poder imbricadas às figurações nos remete a Elias (1980, p. 81) ao enunciar que “o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas”, portanto o poder está inserido de maneira estrutural em todas as relações humanas.

Campos (2010, p. 44) nos revela, que “as mulheres a partir de meados do século XIX, foram cada vez mais deixando o confinamento de seus lares para empregarem-se como assalariadas nas indústrias e oficinas”, nos fazendo entender, que nesse espaço de trabalho, a mulher se encontrava sob a força do poder.

A partir do século XXI a mulher avança como profissional assumindo funções que antes eram exercidas somente por homens, inclusive cargos de lideranças, conforme observam Baylão e Schettino (2014, p. 4), “podemos acompanhar cada dia mais nas lideranças de grandes empresas e em profissões técnicas mulheres ganhando espaço”, que indicam mudanças na relação de poder.

A mulher moderna tornou-se chefe de sua própria vida, deixando de ser apenas uma parte da família. E isso se deu em função de sua participação no mercado de trabalho,

que foi conquistado através de um nível de escolaridade mais elevado, fazendo com que aumentasse seu nível de conhecimento técnico e científico.

A proposta do artigo é destacar a mulher, especificamente a amazonense, a realidade atual enquanto trabalhadora, quer esteja inserida nas complexas figurações do mercado de trabalho, quer assumindo as funções diversificadas no lar: de esposa, companheira ou mãe.

O artigo é de ênfase qualitativo, pesquisa bibliográfica e o aporte teórico de Norbert Elias, o qual nos permite entender o conceito de figuração: “os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas” (ELIAS, 2006, p. 26).

Nesse entendimento a mulher ampliou suas redes de interdependências funcionais, exercendo o papel de mãe/doméstica/lar e na diversidade de funções que o mercado de trabalho proporciona.

No caso das amazonenses, que teve influência do desenvolvimento industrial surgido na Europa, foi se inserindo gradativamente e depois de forma mais rápida no mercado de trabalho, e hoje assumem papéis de executiva, diretoras e outras funções que a deixam numa posição de poder mais desequilibrado.

Hoje como emancipadas ou buscando cada vez mais sua emancipação, executam com excelência desde atividades domésticas à atividades que antes eram tidas como masculinas, as mulheres dão provas de serem capazes de cuidar dos seus próprios destinos, ocupando funções profissionais nas diversas figurações que se inserem.

## **2 I REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A MULHER**

A Revolução Industrial iniciou no século XVIII, na Inglaterra e trouxe consigo uma aceleração do crescimento através da transformação econômica e social. O trabalho manual foi substituído pelo mecanizado das indústrias, onde há uma divisão racional de trabalho que levam a produção em massa, conseqüentemente reduzindo o custo do produto. (HOBBSAWM, 2000).

Antes dessa revolução econômica, conhecida também como pré-industrial (HOBBSAWM, 2012) as famílias viviam no campo, tinham a agricultura como meio de subsistência, em conseqüência disso, era praticamente impossível separar as funções familiares do trabalho, até porque na maioria das vezes essas atividades eram executadas no mesmo ambiente.

Foi praticamente inevitável que os padrões de vida houvessem se transformado com o avanço das indústrias, e durante esse processo de Revolução Industrial podemos destacar duas fases de transformações que ocorreram no cotidiano das mulheres.

O primeiro aspecto que sofreu essa transformação foi a produção doméstica no qual Hobsbawm (2012) chamou de “proto-industrialização”, onde havia uma combinação

de produção doméstica aliada a uma produção externa, oferecendo às mulheres da zona rural um ganho de renda independente do seu esposo, em contrapartida elas continuavam supervisionando a casa e os filhos. (HOBSBAWM, 2012).

Em meados do século XIX, as proto-indústrias foram vitimadas por indústrias maiores, indústrias essas que utilizavam maquinário em seus processos produtivos e dessa forma produziam em grande escala, Hobsbawm destaca:

Essas indústrias, conhecidas como de “exploração máxima”, chegaram a expandir-se sob certas circunstâncias, com o auxílio da nova mecanização em pequena escala (especialmente a máquina de costura) e de uma força de trabalho notoriamente mal paga e explorada. HOBSBAWM (2012, p. 176).

No percurso histórico, se observa, à medida que o trabalho artesanal vai sendo substituído pelo mecanizado, a estrutura de produção doméstica torna-se precarizada, ficando inviável continuar sendo um empreendimento familiar. Dessa forma surge um segundo efeito da industrialização em relação à posição feminina, no qual revolução econômica trouxe consigo mudanças nos padrões das trabalhadoras, a mulher sai do ambiente doméstico e faz uma separação da casa e local de trabalho. Uma vez, que a mulher separa casa e trabalho, ela precisa se adequar a uma nova rotina, saindo para trabalhar no início do dia e retornando para seu lar no final do dia, com isso surge uma nova economia, onde a mulher passa a participar ativamente para a renda familiar.

Essa separação, trouxe um padrão de divisão sexual-econômica, onde a mulher passou a assumir um papel de trabalhadora fora do ambiente doméstico, mas tinha que gerenciar os afazeres domésticos e conciliá-los juntamente com seu trabalho (HOBSBAWM, 2012), exercendo a figuração de dona-de-casa dentro do seu lar e trabalhadora no seu ambiente de trabalho.

Hobsbawm (2012, p. 179) destaca, que com a inserção da mão de obra feminina nas fábricas, “tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres durante as últimas décadas do século XIX”, pois mudou significativamente a história no mundo contemporâneo, e o “trabalho, fora de casa, constituiu um importante mediador” (TEIXEIRA, 2009, p. 237) permitindo que a mulher exercesse atividades fora do ambiente doméstico e ocupando atividades que lhes são cabíveis e até mesmo conquistando ocupações que antes eram tidas exclusivamente como masculinas.

### **3 | POLO INDUSTRIAL DE MANAUS E O ÊXODO PARA TRABALHAR NAS FÁBRICAS**

O Polo Industrial de Manaus possui um modelo de desenvolvimento baseado na atração de investimentos externos via concessão de incentivos fiscais<sup>1</sup> através da Zona

<sup>1</sup> Entre os incentivos fiscais concedidos, se destacam: a redução de até 88% do Imposto de Importação (II) sobre os insumos destinados à industrialização; isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional; e isenção da contribuição para o PIS/ PASEP e da COFINS nas operações internas na Zona

Franca de Manaus e esses incentivos acabam compensando o fator logístico. Além dos incentivos fiscais, Manaus possui uma reserva de mão de obra barata e qualificada que atende à demanda das indústrias (BRITO, 2019).

Com a decadência do período da borracha, a economia no Amazonas ficou estagnada, em consequência desse fato (SERÁFICO, 2005) o deputado Francisco Pereira da Silva viu a necessidade de encontrar novas soluções para a economia local e foi nesse momento que ele criou o Projeto de Lei nº 1.310, de 23 de outubro de 1951, no qual foi proposto a criação de um *porto franco* em Manaus. Através desse projeto o deputado Maurício Joppert converteu-o na Lei nº 3.173, de junho de 1957, transformando o *porto franco* em Zona Franca de Manaus, sendo que a Zona Franca só entra efetivamente em vigor, em 28 de fevereiro de 1967 através do Decreto-Lei nº 288, ou seja, 10 anos depois da criação do *franco*.

Conforme destaca Seráfico (2005), a criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela ditadura militar de que havia necessidade de ocupar uma região despovoada, mas para isso era necessário criar meios de vida e infraestrutura que atraíssem capital nacional e estrangeiro, além da mão de obra. O objetivo do projeto Zona Franca de Manaus era criar uma rentabilidade econômica que proporcionasse a integração da região Norte ao resto do Brasil, pois, a Amazônia era reconhecida internacionalmente por seu subdesenvolvimento em relação ao Sul e Sudeste do país.

Na década de 70, com a chegada e instalação de grandes empresas, como a Semp Toshiba, Moto Honda, Philips, Sharp, Yamaha e Evadin (BRITO, 2019), os manauaras deixaram a produção extrativista e passaram para um novo tipo de produção agora no trabalho fabril, ou seja, eles são inseridos em novo modelo de trabalho. Quem vinha da zona rural, tinha que adaptar-se a um rígido controle de tempo em prol de uma escala de produção e o trabalho ao ar livre por um trabalho em um ambiente fechado e cheio de regras (BRITO, 2017).

Diante disso, o “tempo” do manauara e do amazônida mudou, pois no lugar da produção extrativista, surgiu um novo modo de produção, que se dava no ambiente fabril, onde cada minuto de trabalho é computado, para que ele produza cada vez mais. A coação do tempo do relógio passa a fazer parte rotina diária desses trabalhadores, é o que se confirma nas palavras de Elias (1998):

Nessas sociedades, o tempo exerce de fora para dentro sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários uma coação que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos. Ela exerce uma pressão relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar. (ELIAS, 1998, p. 22).

No início da implantação do Distrito Industrial a mão de obra passou a ser um

dos grandes problemas enfrentados pelos empresários, porque faltava qualificação para os cargos técnicos e de liderança, em consequência disso, tinha-se que contratar mão de obra do sul do país, e para atrair essa mão de obra era necessário oferecer salários mais elevados, benefícios que fossem atraentes para essa mão de obra qualificada. Consequentemente durante esse período de instalação das fábricas entre as décadas de 70 e 80 o Polo Industrial de Manaus não requeria qualificação da mão de obra local, logo, os cargos de técnico, supervisão e gerência, eram exercidos por pessoas de outros estados (BRITO, 2019).

Todavia, aos trabalhadores locais restavam apenas funções de “chão de fábrica”<sup>2</sup>, como montador, calibrador, testador, etc., pois, são funções que não necessitam de conhecimento técnico, qualificação e muito menos experiência anterior.

Brito (2019) destaca, que desde o início do Polo Industrial de Manaus até os dias atuais, maior parte das contratações para o “chão de fábrica” é a mão de obra feminina, uma vez que para a indústria é vantajoso contratar mulheres solteiras, porque além de elas receberem salários inferiores aos dos homens, a mulher se encaixa mais na linha de montagem, devido ao fato de ser mais minuciosa, tem mais responsabilidades, geralmente não bebe, é mais temerosa às leis, à greves. Durante as décadas de 70 e 80 era comum as indústrias divulgarem vagas como pré-requisitos de serem solteiras, entre 17 e 25 anos, ou seja, sem filhos, porque os empresários não queriam mulheres com filhos.

Para Lima (2009) o espaço fabril amazônico, sobretudo, as indústrias de eletroeletrônicos, é composto em sua maioria por mulheres e Silva (2017) complementa que no setor de montagem de produtos, os trabalhos são manuais, monótonos, sem criatividade e mecanizados.

A justificativa é de que além de ser uma mão de obra mais barata, a mulher por ser mais delicada é indicada para trabalhos manuais como os das linhas de montagem, Silva (2017) informa que os gerentes industriais reconhecem que a mulher tem um desempenho superior ao do homem na indústria de eletroeletrônica, mas por exercerem funções que não exigem conhecimentos técnicos, sem criatividade e mecanizados recebem um salário inferior aos dos homens e enfrentam dificuldades de ascensão a cargos de maior hierarquia.

## **4 | A MULHER NO TRABALHO**

As transformações sociais e políticas que a revolução econômica trouxe não ficaram restritas somente ao campo político e social, (TAVARES e BARBOSA, 2015) elas provocaram uma ruptura no modelo familiar, afetando o padrão de comportamento de homens e mulheres, rompendo a divisão conservadora dos papéis dos cônjuges quanto às mais diversas atividades domésticas e profissionais. Para Hobsbawm (2000) essa revolução destruiu os antigos estilos de vida, transformando as rotinas familiares a ponto

<sup>2</sup> Local onde fica o processo produtivo.



de torná-las irreconhecíveis, no qual as relações de poder se modificam.

Tais transformações que afetam o mundo, atinge também a mulher amazonense, que antes da industrialização executava um trabalho extrativista, ela estava inserida em um (NINA, 2014) universo de afazeres, no qual dividia o espaço rural amazônico, com as figurações de educadora, mãe, companheira e trabalhadora. Lembrando que este fato não ocorre somente no interior da Amazônia, ele pode ser observado em diferentes partes do mundo.

Segundo Rodrigues (2009, p. 94) apud Nascimento (2013, p. 27) a mulher é uma grande colaboradora do espaço em que vive, sobretudo no que diz respeito à vida familiar, onde se dedica a casa e a família, mas da mesma forma ajuda nas atividades produtivas para garantir a subsistência da família, além de estabelecer um relacionamento individual e social, constrói formas de participação no âmbito familiar e comunitário.

A mulher de comunidades rurais, no seu modo de vida desencadeava e desencadeia uma série de atividades que vai da prática extrativista ao cultivo do solo. Além dessas atividades, ela desempenha, também funções de doméstica e mãe.

Após a década de 60 a Amazônia, em especial o Estado do Amazonas, passou por diversas mudanças em sua estrutura, por conta da implantação das indústrias em seu interior, a região passou a ser comandada pelo tempo rápido, principalmente as áreas mais industrializadas (SANTOS, SALGADO e PIMENTEL, 2012), tempo esse, que passa a agir de forma coercitiva na vida do homem e da mulher.

A implantação das indústrias no Amazonas foi um estímulo para as mulheres amazonenses migrarem para a sede da capital em busca de uma vida melhor inserindo-se como empregada na indústria. Muitas mulheres eram atraídas para trabalhar na parte fabril com a garantia de prosperidade e mudança radical na qualidade de vida daquelas que deixassem seu local de origem para trabalhar no distrito industrial de Manaus (SILVA, 2017). Nesse processo se observa a mulher deixar as atividades do ambiente rural, no qual o tempo cíclico em muitas vezes era o que a orientava, para exercer atividades mecanizadas rigidamente controladas pelo tempo do relógio.

Silva (2017) nos chama atenção informando que embora algumas tenham se decepcionado com o trabalho industrial, elas reconheciam que o trabalho no “chão de fábrica” foi extremamente importante para construir-se com sujeito coletivo no âmbito da cidadania.

No ambiente fabril, o controle do tempo se inicia desde o momento que a mulher sai do ambiente doméstico, pois a empresa disponibiliza transporte e esse transporte é responsável pela busca dos colaboradores em determinado horário, chegando a fábrica, a mulher tem que ir ao refeitório, tomar café da manhã, em seguida passar o crachá no relógio de ponto, e adentrar ao processo produtivo, entre o intervalo do café da manhã e o almoço, é permitido 10 minutos de descanso para que a colaboradora possa ir ao banheiro. Na ida e vinda do almoço, é necessário passar o crachá no relógio de ponto, a colaboradora

tem uma hora para almoçar, descansar e voltar para o processo produtivo, entre o intervalo da volta do almoço e o final do expediente, a colaboradora possui 10 minutos de descanso, para ir ao banheiro, chegando ao final do expediente, passa-se o crachá e segue para o transporte, que fica disponibilizado na frente da empresa, esse transporte também tem horário para sair, geralmente sai 15 minutos após o encerramento do expediente.

Essa rotina do tempo é um grande impacto no cotidiano de mulheres provenientes da zona rural do Amazonas (MATOS, 2015), que desempenhavam as atividades baseada no tempo da chuva, do verão, da enchente e vazante do rio, da frutificação de determinadas espécies, no aparecimento de espécies de caça e de peixes. Na indústria, a mulher reconhece sua condição de operária, na esteira de montagem, no “chão de fábrica”, na disciplina, na cadência da máquina e no cronômetro do relógio, fazendo com que elas adquiram novos hábitos, habilidades e comportamentos (SCHERER, 2005, p. 42, apud BRITO, 2017).

Para Probst (2005) a inserção da mulher no mercado de trabalho iniciou com as I e II Guerras Mundiais, na medida em que os homens iam para as frentes de batalha, as mulheres assumiam os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Após o término das guerras, alguns homens que sobreviveram estavam mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho e nesse momento as mulheres foram obrigadas a deixar o ambiente doméstico e os filhos para dar continuidade aos projetos e trabalhos que antes eram realizados pelos seus maridos. Tal acontecimento reverberou pelo mundo e foi mais um estímulo para as mulheres buscarem sua emancipação do poder patriarcal se inserindo gradativamente no mercado de trabalho, isto é, ampliando as redes de interdependências e buscando equilibrar a balança de poder.

Seguindo essa linha, Matos (2015) nos esclarece que o poder se mostra conforme as relações se estabelecem, ou seja, esse poder vai se mostrar no seio das figurações, dentro e fora do ambiente de trabalho, e para Elias (1980), essa relação de poder se constitui em todas as relações humanas.

A medida em que a mulher avança em relação ao poder, ela avança no diferencial social (MATOS, 2015), esse poder interfere na sua rotina em relação ao seu tempo de lazer, porque para que haja esse avanço de poder é necessário que a mulher disponha de mais tempo para sua educação, capacitação e execução das suas funções trabalhistas.

Em Manaus, houve uma elevação da capacitação da mulher que ocorreu através do acesso a uma educação mais completa, envolvendo desde cursos profissionalizantes até acesso ao ensino superior, em contrapartida houve uma ampliação de oportunidades femininas em diversas áreas, tanto no trabalho formal quanto informal. Vale ressaltar que a economia do látex contribuiu para o desenvolvimento da cidade, fazendo com que as ofertas de trabalho se ampliassem também. (CAMPOS, 2010).

Além de uma elevada capacitação, outro fator que contribuiu para a mudança na emancipação do poder patriarcal, foram as leis criadas em benefício das mulheres, desde

a sua inserção no mercado de trabalho. Franciscani (2010) relata que em 1932 foi criada a primeira lei que atendia as necessidades da mulher trabalhadora, e essa lei informava que a duração do trabalho, não poderia ultrapassar de 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horário por meio de acordo ou convenção coletiva. Essa lei foi criada para todos os trabalhadores, homens e mulheres, mas compreende-se que as mulheres foram as mais beneficiadas, porque como elas sempre foram mais exploradas em relação ao trabalho, a eficácia das leis trabalhistas possibilitou melhores condições de trabalho.

#### A Constituição de 1946:

proibia a diferença de salário por motivo de sexo, vedava o trabalho da mulher em indústrias insalubres e assegurava o direito da gestante ao descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário. Adotava a assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica, à gestante, previa a previdência em favor da maternidade. A Constituição de 1967 proibia diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, vedava o trabalho da mulher em indústrias insalubres e assegurava o descanso remunerado à gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário. Previa a previdência, visando à proteção à maternidade e a mulher tinha direito a aposentadoria aos 30 anos de trabalho, com salário integral (MARTINS, 2007, p. 609, apud GONÇAVES e MIRANDA, 2012, p. 2).

Através de um amparo legal e profissionalização, a amazonense mudou o (ELIAS, 1994) habitus de ficar somente como subalterna perante o poder patriarcalista. A mulher contemporânea compreendeu que pode desempenhar diferentes figurações, e ficar restrita ao ambiente doméstico, (TAVARES e BARBOSA, 2015) não é uma boa opção para ela, uma vez que o trabalho no lar é socialmente desvalorizado. Ao realizar uma atividade profissional, apesar de multiplicar suas funções nas mais diversas formas de figurações, como mãe, esposa e profissional, ela consegue ocupar um lugar de destaque no seio familiar, estabelecendo uma relação de poder mais equilibrada na sociedade.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos séculos, é possível observar que as mulheres começaram a desenvolver trabalhos mais complexos e isso representou um grande avanço no universo feminino, suas vidas passaram por diversas transformações, com as quais elas deixaram o ambiente doméstico e se inseriram no mercado profissional. A realização profissional e pessoal feminina no século XXI têm sofrido mutações diárias, cada vez mais frequentes e constantes, levando a mulher desempenhar funções nas diferentes figurações, como mãe, companheira e trabalhadora implicando de forma direta na administração de seu tempo, bem como vem contribuindo para sua emancipação e para o equilíbrio de poder, deixando de ser coadjuvante e passando a ser protagonista no ambiente doméstico, contribuindo efetivamente para o sustento da família.

No Amazonas, com a implantação do Polo Industrial, as mulheres amazonenses migraram para a sede da capital em busca de uma vida melhor inserindo-se como empregada na indústria, com a promessa de prosperidade e mudança radical na qualidade de vida. Nesse processo se observa que a mulher deixa as atividades do ambiente rural, no qual o tempo cíclico em muitas vezes era o que orientava, e passa a exercer atividades mecanizadas rigidamente controladas pelo tempo do relógio. O controle do tempo em relação ao trabalho, é para que haja uma disciplina fazendo com que todas estejam alinhadas para a fabricação dos produtos em massa.

Durante muito tempo a mulher esteve sobre o domínio patriarcal, que a deixava em uma relação de poder inferior ao homem. Atualmente a mulher contemporânea já entendeu que é preciso separar o ambiente doméstico do trabalho, até mesmo como forma de um equilíbrio de poder entre homem e mulher, valorizando sua participação constante no complemento de renda salarial familiar, que em muitos casos deixam de ser complementar para se tornarem a única renda familiar.

Na sociedade moderna é comum depararmos com as mulheres exercendo diferentes funções laborais, inclusive as que antes eram tidas como masculinas, como por exemplo, jogadora de futebol, repórter esportiva, bombeira, militar, engenheira, motorista, mecânica, política, cineasta, etc.

Para o âmbito social, esse artigo evidencia que embora existam leis que amparem a classe feminina, e apesar de as mulheres terem conquistado espaços que antes eram vistos somente como masculinos, elas não estão totalmente emancipadas, pois elas continuam em busca de igualdade entre o sexo oposto, até porque as leis existem, mas na prática, nem sempre são cumpridas.

## REFERÊNCIAS

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. **A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro**. XI simpósio de Excelência e Tecnologia, 2014.

BRITO, Cleiton Ferreira Maciel. **Made in China/ Produzido no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus: o trabalho nas fábricas chinesas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – PPGS/UFSCar. São Carlos, 2017.

BRITO, Cleiton Ferreira Maciel; MACIEL, Jeanne Mariel Brito de Moura. **Fábricas selvagens: transformações do trabalho no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus**. Novos Cadernos NAEA, v. 22, n. 1, jan-abr. 2019, p. 137-158.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.

D'ALONSO, G.L. **Trabalhadoras brasileira e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias**. Psicol. Am. Lat. México, 2008.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Editora Zahar, 1ª edição. Rio de Janeiro 1998.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios – 1 – Estado, processo, opinião pública**. Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Rio de Janeiro, 2006.

FRANCISCANI, Jane Stella. **A mulher no mercado de trabalho e a luta pela valorização**. Trabalho de conclusão de curso – Instituto Municipal de Ensino superior de Assis – IMESA e Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. Assis, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, Laila Cristina; MIRANDA, Dinair Flor. Estudo da Evolução do Trabalho da Mulher e a sua valorização no mercado de trabalho. Revista Faculdade Montes Belos. V. 5, n. 1, Mar. 2012

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Editora Forense Universitária, 5ª edição. Rio de Janeiro, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios 1875-1914**. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo, 2012.

LIMA, Vivian Silva. **“Produzidas no Polo Industrial de Manaus”. Experiências de mulheres trabalhadoras**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na Hinterlândia Amazônica**. Editora Valer/Fapeam. Amazonas, 2015.

NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. **O trabalhos das mulheres ribeirinhas na Amazônia: um estudo sobre as tecnologias sociais na comunidade de São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/Am**. Programa Institucional de iniciação científica – Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, 2013.

NINA, Socorro Fátima de Moraes. **Trabalho, ambiente e saúde: cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, 2014.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-graduação – ICPG. Santa Catarina, 2005.

SANTOS, Rogério Graças dos Santos; SALGADO, Mayane Soares; PIMENTEL, Márcia aparecida da Silva. **Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e a relação com a natureza**. Uniara – Universidade de Araraquara. São Paulo, 2012.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. **A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil**. Estudos Avançados, 2005, p. 99-113.

SILVA, Maria de Nazaré Oliveira da. **Os impactos causados na mulher pela incompatibilidade de atividades profissional e familiar**. Monografia – Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2017.

TAVARES, Ane Deise de Meneses, BARBOSA, Rochele Bezerra. **A mulher e a tripla jornada de trabalho, como esta mulher vivencia as atividades profissional, familiar e doméstica?**. Psicologia em Foco, vol. 5, n° 1. Jan-jun. Faculdade Pio Décimo. Sergipe, 2015.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. **As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado**. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 25 n° 2 – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2009.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI** - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há mais de duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agenda neoliberal 24, 25

Assistente social 1, 2, 5, 8, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 29, 31, 34, 46, 56, 61, 65, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 78, 79

### C

Cadastro único 46, 49, 55

Capitalismo 5, 12, 14, 35, 36, 39, 40, 43, 44, 48, 51, 55, 62, 66, 68, 91

Capitalismo monopolista 36, 39, 40, 66

Classe trabalhadora 5, 12, 13, 14, 39, 40, 44, 51, 58

Comitê de ética 49

Conhecimento da realidade 4, 18, 19

Construção social 2, 3, 5, 8

Covid-19 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 42

Crise estrutural do capital 21, 36

### D

Desigualdades de gênero 1, 2, 5, 6, 9

Desigualdades sociais 3, 5, 28, 36, 38, 46, 60, 62, 65

Dimensão investigativa 11, 16, 17, 20, 21

Direitos sociais 20, 21, 22, 26, 36, 41, 43, 44, 47, 48, 54, 59, 60, 62, 63, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 78, 80, 93

### E

Emancipação 1, 9, 22, 41, 47, 51, 67, 69, 71, 73, 81, 82, 83, 88, 89, 90

Estado de bem-estar 58, 65

### G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 15, 39, 60, 78

### L

Lei orgânica de assistência social 61

### M

Marxismo 1, 2, 4, 9, 10

Materialismo histórico-dialético 12



Movimento da reforma sanitária brasileira 24

Mulher 2, 3, 4, 6, 8, 10, 61, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Mundo do trabalho 15, 64, 82, 92

## **P**

Pandemia 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 42, 43

Pesquisa 1, 6, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 36, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 57, 61, 67, 83, 92

Pessoas idosas 57

Poder judiciário 56, 58, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79

Política de saúde 24, 25, 26, 29, 34, 93

Políticas sociais 14, 15, 24, 26, 27, 34, 42, 45, 55, 57, 58, 59, 62, 74, 75, 79, 80, 93

Produção do conhecimento 12, 15

Programa Bolsa Família 46, 47, 53, 55

Programa de proteção social 53

Proteção social básica 56

## **Q**

Questão social 2, 5, 8, 10, 21, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 66, 76

## **R**

Redes de interdependências funcionais 83

Reestruturação produtiva 12, 13, 14

Relações de gênero 1, 2, 4, 39

Revolução industrial 38, 58, 68, 81, 82, 83, 91

## **S**

Sars-CoV-2 23, 24, 27

Seguridade social 44, 57, 58, 59, 63, 65, 66, 73

Serviços de saúde 27, 29

Serviço social 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 54, 55, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 93

Sistema capitalista 12, 14, 43

Sistema único de assistência social 63

Sistema Único de Saúde 23, 24, 25, 28, 34, 51, 93

Sociedade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 14, 15, 19, 20, 24, 28, 29, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43,





55, 56, 58, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 89, 90, 91

# Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e  
atuação profissional







-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Serviço social

na contemporaneidade:

Fundamentos e  
atuação profissional



-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)